

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

ANA CLARA GOMES COSTA

SOB SUSPEITA

Juventudes negras estigmatizadas à mira da violência policial

GOIÂNIA
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

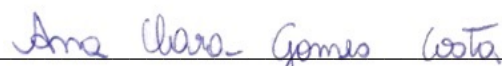
Nome completo do autor: Ana Clara Gomes Costa

Título do trabalho: Sob suspeita: juventudes negras estigmatizadas à mira da violência policial

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor (a) ²

Data: 04 / 04 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

ANA CLARA GOMES COSTA

SOB SUSPEITA

Juventudes negras estigmatizadas à mira da violência policial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania

Orientadora: Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias

GOIÂNIA
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes Costa, Ana Clara

Sob suspeita [manuscrito] : Juventudes negras estigmatizadas à
mira da violência policial / Ana Clara Gomes Costa. - 2017.
CLI, 151 f.

Orientador: Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. processos comunicativos. 2. violência policial. 3. juventudes
negras. 4. corpo negro. 5. cidadania. I. de Oliveira Dias, Luciene,
orient. II. Título.

CDU 007

**ATA 03/2017****ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, a partir das quatorze horas, na Sala 9 da Faculdade de Informação e Comunicação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de ANA CLARA GOMES COSTA, intitulada **“Sob suspeita: juventudes negras estigmatizadas à mira da violência policial”**. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Luciene de Oliveira Dias (orientadora/FIC/UFG), Claudomilson Fernandes Braga (FIC/UFG) e Luciana de Oliveira Dias (PPGIDH/UFG). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi APROVADA. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Profa. Dra. _____ (Presidente)
Luciene de Oliveira Dias

Prof. Dr. _____
Claudomilson Fernandes Braga

Profa. Dra. _____
Luciana de Oliveira Dias

ANA CLARA GOMES COSTA

SOB SUSPEITA

Juventudes negras estigmatizadas à mira da violência policial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovado em 24 de fevereiro de 2017, pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias
Orientadora – PPGCOM-UFG

Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga
PPGCOM-UFG

Prof. Dra. Luciana de Oliveira Dias
PPGIDH/EI-UFG

Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva
PPGCOM/PPGIDH-UFG (suplente)

AGRADECIMENTOS

Na minha trajetória acadêmica, é fundamental reconhecer que os caminhos por onde passo só são possíveis de serem delineados pelas oportunidades que tive e que tenho na vida. Reconheço como oportunidades todos os esforços de minha mãe e de meu pai, que me proporcionaram chances para um existir autônomo e que me deram condições de me tornar responsável por minhas próprias escolhas. Reconheço também, como essencial para minha trajetória acadêmica, os encontros do coração ao longo desse caminho; os encontros com pessoas que compartilham a vida comigo e que me possibilitam aprendizados únicos. Reconheço como elementar, também, a mente aberta para tirar o aprender de todos os momentos, nas buscas, nas trocas, nas conquistas, nas dificuldades, nas fragilidades, nas ausências e nas presenças.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai pela confiança que têm em mim, de olhos fechados, sobre tudo o que sou e tudo o que faço. Agradeço à minha irmã, aos meus irmãos, cunhada e sobrinho pelo riso, pela ternura e pelo afeto. Agradeço ao meu companheiro de vida pelo amor, pelo cuidado e por tanto incentivo. Agradeço às minhas irmãs de coração, Jordana e Mariza, por dividirem alegrias e ampararem tristezas; por estarmos sempre juntas ao longo das nossas trajetórias acadêmicas. Agradeço às amigas e aos amigos que me fazem sempre melhor e que, por isso, contribuem com o meu trabalho.

Agradeço ter sido orientada pela amiga Luciene Dias. Por todo carinho, por toda reciprocidade, por toda dedicação, por toda provocação e por todo conhecimento compartilhado comigo. A você devo muito do que tenho me tornado e também sobre o que eu quero ser. Agradeço às professoras e aos professores que me formaram e que continuam me formando pra vida. Agradeço à oportunidade de participar do Projeto Procad Casadinho (UFG/UFRJ), em 2015, que me permitiu muitos caminhos e descobertas durante o semestre letivo que estudei na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradeço aos interlocutores dessa pesquisa, que são parte desta dissertação e que, por isso, escrevem este trabalho juntos a mim. Agradeço, também, a todas as pessoas que se empenharam em me ajudar e em me provocar para este estudo. A todos vocês, de coração, o meu muito obrigada!

RESUMO

Com base em uma proposta que vê a comunicação para além dos processos midiáticos, esta dissertação investiga como ações comunicativas presentes no dia-a-dia corroboram para fortalecer discursos, ideologias e relações de poder, marginalizando, segregando e estigmatizando as juventudes negras, uma vez que esta não é reconhecida pela sociedade como um grupo social formado por sujeitos de direitos. O racismo sobre a negritude e o corpo negro funda o estereótipo da suspeição e da vinculação da pessoa negra ao banditismo. Esta realidade concebe uma trajetória de violência, violações e incoerências com a população negra, que é responsabilizada pelos altos índices de crimes que aumentam as estatísticas da violência urbana, na cidade de Goiânia. Com base no racismo e na hierarquização sociorracial, as juventudes negras são subjugadas e inseridas em uma cadeia de extirpação de direitos. Elas também são submetidas a ações violentas da sociedade e da polícia, que a tem como alvo principal de investigações e de ações preventivas. A violência policial é, portanto, legitimada socialmente como forma de conter a violência urbana. Esta, por sua vez, é representada pela associação das juventudes negras aos crimes ocorridos nos espaços da cidade. Além dos processos comunicativos do cotidiano que contribuem para a legitimação da violência policial, a comunicação midiática também ratifica o racismo e os processos de exclusão, uma vez que se utiliza de um discurso de eficácia e eficiência diante das ações policiais que combatem o crime, sob a constante vigilância e punição impostas às juventudes negras. Com o uso dos procedimentos metodológicos do grupo focal, vinculado à observação, do relato e da análise documental, esta dissertação tem como objetivo analisar de que forma os corpos negros são instrumentalizados pelas ações comunicativas para legitimar a violência policial contra a juventude negra. A ressignificação de tais corpos e a constatação de que é fundamental combater o racismo oriundo da estigmatização dos corpos negros pode-se constituir um ponto forte na luta antirracista.

Palavras-chave: processos comunicativos; violência policial; juventudes negras; corpo negro; cidadania.

ABSTRACT

Based on a proposal that sees communication beyond the media processes, this research investigates how communicative actions present in everyday life corroborate to strengthen discourses, ideologies and power relations, marginalizing, segregating and stigmatizing blacks youths, once that it is not recognized by society as a social group formed by subjects of rights. The racism over blackness and the black body establishes the stereotype of the black person's suspicion and attachment to banditry. This reality conceives a trajectory of violence, violations and inconsistencies with the black population, which is blamed for the high crime rates that increase the statistics of urban violence in the city of Goiânia. On the basis of racism and socio-racial hierarchization, blacks youths are subjugated and embedded in a chain of extirpation of formal rights. They are also subject to violent actions by the society and the police, which has it as the main target of investigations and preventive actions. The police violence is, therefore, legitimated by society as a way of containing urban violence. This, in turn, is represented by the association of the blacks youths to the crimes occurred in the spaces of the city. In addition to the communicative processes of everyday life that contribute to the legitimacy of police violence, media communication also ratifies racism and exclusion processes, since a discourse of effectiveness and efficiency is used in the face of police actions that fight crime, under the constant vigilance and punishment of blacks youth. With the use of the methodological procedures of the focus group, linked to observation, reporting and documentary analysis, this research aims to analyze how black bodies are instrumented by communicative actions to legitimize police violence against the black youth. The reaffirmation of such bodies and the recognition that it is essential to combat racism stemming from the stigmatization of black bodies can be a strong point in the fight against racism.

Keywords: communicative processes; police violence; blacks youths; black body; citizenship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de homicídios entre jovens por raça/cor. Brasil e regiões 2012.....	64
Gráfico 2 – Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco.....	65
Gráfico 3 - Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade, segundo a raça/cor – (Brasil, 2010).....	102
Gráfico 4 - Taxa de homicídios de negros e não-negros no Brasil – 2004 a 2014.....	102
Gráfico 5 - Cobertura e escolarização líquida segundo cor ou raça - Brasil, 2012.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre as faixas etárias que definem juventude.....	61
Tabela 2 – Violência e Desigualdade racial 2014 e Risco Relativo, ano-base 2012.....	63
Tabela 3 – Relação dos documentos analisados na pesquisa.....	78
Tabela 4 – Expressões demonstradas pelos jovens negros convidados sobre a pesquisa.....	87
Tabela 5 - Número de homicídios por faixa etária de 15-29 anos de idade por Unidade da Federação – Brasil, 2004 a 2014.....	100
Tabela 6 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes de negros por Unidade da Federação – Brasil, 2004 a 2014.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.....	16
1.1. Comunicação social e construção de sentidos.....	16
1.1.1. Dialogicidade e antialogicidade.....	18
1.1.2. Trocas e ação comunicativa.....	20
1.1.3. Redução da comunicação a processos midiáticos.....	22
1.2. O lugar da comunicação a partir dos estudos de violência.....	24
1.2.1. A violência midiaticizada.....	25
1.2.2. O outro lado não evidenciado da violência.....	26
1.2.3. O caráter dualista da violência.....	27
1.2.4. Violência da exclusão.....	29
1.2.5. Racismo e cidadania indefinida.....	31
1.2.6. Violência estruturalmente construída.....	32
1.3. Violências e estigma: corpos negros construídos socialmente.....	37
1.3.1. Violência policial contra as juventudes negras.....	40
1.3.2. Estigma da negritude e branqueamento do corpo negro.....	42
1.3.3. Construção social e estigmatização do corpo negro.....	45
1.4. Reconhecimento de diferenças para a cidadania.....	47
1.4.1. Identidade, diferença e pluralidade.....	49
1.4.2. Ordem social e lugares fixados ao outro.....	52
1.4.3. Dialogicidade para romper com a colonialidade do saber.....	54
CAPÍTULO 2 – MATERIAIS E MÉTODOS.....	57
2.1. Passos para um desafio teórico-metodológico convergente.....	59
2.2. Escolhas metodológicas.....	68
2.2.1. Grupos focais.....	73
2.2.2. Relato.....	75
2.2.3. Análise documental.....	76
2.3. Do diálogo para os relatos orais.....	79
2.3.1. Formação dos grupos de conversa.....	81
2.3.2. Dos grupos focais para grupos de conversa.....	83
CAPÍTULO 3 – JUVENTUDES NEGRAS E VIOLÊNCIA POLICIAL.....	89
3.1. Relatos do dia-a-dia: juventudes negras, a principal suspeita.....	89
3.1.1. Ser negro.....	90
3.1.2. “A cor da pele pesa”: a suspeição no cotidiano.....	94
3.2. Estatísticas intrigantes: relações entre violência policial e juventudes negras.....	97
3.2.1. Violência racial em números.....	99
3.2.2. “Não consigo confiar na polícia”.....	104
3.2.3. “Tá apanhando é porque tá fazendo coisa errada”.....	110
3.2.4. “Quê que eu fiz?”: relatos sobre a violência policial.....	112

3.2.5. “Pessoal mais novinho tá sentindo mais na pele”	119
3.3. Comunicação e construção de sentidos sobre a relação juventudes negras-violência policial.....	123
3.3.1. “ A juventude negra não tem uma boa visibilidade na mídia”.....	124
3.3.2. “Eu rejeito a polícia”, mas “não se trata da polícia”	127
CONSIDERAÇÕES.....	131
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES.....	142

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa que aborda a grande incidência da violência policial contra as juventudes negras na cidade de Goiânia¹. O estudo questiona o como e o porquê da aceitação social sobre esse tipo de violência direcionada majoritariamente ao segmento preto², pobre e jovem da população brasileira, tendo como recorte a capital goiana. Considera-se, aqui, violência como a soma das violações dos direitos da pessoa negra com as situações de desrespeito e humilhação que suas juventudes vivem simplesmente por serem pretas e terem traços característicos da negritude. A certa altura deste estudo, será utilizada a expressão juventudes negras, na variação plural, pois se considera que há uma multiplicidade de grupos juvenis com características marcantes diferentes, que, porém, dividem a condição de serem jovens negros e, por isso, contemplam este estudo. Essa utilização do termo no plural será acordada ao longo da dissertação. Será utilizado, também na variação plural, o termo violências, para considerar que existem vários tipos de violências consolidados no sentido geral da palavra, tais como a violência estrutural, a violência simbólica, a violência institucional, a violência policial, dentre tantos outros exemplos.

Com este trabalho, espera-se estabelecer relações entre ações comunicativas do dia-a-dia, racismo, formas de atuação do aparelho policial e violência legitimada pela sociedade contra as juventudes negras. Tem-se a intenção de compreender como essas relações se dão na realidade de Goiânia, para que, assim, se possa mudar os caminhos de injustiça e violações de direitos que fazem parte da vida dos jovens negros. O objetivo principal deste estudo é perceber como as hierarquizações sociorraciais contribuem com a desigualdade social, para, assim, implementar uma luta antirracista que mude essa realidade.

Esta dissertação tem como questão impulsionadora os processos comunicativos do dia-a-dia consolidando a hierarquização das relações sociorraciais e processos de exclusão e de marginalização das juventudes negras. São esses mesmos processos comunicativos do cotidiano

¹ A cidade de Goiânia é a capital do estado de Goiás e está localizada no centro do estado. A cidade possui uma população estimada em 1.430.697 de pessoas e é a sexta maior cidade do Brasil em tamanho com os seus 256,8 quilômetros quadrados de área urbana, de acordo com dados de 2015, disponibilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Goiânia é a segunda cidade mais populosa da região Centro-Oeste, superada apenas pela capital federal Brasília. O IBGE considera que a Região Metropolitana de Goiânia é a 13ª mais populosa do país, com uma população estimada em 2.421.831 habitantes, considerando a soma populacional da capital goiana com os municípios de Trindade, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Nerópolis, Goianápolis, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Aragoiânia e Abadia de Goiás.

² De acordo com o IBGE, a classificação quanto à característica de cor ou raça se divide em cinco categorias: branca, preta, amarela, indígena e parda. Na categoria parda inclui-se a pessoa que se declara mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com qualquer outra raça. Este estudo, ao referir aos termos *negro*, *negra*, *preto* e *preta* e suas respectivas variações no plural, considera as categorias do IBGE preta e parda.

que contribuem para a aceitação social da violência policial contra esse segmento da população. Partindo da ideia de que a ação comunicativa ou processo comunicativo é um fenômeno de mão dupla, de compartilhamento de sentidos, de interação e resposta, tenta-se perceber como atitudes do cotidiano e comportamentos sociais reforçam racismo e preconceitos relacionados ao corpo negro. As ações comunicativas referenciadas podem ser exemplificadas com atitudes como o ato de se amedrontar com a aproximação de uma pessoa negra e o ato de ser indiferente à presença de uma pessoa não-negra nas ruas da cidade. Muitas outras situações ou mesmo formas de discursos poderiam ser citadas. Ao longo desta dissertação, será construído um olhar mais crítico sobre vários tipos de contextos que afirmam hierarquizações sociorraciais e legitimam um comportamento violento da sociedade e das instituições policiais para com a pessoa negra.

A escolha por priorizar os processos comunicativos do cotidiano, nessa pesquisa, condiz com a tentativa de superar, no campo comunicacional, a noção da comunicação midiática como centralizadora de representações sociais sobre o outro e como única responsável pela subjugação do outro. Priorizam-se, aqui, as relações de poder e os processos de exclusão contra a população negra se manifestando não só midiaticamente, mas, sobretudo, ao nível das relações e interações sociais, nas condutas veladas e tidas como inofensivas. Estima-se por esse trabalho, também, possibilitar outro olhar sobre violência, que não se detenha a análises quantitativas sobre materiais midiáticos cuja temática é abordada, tais quais jornais e programas sensacionalistas. Essa abordagem sobre temáticas da violência é frequentemente percebida nos estudos que relacionam comunicação e violência. Pretende-se, portanto, pensar a violência ao nível das violações, humilhações e subjugação do outro nos processos comunicativos antidialógicos do cotidiano.

Esta forma de pensar e agir a partir da exclusão do outro, se relaciona com a hipótese de que a violência policial contra a pessoa negra acontece em razão do corpo negro ser visto como um lugar a ser violado, sem nenhum prejuízo social. Outra hipótese deste estudo é de que haja uma bolha de experiências sociais de discriminação e racismo vividas pela população negra e expressas pela sociedade que sugere uma relação com o crescimento do número de jovens negros mortos ou envolvidos em situações de violência em Goiânia. Por essas duas hipóteses, considera-se que o corpo negro é a primeira instância em que se manifestam situações de segregação e exclusão, afirmadas por processos comunicativos que não primam pelo diálogo e que, por isso, são discriminatórios do cotidiano.

Trabalhar com a temática da violência policial contra as juventudes negras foi uma escolha motivada por uma grande afetação e sensibilização pessoal com a temática, embora o

perfil da pesquisadora não seja exatamente o atingido efetivamente por essa violência. Na condição de mulher, jovem, de classe média, jornalista, as situações de violência policial não chegaram até ela pelas experiências vividas, e sim pela observação de episódios do cotidiano. Os atos violentos chegaram a ela, *a priori*, por meio do relato de pessoas próximas e por meio de mídias independentes produzindo materiais com a cobertura de situações de abuso da polícia. A observação de abordagens policiais nas ruas da cidade, mais conhecidas como *baculejos*³, também foram importantes para questionar o porquê das suspeitas e das revistas policiais terem como foco a pessoa negra.

De forma mais impactante, as histórias de abuso policial chegaram até a pesquisadora por meio de um contato direto que ela teve com as corporações policiais, em razão do trabalho que fazia de monitoramento de notícias factuais do mundo crime, em uma rádio local, nos anos de 2013 e 2014. O monitoramento era realizado com base na interceptação das rádios da Polícia Militar e o sinal interceptado abrangia as cidades de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Essa vivência jornalística a fez perceber diferenças de tratamento entre negros e não-negros nas ações policiais as quais eles se referiam por rádio. Por várias vezes, na escuta das ações, foi possível perceber policiais militares comunicando ao Comando de Policiamento Urbano (CPU) e ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) as características dos suspeitos de cometerem crimes. Nas abordagens de rotina, os “meliantes”, os “neguinhos”, os “vagabundos”, os “maconheiros”, os “marginais”, “os sujeitos”, os “cidadãos” e os “crackeiros” abordados tinham, geralmente, um mesmo perfil. O perfil que prevalecia nas descrições dos policiais era do “indivíduo de cor negra em atitude suspeita”⁴. Tais descrições dos agentes só se diferenciavam umas das outras pelas características das vestimentas das pessoas suspeitas, que os policiais descreviam em detalhes para comunicar suas ações ao centro de operações.

Surgiram, então, as dúvidas sobre se as ações policiais são guiadas pelo racismo e pela estigmatização da pessoa negra. Situações de abuso da polícia, de discriminação, de ofensa e de humilhação nas abordagens ao “indivíduo em atitude suspeita” eram frequentemente ouvidas na rádio-escuta. Isto acontecia mesmo com o fato de grande parte da corporação saber que jornalistas interceptavam⁵ a transmissão de mensagens da polícia via rádio. Entretanto, em

³ O termo *baculejo* ou *bacu* é utilizado como gíria em referência à revista policial.

⁴ Esta era uma frase usada de forma recorrente pelos policiais, na comunicação via rádio da corporação, para avisar ao Copom as características da pessoa suspeita nas abordagens que fariam.

⁵ Desde abril de 2015, as viaturas da Polícia Militar de Goiás estão sem comunicação via rádio devido à danificação causada por um raio a equipamentos da central, de acordo com informações do jornal O Popular. Por isso, a interceptação das mensagens não tem sido realizada por empresas jornalísticas. Para que as viaturas e o Copom troquem informações, é necessário que os policiais utilizem seus números de telefone pessoais. Vide MELO, Rosana. Sem rádio para falar com viatura. **O Popular**. Goiânia, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/sem-r%C3%A1dio-para-falar-com-viatura-1.1010058>>.

momentos de checagem jornalística dos fatos pelo telefone que as viaturas utilizavam, os policiais se mostravam cordiais ao serem indagados sobre situações de crimes e de suspeição. Eles se continham ao relatar abordagens e averiguações policiais e não escrachavam, xingavam, humilhavam ou riam dos suspeitos protagonistas da ação, ao contrário do que chegava pelas mensagens dos rádios.

Junto a essa experiência profissional, o interesse pelas discussões sobre relações raciais foi surgindo cada vez mais forte na pesquisadora, na medida em que ela se propôs a um processo pessoal de reconhecimento de sua própria identidade negra. As experiências trazidas pela graduação em Jornalismo e o envolvimento em vivências da comunicação comunitária também foram fundamentais para desenvolver o interesse por essa pesquisa. O contato com movimentos sociais, com grupos minoritários e suas lutas e, sobretudo, o contato com as diferenças despertaram para uma consciência política pela alteridade, de forma a sempre pensar tipos de resistências contra processos de exclusões.

Para discutir violência policial contra as juventudes negras, foram utilizados procedimentos metodológicos múltiplos para compor esta dissertação, com o objetivo central de torná-la plural e dialógica. Para além da revisão bibliográfica sobre o tema, que consiste em um método necessário a qualquer pesquisa qualitativa, também foram utilizados os procedimentos metodológicos do grupo focal, que evoluiu para grupo de conversa, junto ao relato e à análise documental. Os dois grupos de conversa foram formados por jovens negros, do sexo masculino, relatando histórias de violência policial que viveram em grupos de conversa. Esses grupos foram pautados pela observação e pela maneira respeitosa em que essa relação entre a pesquisadora e seus interlocutores foi construída. Os encontros com os interlocutores se deram a partir de uma experimentação da vida e da forma de pensar do outro por meio do diálogo e do relato. A participação e contextualização da pesquisadora na realidade desses jovens foram estabelecidas ao nível das experiências que eles viveram e que eles próprios relataram e não como uma experiência vivida por ela junto a eles.

Como última estratégia metodológica, a análise documental foi utilizada para retomar dados nacionais de vitimização das juventudes negras e trazê-los à realidade de Goiânia, em paralelo com o procedimento metodológico do grupo de conversa. O guia de ensino Procedimento Padrão da Polícia Militar de Goiás também foi analisado, de forma a apreender as diretrizes de ação da corporação na abordagem de suspeitos.

Esta dissertação é composta por três capítulos. O primeiro é dedicado a questões teóricas relacionadas à comunicação, à cidadania, à violência, ao estigma e às juventudes negras. Discute-se a comunicação enquanto formadora de processos sociais e de socialização

em seu caráter tanto dialógico quanto antidialógico. A partir da dialogicidade propõe-se pensar a possibilidade de promoção de ação-reflexão nos processos de interação social; a partir da antidialogicidade, discute-se os múltiplos tipos de violência, tais quais a violência estrutural, simbólica, institucional, oficial e policial, sofridos pelas juventudes negras. A noção dos corpos transpassados por ideologias e relações de poder e carregados de identidades construídas pela subjetividade ou impostas socialmente também se apresenta neste capítulo. Por fim, vê-se a necessidade do reconhecimento das diferenças para a cidadania nos processos interacionais a partir de uma perspectiva de quebra com a colonialidade.

O segundo capítulo traz a metodologia que foi utilizada neste estudo e explica o porquê da escolha dos procedimentos metodológicos aqui empregados. Expõe-se, neste capítulo, alguns riscos que se corre ao se tratar de temáticas envolvendo questões de diferença e desigualdade. Mostra-se, também, os cuidados que a pesquisadora teve ao utilizar dos procedimentos metodológicos do grupo focal – adaptado a grupos de conversa –, do relato, da observação e da análise documental. A descrição das fases da pesquisa, com suas fragilidades e dificuldades, também está presente neste capítulo, que, por fim, narra como o campo de uma pesquisa é imprevisível e pode ter que se adaptar às reviravoltas.

Já o terceiro e último capítulo é dedicado aos grupos de conversa realizados para este trabalho, junto aos resultados obtidos a partir da análise da pesquisadora. Este último capítulo tem a participação veemente dos interlocutores negros deste trabalho e é composto pelos relatos apreendidos nos grupos de conversa. Vários relatos sobre situações de racismo e violências sofridas pelos interlocutores se apresentam neste capítulo. Relacionam-se a esses relatos as estatísticas trazidas pela análise documental de estudos que já lidam, em números, com situações de abusos policiais contra as juventudes negras.

CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Neste capítulo, os estudos da comunicação, enquanto ciência social, dos direitos humanos e da educação são utilizados para perceber relações de poder que se dão a partir da lógica da hierarquização sociorracial. Tal hierarquização, por sua vez, é responsável pela criação de uma série de violências contra a juventude negra, sejam elas moral, simbólica ou física. A violência policial também acontece como consequência das relações sociorraciais hierarquizadas. Ela se apresenta por meio da associação da pessoa negra, destituída de direitos, ao mundo do crime. É possível perceber, por este capítulo, que as ações comunicativas são essenciais para a vida em sociedade e que elas também são responsáveis, quando antidialógicas, por ratificar processos de exclusão, contribuindo, assim, para a destituição dos direitos da juventude negra. Parte-se do pressuposto de que os processos comunicativos incitam ideologias, discursos e visões de mundo que banalizam a vida das pessoas negras e as colocam em situações de violências. São eles, também, que legitimam ações policiais contra os direitos da juventude negra, exatamente por instaurar o estigma e o estereótipo como diretiva das ações de contenção da violência urbana.

Este capítulo propõe um estudo e uma metodologia convergente entre as áreas do conhecimento citadas, que nos mostre os lugares de onde a comunicação fala, tanto para consolidar violência social a grupos marginalizados como a juventude negra, quanto para firmar formas de reflexão e criticidade na perspectiva da transformação social. Com isso, pretende-se encontrar caminhos que possibilitem o alcance da cidadania plena da pessoa negra⁶.

1.1. Comunicação social e construção de sentidos

Para estabelecer uma relação entre comunicação social e alteridade, é necessário evidenciar o que é comunicação, no seu sentido de tornar comum, e delinear o que são ações comunicativas dialógicas ou antidialógicas. Será possível ver que é pela comunicação que se atribui sentido social ao mundo e que as ações comunicativas do cotidiano podem determinar processos de exclusão. Será possível perceber, também, que a comunicação midiática contribui para hierarquizar as relações sociais e para nos fornecer uma ideia única sobre o que é violência.

⁶ A cidadania plena da pessoa negra ainda não é uma realidade do Brasil, já que a população negra é subjugada, estigmatizada e excluída socialmente por não ter os direitos formais que a fazem ter o direito de vivenciar a cidade de forma digna. Refere-se aqui ao todo dos direitos referidos na Constituição Brasileira, incluindo os direitos civis, os direitos sociais e os direitos políticos.

Entretanto espera-se superar tanto a noção de que a comunicação se reduz a processos midiáticos quanto a noção de que a violência se esgota na violência urbana representada midiaticamente.

A comunicação permeia toda a trajetória humana de relações sociais e torna possível a vida social. Por ela perpetuam-se todos os tipos de sistemas de códigos e significações, constroem-se todas as trajetórias de trocas, fluxos, rastros e contextos. Os processos comunicativos são vitais para os desdobramentos do mundo da vida e são intrínsecos a cada movimento, a cada escolha, a cada ação que se dê em torno de uma intencionalidade e que projete uma reação. Para que haja comunicação, portanto, é necessário que haja interlocução, trocas, interações, compartilhamentos, reciprocidades e estímulos típicos do tornar comum.

O tornar comum se insere e participa desde o início da vida em sociedade, quando as relações sociais foram se construindo, a partir de significados compartilhados e de um pacto mútuo de compreensão sobre objetos e situações. No decorrer da formação da sociedade, da complexificação das relações sociais e do aparecimento das relações comerciais, o tornar comum possibilitou o aparecimento de valores morais, o estabelecimento de regras a serem cumpridas para a convivência em sociedade e estabeleceu, também, formas de ação em conjunto, de acordo com os estudos de Temer (2005). Para ela, foi por meio da comunicação que o ser humano construiu e foi responsável pelo seu próprio desenvolvimento como ser de relações. Nesta perspectiva, o tornar comum foi e continua sendo uma ação implícita e necessária na comunicação. Portanto, dividir e compartilhar um sentido social é se comunicar e tornar algo comum.

Essa ideia traz desde o sentido mais *stricto* da comunicação até a concepção globalizada do que vem a ser a ideia da comunicação hoje, sobretudo quando vinculada, no imaginário social, aos meios de comunicação de massa e às tecnologias comunicacionais. Segundo Dias (2014), o sentido *stricto* da comunicação se faz pela perspectiva do diálogo e, assim, da interação, do compartilhamento e do contato. Essa concepção trazida pela autora refere-se ao espírito primário do tornar comum, que envolve a reciprocidade e o compartilhamento do mundo pela palavra, pelas trocas constantes, libertadoras e respeitadoras, na percepção freireana. O sentido *stricto* da comunicação refere-se à alteridade, no sentido da relação com o outro. Envolve também, ainda segundo a autora, uma convergência da própria pronúncia do e sobre o mundo com a pronúncia de outros pronunciante. Sodré (1984, p. 25) afirma que “é no diálogo, portanto, que a comunicação se revela plenamente como troca, dando margem ao conhecimento recíproco dos sujeitos ou até ao conhecimento de si mesmo, na medida em que pode incorporar o discurso do outro”.

O tornar comum pode, ainda, ser entendido segundo a perspectiva de Santos (2006) sobre a atual lógica da cultura urbano-industrial, que associa comunicação a um sentido exclusivo dos processos informacionais. Esse é o sentido midiático da comunicação, que prenuncia um tipo de mediação social utilizando a informação como protagonista de uma nova ordem sociocultural, evidenciada por Sodré (2006). Tal ordem converge para uma supervalorização da informação e para a crise do conhecimento comum. Por essa lógica, as tecnologias comunicacionais, que têm um eticismo⁷ particular, se tornam dispositivos geradores do real, da verdade e operam no campo da persuasão e do convencimento, segundo o autor. A conclusão dele é de que a comunicação passa a ser conhecida como a aceleração do processo circulatório dos produtos informacionais, que se referem a produtos culturais. “A regra do jogo é fingir que o *médium* (o intermediário técnico entre falante e ouvinte) equivale à completa realidade comunicacional dos sujeitos. E o primeiro grande falseamento operado por essa ficção é confundir informação com comunicação” (SODRÉ, 1984, p. 24).

1.1.1. Dialogicidade e antialogicidade

Ao considerar o sentido *stricto* da comunicação, Freire (1983, 1999) mostra, em seus estudos, que o mundo humano é um mundo de comunicação, na medida em que não há pessoa isolada e, portanto, não há pensamento isolado. Por ser um sujeito de relações e não só de contatos, o ser humano não somente está *no* mundo, mas está *com* o mundo com a sua potencialidade comunicativa de dialogar e de compartilhar, na visão do autor. A partir do pressuposto freireano de que não há dissociação entre comunicação e diálogo, Dias (2014) complementa que as relações são humanizadas pela dialogicidade como uma “exigência existencial”.

Ora, se a noção de dialogicidade é uma exigência existencial, o não existir pode, então, se dar em situações em que a antialogicidade predomina. Dentro da lógica da cultura urbano-industrial e dos meios de comunicação de massa, o sentido do tornar comum presume, assim, uma condição antidualógica ou monológica, de acordo com Thompson (2001). Para o autor, o fluxo da comunicação passa a ser visto e concebido pela mão única dos processos informacionais. Nessa forma de tornar comum não há encontro, não há alteridade, não há troca,

⁷ Na visão de Sodré (2006), o eticismo particular da comunicação midiática refere-se a uma orientação e a uma ética própria dos processos comunicativos midiáticos que consideram somente os interesses imediatos do mercado e das grandes empresas da informação, sem qualquer comprometimento com uma cultura crítica e com a tradição coletiva das diversas formações sociais.

não há doação da pronúncia do mundo de uns a outros e, logo, não há “ação-reflexão acerca do pensar-fazer comunicacional em espacialidades de aprendizagem” (DIAS, 2014, p. 329). Portanto há uma condição propensa ao não existir. A antidialogicidade é vivenciada aos que foram sujeitados ao silenciamento e ao mutismo, não somente pelas vias do não falar, mas também pelas vias do não agir-refletir.

Não existir refere-se não a desconhecer sentidos sociais e a ser incapaz de compreendê-los, mas sim a uma condição antidialógica de falta de pronunciamento. E não se pronunciar significa que mundos e tipos de conhecimentos diferentes não são compartilhados. Não existir, portanto, faz parte de uma prática bancária vivenciada na comunicação, tomando de empréstimo os estudos freireanos sobre a educação bancária. Nessa prática há um depósito de saberes-verdades, informações e realidades que não podem ser discutidos ou transformados, justamente pelo caráter não dialógico da sua essência, que nega, a qualquer custo, o diálogo e a reciprocidade.

As sociedades a que se nega o diálogo – comunicação – e, em seu lugar, se lhes oferecem ‘comunicados’, resultantes de compulsão ou ‘doação’, se fazem preponderantemente ‘mudas’. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico (FREIRE, 1999, p. 77).

Negar o caráter dialógico da comunicação é oferecer comunicados sobre realidades, é criar, midiática e autoritariamente, imagens representativas sobre pessoas, sobre grupos e situações sociais e propagá-las nos meios de comunicação de massa. Condiz, por exemplo, em associar a pessoa negra a uma condição de inferioridade em relação à pessoa não-negra; em associar a mulher a uma condição de submissão em relação ao homem; em considerar os povos indígenas e quilombolas como incapazes e tuteláveis; em relacionar a homossexualidade e a transsexualidade à promiscuidade. Tudo isso, a partir da imposição de uma realidade embasada em processos de exclusão e relações de poder. Não há qualquer chance de que as pessoas ou os grupos sociais segregados dialoguem, problematizem e desconstruam as imagens impostas. A antidialogicidade leva ao preconceito, ao racismo, ao sexismo, à xenofobia, à homofobia, à transfobia e à ratificação das desigualdades sociais.

A dialogicidade, ao contrário, traz a lógica da reciprocidade como condição para a existência humana, na perspectiva do sujeito crítico e histórico, apto a ser inserido, a pronunciar, a dialogar e a compartilhar o mundo. No quadro das relações dialógico-comunicativas,

os sujeitos interlocutores se expressam [...] através de um mesmo sistema de signos linguísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente,

o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito (FREIRE, 1983, p. 45).

Um quadro significativo comum refere-se a uma realidade posta de compreensão mútua entre os sujeitos interlocutores. A comunicação plena, portanto, só é possível pelos processos simbólicos compartilhados e sistematizados por uma linguagem em comum acordo e por um mesmo quadro significativo que, se não existir, impossibilita um processo comunicativo completo e dialógico.

1.1.2. Trocas e ação comunicativa

Pensar e externalizar determinado pensamento requer uma organização e organicidade dos códigos a serem decodificados a partir do uso da língua e da estratégia das trocas simbólicas. Na perspectiva de Mauss (2003), as trocas são estratégicas pois, embora possam se dar de uma forma aparentemente desinteressada, elas são obrigatórias e constituem parte das atividades sociais e do desenvolvimento da vida em sociedade, de maneira simbólica e coletiva. Para o autor, as trocas se constroem desde a concepção das sociedades chamadas primitivas até as sociedades da contemporaneidade, de forma constante. Entretanto cada sociedade cria particularidades para suas trocas simbólicas, materiais, morais, afetivas, dentre outras, respeitando, sempre o denominador comum de três obrigações: “dar, receber, retribuir” (MAUSS, 2003, p. 203).

Durham (1984) e Azeredo (2007) dialogam em perspectiva quando afirmam que a dimensão simbólica que constitui a ação humana, se dá em virtude da condição do humano de ser histórico, de ser social, sociável e, por isso mesmo, de ser político. A ação humana pode, então, ser comparada à ação comunicativa, visto que ambas se baseiam nas trocas e em um universo de significados compartilhados. Durham relaciona a ação humana à verbalização no discurso, ao mito, ao rito, ao dogma e a outras práticas sociais, enquanto o autor destaca a intervenção comunicativa expressa

nas múltiplas formas de simbolização – palavra, gesto, desenho, pintura, escultura, música, etc. – nas formas de organização social – família, escola, religião, partidos políticos, clube, etc. – nas profissões, nos esportes -, nos estatutos, contratos, regimentos, etc. etc. (AZEREDO, 2007, p. 32).

A sociedade, portanto, se constitui por variados atos comunicativos, que se configuram por diversas formas de se comunicar e de perpetrar ações político-ideológicas visando algum

tipo de ordem social. São utilizadas, nesta dissertação, as expressões *atos comunicativos* ou *ato comunicativo* como sinônimas das expressões *ação comunicativa* ou *ações comunicativas*. Considera-se que o ato ou ação comunicativa tem um cunho processual, em que há a participação múltipla para promover ação comunicativa completa. Nela, um comunicador-interpretável passa uma mensagem apta a ser interpretada, que pressupõe ideologia, intencionalidade e objetivo, a partir do seu lugar de fala. O interpretador-comunicante recebe a mensagem, atribuindo-lhe significados, sentidos e respostas, também a partir do seu lugar de fala ou de produção social de sentido⁸.

Um ato comunicativo pressupõe, portanto, trocas simbólicas, ideologia, intencionalidade e uma perspectiva de resposta à ação realizada. “É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes” (FREIRE, 1983, p. 45). A ação comunicativa se dá no campo da vivência, da interação, do convívio, da experientiação social da vida e também ao nível do discurso. Ela pode se manifestar em um ato corriqueiro do dirigir a palavra a alguém, do ignorar o outro em determinadas situações, ou mesmo nas escolhas de vestimenta e de comportamento social. Ela pode se apresentar, também, no nível institucional quando, por exemplo, medidas político-governamentais demonstram o comportamento do Estado privilegiando uns em detrimento de outros ou colocando em pauta determinadas questões e não outras. A ação comunicativa pode ser pensada como uma relação de comunicação vinculada, inseparavelmente, a uma relação de poder.

Não se pode, então, dissociar a noção do ato comunicativo pleno e completo da noção de dialogicidade, uma vez que ambos se referem a uma postura política de pronunciamento. Isto porque a ação comunicativa envolve uma relação com a recepção, com a interpretação de mensagens e sentidos sociais, além de uma relação de poder e de certa bagagem simbólica acumulada pelos sujeitos sociais. Quando se fala em recepção não se fala em uma condição de receptividade. Essa ideia nos levaria a imaginar que há um receptor passivo diante de um processo comunicativo e esse receptor simplesmente receberia a mensagem exatamente com a intenção original em que ela foi transmitida. A ideia de receptividade – que em hipótese

⁸ A ação comunicativa realizada pelo comunicador-interpretável e pelo interpretador-comunicante em relação recíproca, é pensada a partir da apropriação dos estudos freireanos sobre um tipo de educação libertadora, baseada na interação e nas trocas. Nessa modalidade de educação há um educador-educando e um educando-educador participando, juntos, do processo educativo de ensino-aprendizagem. A noção das trocas recíprocas percebidas nos estudos de Freire (1977) em seu livro *Pedagogia do oprimido*, pode ser transposta para o campo da comunicação, considerando a comunicação como troca, como um processo mútuo de emissão e de interpretação de mensagens e sentidos. Por isso, as expressões *comunicador-interpretável* e *interpretador-comunicante*, fazem jus ao processo comunicativo de uma ação proposta e promovida por e entre dois lados.

nenhuma se apresenta nesta investigação – aproximaria este estudo às pesquisas sobre a ação psicológica de produtos midiáticos e suas potencialidades de instaurar controle social e reação uniforme em um público heterogêneo. Tal teoria é evidenciada pela Teoria Hipodérmica ou Teoria da Bala Mágica da Escola Americana Positivista⁹, que surgiu no auge da eclosão do fenômeno das comunicações de massa, no período que coincide com as duas guerras mundiais, de acordo com Wolf (2003).

Nesse sentido, a ação comunicativa que se refere à comunicação linear e midiática pode ser caracterizada como um processo comunicativo antidialógico em mão única baseado na informação e sem perspectiva de resposta. O processo de recepção e interpretação da informação transmitida, neste caso, se esboça no silenciamento e na falta de criticidade por não haver espaço de fala a quem recebe a mensagem. Já no caso da ação comunicativa que se refere à comunicação dialógica, há uma perspectiva de troca, de diálogo e de pronúncia do mundo tanto do lado de quem inicia o ato comunicativo, quanto do lado de quem recebe e interpreta as mensagens transmitidas. Nesse tipo de comunicação, há espaço para a criticidade e para a ação-reflexão, já que as trocas e a possibilidade do falar e do interagir são muito bem-vindas.

Como este trabalho lida com os processos comunicativos a partir do sentido *stricto* da comunicação, a dialogicidade é parte essencial da composição do universo comunicativo e da ação comunicativa completa. De acordo com os estudos de Dias (2014), a dialogicidade se revela como um ato libertário, a partir da tomada da palavra dos sujeitos sociais. A comunicação dialógica se mostra em uma posição de abandono à subordinação das demandas do mercado de trabalho e da lógica mercantil, que, pela cultura urbano-industrial, priorizam os processos informacionais antidialógicos e o valor vendável da informação. A ação comunicativa em que se dá a dialogicidade, a criticidade, a vivência política e a pronúncia do mundo valoriza a “busca pela formação humana em sua plenitude” (DIAS, 2014, p. 331).

1.1.3. Redução da comunicação a processos midiáticos

Ao se ampliar os processos comunicativos ao patamar da ação política nas relações sociais e da experiência vital, é pertinente considerar que há um equívoco nos estudos da comunicação social ou nos estudos a partir dela. Percebe-se uma espécie de essencialização dos

⁹ Segundo Wolf (2003), a Teoria Hipodérmica ou Teoria da Bala Mágica baseia-se na ideia de que os meios de comunicação têm uma ação psicológica direta na sociedade de massa, cujas pessoas são *atingidas* pela mensagem transmitida. Tal teoria foi criada pela Escola Americana Positivista que, com um pensamento positivista, trouxe um caráter funcionalista aos estudos de efeitos da comunicação.

processos comunicativos apenas a um olhar mediatizado sobre os meios de comunicação. Nesse olhar somente a comunicação midiática é tida como forma autêntica de se comunicar e tornar sentidos e ideologias possíveis. Esse tipo de abordagem desconsidera todo o universo das outras trocas simbólicas e todas as formas de linguagens e seus respectivos processos comunicativos que não são tecnicamente mediados. A comunicação passa a se prender somente ao nível das representações midiáticas. Desconsidera-se, portanto, desde a comunicação dialógica e suas imbricações ideológicas e políticas que fomentam uma formação sociocultural ao nível primário das relações sociais, até a comunicação corporal, ou outras formas pouco identificadas no imaginário social como comunicação.

Reduzir a comunicação e as questões comunicacionais “à pura interação midiática resulta em posições gestionárias da seguinte ordem: ‘eu defino o objeto de estudo dos estudos de mídia como a estrutura e os processos de comunicação social’. O que avulta nesta definição é o privilégio da ‘relação’ tecnológica” (SODRÉ, 2006, p. 223) sobre as relações sociais. De acordo com o autor, o fascínio pelo agigantamento da tecnologia nos processos comunicativos é fortalecido por uma comodidade política de vincular a comunicação à representação clássica. Esse fenômeno oculta as possibilidades de ação transformadora dentro da sociedade a partir dos sujeitos sociais. Há uma variedade de ações sociais e comunicativas esquecidas ou sublimadas na realidade da sociedade, que, se percebidas criticamente em uma postura reflexiva, se relacionam com os problemas sociais e apontam processos de exclusão. Esses processos levam a relações de dominação, opressão e submissão que se enfrenta cotidianamente, mas que podem ser evitados ou minimamente amenizados.

O referido fenômeno, em que prevalece a representação sobre as ações comunicativas, trata-se da mediatização. Por ele, a comunicação é entendida apenas pelo viés de processos informacionais e tecnológicos.

Mediatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecnointeração’ -, da realidade sensível, denominada *medium*. Trata-se de dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o *capital*, e que constitui propriamente uma nova *tecnologia societal* (e não uma neutra ‘tecnologia da inteligência’) empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política (SODRÉ, 2006, p. 21-22).

Nem mais nem menos importante à complexa estrutura dos processos comunicativos, a comunicação midiática faz parte do fenômeno comunicativo do tornar algo comum. Nesta

dissertação, o lugar de fala da comunicação transcende ao convencional trajeto exclusivo da comunicação midiática na consolidação de fenômenos sociais. Este estudo considera a complexidade da sociedade informatizada, mas inclui, também e sobretudo, os processos comunicativos mais sutis e elementares do dia-a-dia, no protagonismo das trocas simbólicas. Processos estes que criam situações de exclusão, relações de poder, construções de hierarquias sociais em degraus dos privilegiados e dos inferiorizados. Tal escolha de considerar a totalidade do universo comunicacional das relações sociais busca relacionar os processos comunicativos antidialógicos a manifestações de desigualdade, exclusão e discriminação. Procura-se, nesta dissertação, estabelecer uma relação intrínseca entre ação comunicativa e violência. Por essa escolha tenta-se romper, sobretudo, com os estudos de violência no campo da comunicação, que se limitam a análises da cadeia midiática veiculando exaustivamente notícias do mundo do crime, em perspectivas quantitativas e amedrontadoras sobre o crescimento da violência nas grandes cidades.

1.2. O lugar da comunicação a partir dos estudos de violência

Os estudos sobre violência no âmbito da comunicação devem ir muito além da relação quase contratual entre o mundo do crime e sua frustrante representação midiática, expressa na mídia hegemônica. A começar por um olhar crítico de que há uma multiplicidade de formas de violência não contemplada nesse tipo de abordagem, que só prioriza enfoques pontuais da cobertura de crimes. As pesquisas sobre violência costumam acompanhar a rotina de produção das matérias jornalísticas sobre o assunto que, geralmente, vem pautado por editoriais responsáveis por notícias factuais relacionadas às cidades. Isso significa que há uma grande visibilidade na mídia concedida a acontecimentos que envolvam homicídios, tentativas de homicídios, roubos, sequestros, tráfico e consumo de drogas, dentre outros crimes contra a vida e contra o patrimônio. Esses crimes também são amplamente abordados nos estudos que relacionam violência à comunicação midiática. Contudo, há a necessidade de ampliar o leque da noção de violência, não a restringindo somente ao mundo do crime. É necessário notabilizar as relações econômicas, sociais e políticas que perpetuam a violência a partir de movimentos contínuos de desigualdade e desproporção de direitos e cidadania. Neste trabalho, portanto, prioriza-se os processos comunicativos antidialógicos que incidem no rol das violações e ratificam processos de segregação e exclusão. Compreende-se que hierarquias sociais culminam nas relações dicotômicas as quais se recaem, inclusive por meio da contribuição da

abordagem midiática, tais como pessoa de bem e bandido, cidadão e não-cidadão, população não-negra e população negra, paz e violência.

1.2.1. A violência midiaticizada

De maneira muito evidente, a violência urbana¹⁰ está muito presente no universo midiático e é por ele que ela é difundida na ordem do extraordinário, do trágico-espetacular. O valor-notícia da violência urbana, que se refere à importância e a visibilidade que um acontecimento possa ter na perspectiva de Wolf (2003), é bastante explorado midiaticamente na cobertura jornalística. Depara-se com uma tempestade de notícias sobre o que foge ao ordinário, o que rompe à ordem, o que assusta e impõe um medo comum, coletivamente compartilhado e difundido. Na visão de Bourdieu (1997), o mundo jornalístico interessa-se cotidianamente pelo extra-cotidiano e pelo extraordinário ordinário, o que significa, para ele, o interesse midiático por tragédias e pela violência. O extraordinário passa, assim, a cumprir uma função ordinária a partir do espetáculo midiático. Na visão de Debord (1997, p. 16), há uma inversão do real “de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva”. O autor ainda afirma que o que sustenta a sociedade existente é uma inversão de lados, em que a realidade surge no espetáculo midiaticizado e o espetáculo, por sua vez, surge no real.

A relação realidade-espetáculo dialoga intrinsecamente com o que Sodré (2006) chama de *bios* midiático. Esse quarto *bios* discutido pelo autor sob a forma do *bios* midiático, implica uma nova qualificação da vida e um novo modo de vivenciar o mundo, a partir do fenômeno da midiaticização. Os três gêneros de existência – os *bios* - distinguidos por Aristóteles em vida contemplativa, vida política e vida do corpo, nas primeiras páginas do livro *Ética a Nicômaco*, são a base filosófica e conceitual a qual Sodré se apropria para caracterizar o que ele chama de *bios* midiático como um quarto âmbito existencial. Nele, predomina a midiaticização como tecnologia de sociabilidade que requalifica a vida social e cultural e cria uma realidade simulada ou virtual própria de uma separação ou autonomia das relações sociais imediatas, segundo o autor. A ordem espetacular da realidade midiaticizada passa, assim, a ter mais importância fenomenológica do que o próprio real histórico. A representação midiática, portanto, tem um

¹⁰ A expressão *violência urbana*, nessa pesquisa, designa uma esfera conjuntural de crimes praticados contra a propriedade e contra a vida no âmbito urbano. Para Santos (1994), o urbano diferencia-se da cidade quanto aos interesses que a materializam como produto de ações e reações. “O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno” (SANTOS, 1994, p. 69).

maior peso do que a ação comunicativa em si. Isso reduz a comunicação a uma visão “midiacêntrica”, na concepção de Sodré (2006). Essa visão significa a elevação da mídia a um papel central e elementar nas relações sociais, que reorganiza o estar no mundo. Significa também que o fenômeno da midiatização centraliza, ao mesmo tempo que explica e soluciona ideologicamente, todos os problemas comunicacionais.

É importante destacar que, no livro *Antropológica do Espelho*, Muniz Sodré utiliza o termo “midiacêntrica” sob a forma de um neologismo, mas não desenvolve um conceito formal para o seu uso. Deduz-se, então, que a ideia do termo esteja ancorada, neste contexto, a uma junção das terminologias mídia e centrismo e seus respectivos significados. Desta forma, *midia centrismo* se relaciona a uma visão de mundo que coloca a mídia em uma perspectiva central, dentro do âmbito da realidade e dos acontecimentos sociais. Entretanto Motta (2005, p. 2), utiliza o termo “midiacêntrico” para identificar um paradigma dentro da prática jornalística, em que os estudos sobre esse modelo “focam a atenção na mídia para observar o que o jornalismo faz com a sociedade ao divulgar uma ‘visão de mundo’ autoritária a partir da cultura profissional e institucional e de critérios do mercado”.

Por trás da espetacularização da violência midiatizada, há uma trajetória social, cultural e histórica de construção da violência urbana em desfavor da população negra. Significa dizer que a violência urbana se manifesta de acordo com uma categorização sociorracial, que determina a quem essa violência pode atingir e até que ponto ela é aceitável. É por essa hierarquização que a população negra vem sendo responsabilizada pelos crimes que acontecem nas cidades.

1.2.2. O outro lado não evidenciado da violência

Falar de violência no Brasil equivale – ou deveria equivaler - a considerar a colonização como a máxima da exploração, da invasão, da selvageria, do abuso, do roubo territorial, sob a lógica do domínio cultural, étnico-racial, político, econômico e ideológico que desembocou na construção das grandes cidades. Há, entretanto, um grande desafio que o país enfrenta, na concepção de Ribeiro (1995). Para ele é necessário alcançar uma lucidez e uma consciência necessária dos fatos históricos e políticos da construção do Brasil. É necessário ter, assim, uma compreensão da história passada e vivida para que, desta forma, se possa criar projetos alternativos de ordenação e inclusão social, que primem pela equidade dos direitos estendida a todos, independentemente de raça, classe ou credo.

O povo brasileiro pagou, historicamente, um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que se vive e peleja. Nessas lutas, índios foram dizimados e negros foram chacinados aos milhões, sempre vencidos e integrados nos plantéis de escravos. O povo inteiro, de vastas regiões, às centenas de milhares, foi também sangrado em contrarrevoluções sem conseguir jamais, senão episodicamente, conquistar o comando de seu destino para reorientar o curso da história. Ao contrário do que se alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história (RIBEIRO, 1995, p. 25-26).

A ideia comum sobre violência urbana, englobando os demais tipos de ações e manifestações violentas, é uma construção social que passou por diversos processos comunicativos para se firmar, ao longo de toda a formação histórica do Brasil. O projeto de construção opressor e elitista do país, se concretizou a partir de uma visão sempre eurocêntrica e branca, fato que contribuiu para consolidar direitos a uns e violências e violações a outros. Os não-brancos ficaram de fora da cidadania dos privilégios, jogados ao infortúnio da desigualdade sociorracial e às consequências históricas dos interesses e desinteresses das classes dominantes. Processos comunicativos mais comuns do dia-a-dia contribuíram para a consolidação da violência estrutural como um fenômeno da desigualdade sociorracial. São exemplos desses processos desde a compreensão e cumprimento dos códigos de leis, a aceitação de uma ideologia dominante e o conformismo com a marginalização de grupos sociais em detrimento de outros, até o atual complexo da comunicação midiática e as decisões políticas do Estado difundidas à população.

1.2.3. O caráter dualista da violência

Para falar de violência estrutural, precisa-se, *a priori*, trazer para a discussão a fragilidade dos estudos de violência quando ela é tomada em seu caráter dualista e considerada, no campo da comunicação, somente pela perspectiva da representação midiática sobre crimes e sobre a violência urbana. É necessário considerar as limitações que essa concepção sobre violência apresenta, sobretudo quando há uma culpabilização da juventude negra pelo aumento dos índices de crimes na cidade. O caráter racista dessa perspectiva dualista será evidenciado e possibilitará pensar violência sob as bases da violação e da extirpação de direitos do outro. Considera-se, desta forma, a trajetória histórica da violência estrutural que acompanhou e acompanha a construção do país.

Se o grande equívoco nos estudos referentes à comunicação é limitá-la à comunicação midiática, o grande equívoco nos estudos de violência é reduzi-la ao caráter dualista. Nesse

reducionismo há uma perspectiva de causalidade, em que a violência só se concretiza se partir da ação intencional de um agressor causador em direção a uma vítima. A violência, pela perspectiva dualista, limita-se a uma ação unilateral, que parte de um agente agressor, responsável, no quadro de sua individualidade, pelo ato violento. O agressor, nessas circunstâncias, é causador de um dano físico, moral ou patrimonial, que caracteriza alguma tipificação de crime, dentro do Código Penal brasileiro, contra uma vítima passiva, atingida fisicamente ou lesada materialmente. Há, na concepção dualista da violência, uma relação quase que congênita entre quem comete crimes e quem é passível de ser vítima deles; entre quem nasce propenso à criminalidade e quem deve ser protegido pela segurança pública do Estado.

O grande equívoco dessa abordagem sobre os atos violentos que acometem as cidades e a vida urbana é considerar que a violência se esgota em crimes; é inadmitir que sem um agressor, sem uma vítima e sem um crime não haja necessariamente violência. Pensar a violência somente no sentido dualista restringe o ato violento a uma relação de causalidade, sob a ação de um agente causador. Esses elementos caracterizam a existência de um crime em lei. O Código Penal brasileiro (1940), no artigo 13º, prevê que “resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”. Embora a definição de crime não seja trazida pelo Código Penal e seja encorpada somente em doutrinas jurídicas, a noção de crimes contra pessoas contempla, essencialmente, que deve haver um agente causador para que lhe seja imputada uma pena. Ora, pensando a violência no rol das violações, das extirpações de direitos, das desigualdades, das humilhações e das hierarquizações sociais, a noção dualista da violência, inspirada na noção de crimes, não contempla os múltiplos tipos de violências sociais que existem.

Essa noção dualista do que é a violência no âmbito urbano é reforçada pelos olhos do crescimento dos índices que confirmam as estatísticas de aumento dos crimes contra a propriedade e contra a vida. Ela se impõe ideologicamente como um discurso dominante estruturado e estruturante. De acordo com as ideias de Bourdieu (1998), esse discurso garante uma ordem¹¹ estabelecida como natural, por meio de uma determinação mascarada - e, por assim ser, ignorada como tal -, de estruturas mentais ajustadas objetivamente às estruturas sociais. Ou seja, o discurso dominante que prevalece na concepção reincidente da violência com o caráter dualista é estruturado de forma a garantir um arcabouço de proteção legítima e

¹¹ A palavra ordem é utilizada não no sentido disciplinar do termo, mas no seu sentido de conduta e pensamento social.

legal à classe dominante, cheia de privilégios, que pode coibir o crime – e, a partir dessa perspectiva, a violência – punindo, prendendo, ou aniquilando quem o cometeu.

É essa mesma noção dualista que assola o imaginário social sobre violência urbana, a qual, por sua vez, é linearmente retratada nos noticiários midiáticos sobre o mundo do crime e se configura em um formato padrão de representação. Nesta forma de se representar a violência urbana midiaticamente, aparece o agressor que mata, rouba, comete - ou é suspeito de cometer - um crime e, por isso, é preso, punido ou até mesmo morto. A figura do agente causador é contraposta à vítima lesada, em uma posição maniqueísta do mal e do bem. Se a vítima estiver inserida no discurso dominante ou mesmo se pertencer a uma classe dominante, ela pode exigir a punição do agente causador do ato criminoso, a partir da perspectiva da violência dualista. O formato de representação midiática na cobertura de crimes, nessa configuração que estabelece papéis sociais hierárquicos, dá vazão para a exigência de alguma punição física ou moral ao agressor. Entretanto, há uma ressalva, tanto na representação midiática quanto na concepção da sociedade sobre crime e punição, quando há a inversão de papéis, dentro da perspectiva dualista da violência. Exemplos sublimados dos holofotes midiáticos são os casos em que o agente agressor de uma ação violenta pertence à classe dominante ou pertence, por exemplo, às forças policiais do Estado, contra uma vítima vulnerabilizada socialmente, seja ela uma pessoa negra, ou pobre, ou indígena, ou pertencente a algum segmento marginalizado. Se essa for a situação, é bem provável que nem a cobertura da mídia hegemônica seja feita sobre o caso e que não haja uma cobrança social para a punição de quem cometeu o ato criminoso.

1.2.4. A violência da exclusão

Ao propor um estudo que correlacione a violência a um vínculo veemente com a comunicação e seus processos comunicativos considera-se, entretanto, uma outra forma de violência. Não essa violência de caráter dualista que a comunicação midiática tanto faz uso para produzir comoção e espetacularização sobre situações factuais. Mas a violência baseada em evidências de processos de exclusão e segregação sociorracial que vitimiza e vitimizou a população negra, ao longo de todos esses anos de tentativa de uma construção democrática do país.

A discussão sobre violência que tem ocupado o cenário político e é qualificada como ‘violência urbana’, está relacionada a assassinatos, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra pessoas ou patrimônios, tendo no código penal o locus privilegiado para sua solução. A violência se expressa na brutalidade da vida, na pobreza, nas carências, na marginalização e exclusão de grupos sociais. Porém, a violência que

ocupa espaço na agenda nacional está relacionada aos índices alarmantes de casos de roubos e homicídios. A preocupação com a violência deveria ir além da brutalidade que se encerra na morte. Ela deveria ser apreendida também no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação, na humilhação, na discriminação. É nesta perspectiva que queremos discutir a violência a qual está submetida a população negra (SILVA; CARNEIRO, 2009, p. 17).

A grande preocupação da agenda nacional¹² com a violência urbana reflete a característica colonialista de atribuir uma importância à propriedade privada maior do que à vida, principalmente quando a vida em questão é a da pessoa negra. A proteção ao direito de propriedade tem licença para atropelar e superar qualquer outro direito, inclusive o direito do outro de viver. Isso significa que existe uma série de medidas protetivas exigidas pela sociedade e tomadas pelo Estado para garantir que as propriedades privadas não sejam violadas e, caso sejam, para que haja uma estrutura de vigilância eficiente que retorne uma punição a quem causou o dano, ou uma punição a quem se imagina ser responsável pela criminalidade urbana. Deve-se considerar que, permanecendo somente essa visão dualista da violência em que há um agressor *versus* uma vítima patrimonialmente lesada, ocultam-se os fatos conjunturais que fazem e refazem a violência urbana e, também, se esconde o processo mesmo em que ela foi construída a partir da violência estrutural. Esta, nascida no estabelecimento das relações de poder e dominação, desde a chegada das primeiras embarcações portuguesas impondo os rumos históricos que o Brasil tomaria com a imposição da colonização.

Não cabe a esta dissertação traçar os caminhos históricos de consolidação da violência estrutural vivida por vários grupos sociais historicamente excluídos no Brasil. Mas é válido salientar que a desigualdade social e a falta de oportunidades que atingem a população negra vêm inscrita junto à história oficial do país, nas reminiscências do período da escravidão, da abolição e da pós-abolição. A violência estrutural se consagra na medida em que se estabelece um pacto comunicativo e se naturaliza coletivamente a desigualdade de direitos e, de acordo com Carneiro (2011), acredita-se e se reproduz a ideia de que alguns humanos são mais humanos do que outros. Essa crença fortalece uma estrutura vigente de relações raciais hierarquizadas, que define quem tem direitos e acessos e quem não os tem e não os deve ter;

¹² A construção de uma agenda nacional refere-se aos assuntos que são mais amplamente discutidos e que estão em evidência, em termos generalizados, nos debates e na vida cotidiana da população brasileira. Tal agenda pode ser considerada a partir da hipótese do agenda-setting, que “toma como postulado um impacto directo - mesmo que não imediato - sobre os destinatários, que se configura segundo dois níveis: a) a ‘ordem do dia’ dos temas, assuntos e problemas presentes na agenda dos *mass media*; b) a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’” (WOLF, 2003, p. 63). O autor considera que, em consequência das informações divulgadas por jornais, televisão e por outros meios de informação, o público passa a se importar, a prestar atenção, a ignorar ou negligenciar fatos específicos da vida cotidiana. Há, para ele, a tendência de que as pessoas incluam ou excluam dos seus próprios conhecimentos o que os *mass media* divulgam ou deixam de divulgar como conteúdo.

quem tem privilégios sociais e quem nunca consegue romper com a imagem de inferiorizado. Falar de violência estrutural é reconhecer que o mito da democracia racial no Brasil postergou embates e ações sociopolíticas em prol de igualdade sociorracial durante anos. É também considerar que qualquer política pública de inserção da pessoa negra aos *locus* sempre ocupados pelos não-negros, como escolas, universidades e cargos públicos, consiste no início da retratação de uma dívida histórica. Falar de violência estrutural é, ainda, insistir no rompimento do racismo vivido pela população negra e disseminado no inconsciente coletivo¹³ tanto entre a população negra, quanto entre a população não-negra.

1.2.5. Racismo e cidadania indefinida

O racismo opera e se perpetua, no Brasil, por meio da imposição de distâncias sociais contrastadas por enormes diferenças de educação, de renda, de oportunidades e por meio de desigualdades sociais que tendem a separar brancos de negros e ricos de pobres, na concepção de Guimarães (1999). De acordo com o autor, a discriminação racial é evidente quando o racismo se reproduz por meio de um jogo contraditório entre, de um lado, uma cidadania definida amplamente, e, de outro lado, uma cidadania indefinida. Na cidadania definida amplamente há a vivência e a garantia dos direitos formais a determinados segmentos da população, enquanto na cidadania indefinida os direitos são, geralmente, não cumpridos, ignorados e limitados estruturalmente tanto pela pobreza, quanto pela violência cotidiana. O autor nos alerta que, para pensar e analisar o racismo no Brasil, deve-se levar em consideração três critérios: 1) a necessidade de o vincular ao processo de formação da nação brasileira, desde a colonização europeia até os desdobramentos atuais; 2) o intercruzamento ideológico e discursivo da ideia que se formou sobre o conceito de raça em relação aos conceitos hierárquicos como classe, gênero e *status*; 3) é necessário levar em conta, também, as transformações socioeconômicas que tiveram efeitos regionais.

¹³ “O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo, portanto, uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos” (JUNG, 2000, p. 53), que indicam a existência de formas na psique, presentes em todo tempo e em todo lugar. Segundo o autor, o arquétipo corresponde às *categorias da imaginação* trazidas por Hubert e Mauss. A utilização dos estudos de Jung, nessa pesquisa, é pontual, única e exclusivamente para a definição do conceito de inconsciente coletivo.

Por esses três critérios de análise sobre o racismo, percebe-se que houve um processo histórico, político e socioeconômico que o constituiu e outorgou, desde os primeiros contingentes da população africana escravizada que aqui chegou. O racismo foi implantado na realidade brasileira para alimentar o vantajoso comércio negreiro do regime escravocrata e serviu para justificar as desigualdades e violações, que também a população afro-brasileira que se formou sofreria. O sofrimento da população negra brasileira é, em parte, fruto da ideia mitificada da democracia racial que se disseminou ao longo da construção de uma identidade nacional. “De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso *status* de povo civilizado” (GUIMARÃES, 1999, p. 37). Na perspectiva de Munanga (2003), a crença nessa ideologia impediu e atrasou, durante décadas, um debate nacional mais incisivo e pertinente sobre a adoção de políticas públicas afirmativas que impulsionassem oportunidades cidadãs à população negra. Carneiro (2011) complementa que o racismo passou a ser ignorado com a utilização da ideia de miscigenação, como forma de esconder as desigualdades sociorraciais historicamente construída e como forma de branquear as pessoas negras para, desta maneira, forjar um orgulho da identidade branca ou parda que alforrie o peso da negritude. O último critério que deve ser considerado para a análise do racismo refere-se ao desenvolvimento econômico de determinadas regiões que determinou transformações sociais, crescimento populacional e ocupações do espaço urbano. Essas características potencializaram mudanças na dinâmica urbana das cidades e foram responsáveis pelo aparecimento de regiões e lugares onde é mais nítido se perceber a violência estruturalmente construída, no âmbito das violações e das desigualdades socioeconômicas.

1.2.6. Violência estruturalmente construída

Baseado nos estudos de Joxe (1981), tem-se que a noção de violência estrutural, desprende-se da matriz behaviorista oriunda de uma noção generalizada e dualista das ações violentas de um agente causador e de uma vítima passiva. No final da década de 1960, a ideia de violência estrutural passa a se apoiar na constatação de que não é essencialmente a violência brutal e direta que atinge a população, causando traumas, mortes, situações de impunidade e humilhação. A conjuntura sociopolítica que prima por uma ordem social e por dispositivos de padronização, hierarquização, vigilância e punição é uma das grandes responsáveis pela trajetória de consolidação da violência como fenômeno universal, estrutural e expansivo da urbanidade. Os níveis de desigualdade social sustentam disparidades significativas pautadas em

situações precárias a segmentos historicamente marginalizados da população e em privilégios à classe dominante. A origem da violência, de acordo com o autor, é vista, portanto, em correlação à estrutura, no que concerne à estrutura de dominação imposta historicamente. Nessa perspectiva, prevaleceu e prevalece uma natureza assimétrica das garantias dos direitos formais dos indivíduos, baseando-se nos grupos sociais aos quais pertencem. Isso significa que as divergências entre direitos garantidos e vividos, de um lado, e de direitos ignorados, de outro, definiram hierarquias sociais ao longo do percurso socioeconômico e sociopolítico por qual se caminhou e se construiu o país, ainda de acordo com Joxe.

A garantia dos direitos formais se relaciona à construção do conceito de cidadania e a sua vinculação com a ideia de classe social. Para Marshall (1967), cidadania é um *status* que somente os membros integrais de determinado segmento social possuem e, por isso, somente eles são iguais em direitos. Ela deveria se consolidar sob a base do direito à igualdade de acessos e oportunidades a todos, mas tem se tornado, em si mesma, “sob certos aspectos, no arcabouço da desigualdade social legitimada” (MARSHALL, 1967, p. 62). Para o autor, a desigualdade social provém do sistema de classes e pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania dos membros da classe dominante seja reconhecida. Isso significa que a cidadania, para Marshall, pode atuar como um instrumento de estratificação social, e, nesta perspectiva, ela pode estabelecer modos distintos de vivenciar a cidade, quem tem ou não tem liberdades e direitos e quem sofre ou não sofre violências.

Sobre a violência estruturalmente construída, Boulding (1981) afirma que as políticas de dominação utilizam-se de estratégias de socialização para formalizar papéis sociais e padrões de comportamentos. Para ela,

el concepto de violencia estructural, que ofrece un marco a la violencia del comportamiento, se aplica tanto a las estructuras organizadas e institucionalizadas de la familia como a los sistemas económicos, culturales y políticos que conducen a la opresión de determinadas personas a quienes se niegan las ventajas de la sociedad y las que se hace más vulnerables que otras al sufrimiento y a la muerte. Esas estructuras determinan igualmente las prácticas de socialización que llevan a los individuos a aceptar o a infligir sufrimientos, según el papel que les corresponda. Este último aspecto de la violencia estructural está relacionado conceptualmente con el hecho de que la violencia estructural establece el límite culturalmente aceptado de violencia física en una sociedad (BOULDING, 1981, p. 266-267).

De acordo com a ideia da autora, a aceitação de sofrimentos é coerente com as práticas de socialização que determinam os papéis sociais que segmentos da sociedade vão, por uma ordem estruturada, exercer. Isso define o porquê e explica quando há um processo de empatia e sensibilização com a dor e o sofrimento causado a alguém, diante de acontecimentos externos

ocasionados, por exemplo, em razão da violência urbana. O compadecimento com a dor, com o sentimento e com o sofrimento de uma pessoa é político, ideológico e depende de raça, classe ou credo. É intrigante perceber que a morte ou a dor de um é mais pesável, medível ou valorosa, em termos de perda social, em relação ao sofrimento, à dor e à morte de outro. Toma-se como exemplo o recente caso de comoção nacional sobre a morte de uma garota branca, de classe média, assassinada em um bairro nobre de Goiânia. A estudante Nathália Araújo Zucatelli, de 18 anos, foi morta com um tiro, durante um assalto, no dia 22 de fevereiro de 2016, de acordo com informações do portal de notícias G1¹⁴. O caso gerou um alvoroço midiático, de repercussão nacional, e desencadeou uma série de homenagens à moça nas redes sociais, inaugurando, também, uma campanha virtual com a utilização da *hashtag* *Goiás sem paz*. A morte de Nathália motivou o governador do Estado de Goiás Marconi Perillo a instaurar, um dia após o crime, a realização de uma força-tarefa denominada *Goiás com Vida, Cruzada pela Paz*, com o objetivo de combater a violência no estado, segundo o portal¹⁵.

Em comparação ao caso, cujo perfil de uma vítima não-negra e de classe média é passível de sofrimento coletivo nacional, um exemplo do descompromisso social, governamental e midiático, referente ao desprezo a vidas e a formas de existência, pode ser lembrado com os movimentos conhecidos como *rolezinhos*. Para Pereira (2014), os *rolezinhos* se caracterizavam como encontros de jovens negros, em sua maioria, pobres e de periferias, em shoppings e teve seu auge de dezembro de 2013 a janeiro de 2014, em várias cidades da região metropolitana de capitais do país, inclusive em Goiânia. Os encontros eram, geralmente, marcados por meio de redes sociais e mobilizavam grande quantidade de pessoas da periferia, que não costumam frequentar esses centros comerciais, usualmente direcionados ao consumo das classes mais abastadas. Pela cobertura midiática, os encontros passaram a ser vistos não como uma possibilidade de socialização dos jovens, mas como uma forma de grupos juvenis promoverem roubos, danos materiais, arrastões e vandalismo, que demandavam mobilização e muita violência da polícia para coibir, reprimir e dispersar os eventos (COSTA, 2015).

Os *rolezinhos* passaram a ser rechaçados pela sociedade e pela imprensa. A fim de extingui-los e prevenir os próximos que teriam, houve um forte apelo e apoio da sociedade ao

¹⁴ RESENDE, P.; SANTANA, V. Estudante é morta após sair de cursinho no Setor Marista, em Goiânia. **Portal G1**. Goiânia, 23 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/02/estudante-e-morta-apos-sair-de-cursinho-no-setor-marista-em-goiania.html>>.

¹⁵ RESENDE, Paula. Após morte de aluna, Marconi Perillo anuncia força-tarefa contra violência. **Portal G1**. Goiânia, 24 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/02/apos-morte-de-aluna-marconi-perillo-anuncia-forca-tarefa-contra-violencia.html>>.

uso de violência policial contra os jovens negros que poderiam fazer parte do movimento e, no imaginário social, poderiam cometer algum tipo de crime. Os jovens da periferia eram impedidos de entrar nos centros comerciais e, mesmo sem cometer nenhuma infração, eram agredidos fisicamente tanto por pessoas que abominavam os *rolezinhos* quanto por policiais. As características dos moradores de periferia, os estereótipos relacionados à roupa ou ao corte de cabelo que os jovens apresentavam e o estigma da negritude eram suficientes para definir quem podia e quem não podia circular pelos arredores dos shoppings. Goffman (1988) afirma que o termo estigma faz referência a um atributo profundamente depreciativo. Segundo ele, o termo foi criado na realidade grega para referenciar sinais corporais que marcavam diferenças ou uma condição moral vista de forma negativa. Marcas corporais eram feitas com fogo ou com cortes nos estigmatizados para indicar que o portador dos sinais era um criminoso ou um incapacitado. Para o autor, é pela identificação de uma diferença marcante – pela estigmatização – que se consegue imobilizar o outro na sua identidade de excluído.

Ainda segundo o autor,

acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida; construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa (GOFFMAN, 1988, p. 8).

A estigmatização de jovens da periferia, trouxe à tona práticas de linchamentos e agressões que foram naturalizadas e bastante comuns no período em que os *rolezinhos* se apresentaram na cidade de Goiânia. Os jovens agredidos, que sofreram violência física da polícia e de pessoas contrárias ao movimento, entretanto, eram anônimos e não tiveram suas histórias contadas pela mídia hegemônica e nem foram passíveis de sensibilização aos sofrimentos a que foram submetidos. Ao contrário, no caso da estudante Zucatelli, consagrada pelo seu sobrenome na cobertura midiática¹⁶, sua história foi extremamente evidenciada e repercutida, de forma a causar uma comoção nacional e uma grande sensibilização com o sofrimento da família da jovem.

Não cabe a esta dissertação apresentar escalas de importância a fatos da violência urbana ou mesmo apontar quais situações encerram mais brutalidade e abuso contra a vida humana. Entretanto é necessário se ter consciência de que os graus de importância e valorização

¹⁶ A utilização do sobrenome em lugar do nome como referência a uma pessoa – como no caso da estudante Zucatelli, assim chamada pela imprensa – marca uma individualização e a origem familiar que recai no direito a uma espécie de integridade moral específica associada a um lugar social valorizado no discurso dominante.

atribuídos pelos meios de comunicação e pela sociedade revelam que tipos de sofrimentos se tem em cada caso e determina quem pode ou não ter o corpo violado. Revela, por si só, as estratégias políticas de socialização e as gradações de privilégios e prestígios sociais. A estruturação da violência se faz em um histórico institucionalizado de opressão a partir de um sistema de dominação que determina, segundo Boulding (1981), vantagens a uns e vulnerabilidade a grupos sociais marginalizados e segregados, tal qual a população negra. O sofrimento físico, moral ou psicológico se expressa em múltiplas situações violentas em correlação à falta de direitos e acessos à saúde, à educação, ao trabalho, à dignidade e, também, em vinculação à naturalidade com a qual a sociedade age ou reage diante dessas faltas. Novamente se recai na questão da cidadania polarizada entre as pessoas que a tem definida por direitos e as pessoas que dificilmente a alcançam diante da falta de oportunidades e acessos.

Como uma nuvem que paira sobre as relações de socialização, a desigualdade se move em um ciclo de “convergência e reconvergência”¹⁷, que une estruturas organizadas e institucionalizadas da sociedade em ações comunicativas antidialógicas de discriminação sociorracial. Expoentes culturais, políticos e econômicos, passam, então, a determinar processos de exclusão e de marginalização à população negra e pobre, por meio de sistemas simbólicos. Esses sistemas cumprem uma “função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Na visão do autor, se os próprios sujeitos, mesmo já dominados são, ainda assim, domesticados, significa que as relações de força que neles se expressam manifestam-se de forma imperceptível, ou seja, de forma estruturada no âmbito estruturante das relações de sentido concebidas. Desta forma, apreende-se que o poder simbólico define-se não necessariamente pelos sistemas simbólicos em si, mas sim por relações determinadas entre os que exercem o poder e os que estão subjugados a ele, dentro da própria estrutura em que se produz e se reproduz uma forma de ver o mundo, ainda segundo Bourdieu. Caracteriza-se como o poder simbólico, portanto, o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (BOURDIEU, 1998, p. 14).

¹⁷ A expressão “convergência e reconvergência” foi tomada de empréstimo de Santos (2006). Ele a utiliza para falar de um falso universalismo nos tempos da globalização neoliberal, que se baseia nos princípios gerais e abstratos da democracia, do primado do direito, do individualismo e dos direitos humanos para, entretanto, promover desigualdades.

Sob a força da violação e dos processos discriminatórios, há o aparecimento de danos psicossociais à população negra, em razão da recorrente invisibilidade da pessoa negra, do desrespeito, da coisificação, do ato de banalizar o outro e da hierarquização sociorracial. Isso explica por que os estudos sobre violência estrutural são amplamente relacionados ao campo da psicologia¹⁸, em referência às relações sociais e seus efeitos no indivíduo e na subjetividade, já que a violência estruturalmente estabelecida lida com relações de poder invisíveis, em que há um poder simbólico irreconhecível e, por vezes, ignorado. É por meio deste poder simbólico que, na visão de Bourdieu (1998), se exerce certa hegemonia com a cumplicidade de quem não sabe ou não pretende saber que está sujeito a determinada ordem. Nesse sentido, a violência estrutural está contida na violência simbólica e também a contém.

1.3. Violências e estigma: corpos negros construídos socialmente

Pensar violência, neste estudo, significa considerá-la como a soma de vários tipos de violências, cada uma com sua especificidade. A violência simbólica cria uma lógica própria para a naturalização e aceitação dos corpos violáveis e dos corpos que devem ser respeitados; a violência institucional se apresenta a partir da perspectiva da hierarquização sociorracial e do racismo institucional; e a violência oficial se ampara no monopólio da força concedida pelo Estado ao aparelho policial para legitimar situações de violência policial, quando policiais abusam da autoridade que têm e extrapolam os limites de sua atuação legal. Nessa discussão, evidencia-se que o corpo negro é o alvo das violências e considerado como o corpo que pode ser violado.

A compreensão viciada sobre o uso do termo violência a partir da perspectiva dualista já citada neste trabalho, omite os vários tipos, formatos e usos de violências, que fazem parte da vida social e da urbanidade. Seria ideal, então, falar de violências, no plural, contemplando a variedade de formas de ações violentas e o sobre o que elas podem apontar com suas condutas brutas, graves e severas nas relações sociais e contra determinados segmentos sociais. Fala-se da violência estrutural, ancorada na formação histórica do país, embasando as desigualdades

¹⁸ Os estudos no campo da psicologia, averiguados nessa pesquisa sobre a violência estrutural, enfocam principalmente na forma como as estruturas sociais organizadas e institucionalizadas, tais quais a família, a escola, a igreja, os hospitais, os presídios, dentre outras, conduzem à opressão e à repressão de grupos sociais, tornando os indivíduos pertencentes às camadas marginalizadas da população mais vulneráveis à precariedade dos serviços públicos, por exemplo, e mais vulneráveis, também, ao sofrimento, ao trauma e até à morte. Vide MINAYO, Maria Cecília S. **Bibliografia Comentada da Produção Científica Sobre Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Secretaria de Desenvolvimento Educacional do Rio de Janeiro, 1990 e NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência e saúde coletiva**. V. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.

sociorraciais e corroendo a democracia e o Estado de direitos, a partir da construção da escala dos privilégios e do enquadramento dos privilegiados. Entretanto não se aborda como a violência estrutural se conecta e se reformula com as diversas outras formas de manifestações violentas, e, *a priori*, como ela contém e está contida dentro do arcabouço da violência simbólica.

É preponderante perceber que, sem impacto algum e de maneira taciturna, as desigualdades e as disparidades sociais estruturalmente constituídas se apresentam como comuns e como naturalizadas. Elas aparecem como partes integrantes de uma realidade construída em torno de uma ordem. Esse consenso da falta de direitos, das violações e da coisificação da população negra é regido por um poder simbólico, imperceptível, o qual estabelece sutilmente as relações de dominação ao nível cultural, étnico-racial, ideológico e social. Como já mostrado com os estudos de Bourdieu (1998), tal poder se insere na dinâmica de uma imposição dissimulada e tênue de uma ordem dominante que não explicitamente – ou nem sempre - se traveste de manifestações violentas abruptas e de ordem física contra o outro objetificado. Mas se expressa segundo uma silenciosa reprodução de comum acordo sob a noção de corpos, tipos de corporeidades e existências corporais nas relações sociais. Neste processo, a violência simbolicamente ofertada está no pacto sócio-comunicativo que se estabelece quando a sociedade se conforma com a banalização e a violação do outro e do seu corpo, sob o pressuposto das relações raciais hierarquizadas oriundas da tal ordem vigente.

Desconsidera-se o outro, desconsidera-se seu corpo estigmatizado, que pode ser coisificado, maltratado e humilhado. Seria essa forma de subjugação, de inferiorização, de violência encoberta, disfarçada e latente a manifestação autêntica do que é chamado de violência simbólica. Ela se consagra na medida em que se faz ver e se faz crer em uma visão de mundo e em uma forma de agir sobre o mundo da vida e em relação aos corpos que o habitam. Ela só se consolida na medida em que é reproduzida, consentida, mas ignorada em sua existência. Uma vez ignorado, o poder simbólico remete às ações da violência simbólica legitimando e tornando possível uma eclosão de outras formas de violências sobre os corpos segregados, tal qual a violência estrutural da qual se tem falado.

A força simbólica, a de um discurso performático e, em particular, de uma ordem, constitui uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por encanto, a despeito de qualquer constrição física, mas o encanto opera buscando apoiar-se em disposições previamente constituídas, que ele ‘desencadeia’ como se fossem molas (BOURDIEU, 2001, p. 204-205).

A mesma noção da separação entre corpos respeitáveis e corpos violáveis¹⁹, presente no exercício da força simbólica de um discurso ou de uma ideologia inflada na vida social, é também utilizada na sustentação da violência institucional, por exemplo. Promove-se uma diferenciação de tratamento, à regência do racismo, que passa a vigorar nos níveis institucional e oficial.

Racismo institucional é a prática que ocorre quando as instituições deixam de oferecer um serviço qualificado às pessoas em função de sua origem étnico-racial, da cor da pele ou de sua cultura. Manifestam-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou da incorporação e da naturalização de estereótipos racistas. Resulta num tratamento diferencial e desigual para os diversos grupos sociais, comprometendo a qualidade e o funcionamento dessas instituições e dos serviços prestados à população e colocando determinado grupo racial em desvantagem (CARNEIRO; SILVA, 2009, p. 36).

Uma das instâncias institucionais que mais incorpora a lógica segregadora do racismo institucional e, por conseguinte, da violência institucional é o sistema de segurança pública do Estado, considerando, como falado anteriormente, a violência como um ato de violação e subjugação do outro. Pode-se perceber traços do racismo institucional nas ações das forças policiais estatais quando se observa que grupos de jovens negros são mais suscetíveis de serem tidos como suspeitos e, por isso, abordados, quando comparado a grupos de jovens não-negros. A segurança pública do Estado é representada pela Polícia Militar, com a função de promover ações preventivas e ostensivas, e pela Polícia Civil, com a função investigativa e elucidativa de crimes. Há, ainda, as Guardas Municipais que são instituições dos municípios criadas por leis complementares, a fim de contribuir com a força policial e com a segurança pública das cidades. Contudo, bastante nítida e evidente no aparelho policial, a violência institucional não se limita somente às forças de segurança. Ela habita todo e qualquer âmbito público – principalmente - e privado que se utilize de formas discriminatórias de tratamento ou prestação de serviço, sob o critério sociorracial. Embora a violência oficial, que oficializa e legitima o monopólio da força e da violência ao Estado e ao seu aparelho policial, faça parte do universo da violência institucional, não se pode afirmar que a violência institucional equivale à violência oficial.

A violência oficial corresponde, portanto, à violência policial contra grupos e indivíduos, na perspectiva de Machado e Noronha (2002). O seu caráter de oficialidade vincula-se à noção de monopólio legítimo da força física, que, por sua vez, “remete à condição de especialização de funções características do Estado moderno e se apresenta como condição de

¹⁹ Nessa dicotomia entre corpos respeitáveis e corpos violáveis, os corpos que podem ser violados assim podem o ser pela condição notabilizada sobretudo pelo estigma da cor de pele ou das características fenotípicas que se apresentam na raça negra.

possibilidade para a construção de uma sociedade mais pacificada” (PORTO, 2001, p. 33). Nessa conjuntura, o aparelho policial é imbuído da função direta de exercício do monopólio da força para manter a ordem social. A violência física ou até mesmo a violência letal passam a ser aceitáveis e usadas como instrumentos de trabalho legítimos e favoráveis a toda sociedade, que, teoricamente, deve ser protegida.

1.3.1. Violência policial contra as juventudes negras

Embora a violência oficial da polícia seja legitimada em determinadas condições, falar de violência policial é se referir, sobretudo, às práticas de abuso de autoridade contra grupos socialmente vulnerabilizados, como a juventude negra. Na perspectiva de Oliveira (2001), o termo *abuso* apresenta a ideia de injustiça, de excesso, de violação e o termo *autoridade* se relaciona com a ideia de alguém que está imbuído ou de quem tem o encargo de fazer com que a ordem legal seja cumprida e respeitada. Para ele, a expressão *abuso de autoridade* designa, portanto, a extrapolação e o desvirtuamento da função de poder fazer com que as leis sejam obedecidas. Falar de abuso de autoridade e de violência policial, trata-se de considerar, também, que o ato violento nesse tipo de violência se efetiva quando realizado por integrantes das corporações policiais, dentro do quadro de suas atribuições. Porém, levando em conta o extrapolar do limite de atuação legal.

A extrapolação do limite de atuação dos agentes da segurança pública e a violência policial recaem, majoritariamente, sobre a população negra, que é vinculada à pobreza, ao mundo do crime e ao banditismo. A situação é controversa e contraditória quando se constata que as bases da Polícia Militar e das Guardas Municipais são compostas, em maiores números, por pessoas negras – considerando a soma dos agentes que se declaram pretos e pardos -, de acordo com a pesquisa *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*, realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em 2009. A pesquisa revela que as polícias militares e as profissões “de farda” – considerando, também, profissões como bombeiros e socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) – são ocupações profissionais atraentes para jovens negros, que percebem uma oportunidade de prestígio social e possibilidades de ascensão, podendo alcançar, até mesmo, cargos de chefia. Para Nascimento (2015, p. 10), “um corpo negro fardado rompe com o mito historicamente construído da população negra como desordeira e conflituosa” e a presença majoritária de homens negros nas corporações afirmam um novo lugar social para eles, relacionado não com a suspeição e com o banditismo, mas com o controle e a manutenção da ordem social.

O aparelho policial do Estado planeja suas ações e age por diretivas norteadoras que padronizam um tipo ideal de pessoa apta a ter grande potencialidade a estar vinculada ao mundo do crime e à violência urbana. Por essa máxima, vigora nas corporações policiais um agir pelo estigma e pelo estereótipo, que configura os lugares onde a violência oficial pode chegar e as pessoas a quem os atos fisicamente violentos podem atingir. O resultado desse tipo de racismo não poderia ser outro senão uma grande associação da pessoa negra ao banditismo, bem como o combate letal a essas pessoas.

Além do racismo institucional dentro de um âmbito oficial das instituições do Estado, sobretudo, das instituições ligadas à segurança pública, há uma realidade midiática que também é preponderante na formação da concepção social dualista da violência. Veiculam-se notícias sobre crimes contra a vida e a propriedade e se estimula um sentimento coletivo de indignação e perplexidade diante da insegurança pública. A postura midiática mostra-se categórica ao se valer do discurso da eficácia e da eficiência das ações policiais na contenção de crimes. O ar de seriedade e credibilidade que ronda a mídia hegemônica consagra, então, a ação oficial violenta e repressora como legítima e única forma de combate à violência urbana. Cobra-se, inclusive, um maior contingente de frotas policiais e o combate feroz e efetivo contra quem representa o ideal do inimigo urbano. A violência urbana midiaticamente retratada é, desta forma, enviesada em mão única, partindo sempre – ou oportunamente – do negro para o não-negro, e o dever do Estado é de contê-la, combatendo crimes e as pessoas que representam uma potencialidade a cometê-los.

Parece necessário às classes dominantes criminalizar as classes populares associando-as ao banditismo, à violência e à criminalidade; porque esta é uma maneira de circunscrever a violência, que existe em toda a sociedade, apenas aos ‘desclassificados’, que, portanto, mereceriam todo o rigor da polícia, da suspeita permanente, da indiferença diante de seus legítimos anseios. Então, é por isso que se dá, nos meios de comunicação de massa, ênfase especial à violência associada à pobreza, à ignorância e à miséria (BENEVIDES, 2004, p. 46-47).

Nessa relação causal em que todo jovem pobre e negro aparece como o principal responsável pela insegurança urbana, há uma ânsia da sociedade para que esse jovem seja punido, humilhado e tenha os seus direitos violados. Por vezes, há um desejo pela morte desse jovem, situação ilustrada, por exemplo, pela afirmação de que *bandido bom é bandido morto*²⁰. Muito embora seja fácil pensar a violência urbana relegada aos desclassificados, às classes populares, aos pobres e negros, como afirma Benevides, é de extrema complexidade o grau de

²⁰ Dito popular comumente pronunciado, na cidade de Goiânia, tanto em conversas informais quanto em programas jornalísticos que reportam a violência de forma sensacionalista.

violação que esse pensamento disseminado midiaticamente causa a grupos negros vulnerabilizados. Isto porque se coloca a população negra em uma relação quase que congênita com o banditismo e o mundo do crime. Ao se convencerem do discurso midiático da marginalidade congênita, as próprias pessoas negras passam a se submeter à violência simbólica dessa abordagem e a não se enxergar em equidade de direitos e em perspectiva de sujeitos históricos, aptos à transformação social. Suas vidas, então, passam por um processo de descrença e de autodesvalorização.

1.3.2. Estigma da negritude e branqueamento do corpo negro

A associação da violência, dentro da perspectiva dualista, ao estigma da cor de pele negra e a características fenotípicas tipicamente apresentadas pela negritude é uma forma de separar dois patamares da vida social. Essa separação induz a crer que exista uma identidade vinculada ao banditismo e à criminalidade e outra que se refere à normalidade e à ordem da pacificidade; faz com que se acredite, também, que há um maniqueísmo real determinante na constatação da potencialidade de um tipo de pessoa ter nascido para o bem e outro tipo de pessoa, cujo fenótipo é diferente das características elencadas como padrão, ter nascido predisposta à vida criminoso. Esses patamares são colocados quase como em uma escada evolutiva da vida social em que o bem é o almejado. Por essa lógica, é necessário identificar e conceber corporeidades que se portam na sociedade, de acordo com uma predisposição biológica e hereditária. Tal identificação é, por essa visão, indispensável, para que haja precaução e proteção contra o mal e contra os possíveis novos danos e delitos que podem acontecer. O objetivo único nessa abordagem é a política do branqueamento, que constitui o pensamento racial da história do Brasil, embora já tenha se passado mais de um século do período da abolição da escravidão em que essa ideia se formou e se propagou. De acordo com Guimarães (1999), a ideia do embranquecimento²¹ partia da premissa de que, geneticamente, o sangue branco purificava, diluía e, assim, exterminava aos poucos o sangue negro, abrindo espaço para que negros e mestiços se elevassem ao nível civilizado da nação. Branquear, desde então, passou a significar a capacidade e necessidade da população brasileira de absorver as pessoas de cor, já que os brasileiros representavam uma nova raça emergente como extensão da civilização europeia, segundo o autor. Isso significa, de modo implícito, o consenso da

²¹ Nessa pesquisa, as expressões *embranquecimento* e *embranquecer* remetem a uma concepção que almeja uma aproximação genética da pessoa negra ao padrão branco e eurocêntrico normativo. Os termos *branqueamento* e *branquear*, entretanto, são usados em uma perspectiva de maior amplitude cuja base é ideológica.

população negra em renegar sua ascendência africana, ainda de acordo com a perspectiva dele. Se apropriar de aspectos da padronização é um tipo estratégia, de forma com que o corpo negro se aproxime o máximo possível da expectativa social do corpo branco e novas corporeidades sejam estabelecidas.

A corporeidade se dá a partir das experiências do corpo na relação com o mundo e parte do pressuposto de que todos vivem o próprio corpo, de acordo com as ideias de Louro (2000). Em todo processo civilizatório e nas tentativas de padronização social, a corporeidade é consonante à ideia do corpo como um espaço territorializado. Ele é marcado por lógicas e concepções que territorializam todas as possibilidades de existência, de expressão e que apresentam relações de poder e dominação. Se há o cruzamento de discursos, de ideologias e de hierarquizações transpassando o corpo, ele “está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”, na perspectiva de Foucault (1987, p.29).

A corporeidade e as relações que o corpo negro estabelecem na vida social se mostram em todos os níveis do cotidiano e da sociedade midiaticizada. Ambas se fazem presentes desde a forma como se dá a representação midiática até como se dão as ações comunicativas do dia-a-dia. No universo midiático, pode-se ter como exemplo o caso da teledramaturgia brasileira, que se utiliza da separação de corpos na escolha de personagens cujos papéis são específicos e determinados pela cor de pele do ator ou da atriz. Nas ações comunicativas antidualógicas do cotidiano, percebe-se o corpo transpassado por uma hierarquia sociorracial quando há uma noção de confiabilidade e credibilidade diferente que se atribui a uma pessoa em razão da sua cor de pele ou de outras características fenotípicas. Atos como mudar de calçada ao ver uma pessoa negra vindo na mesma direção; fechar os vidros do carro ao visualizar uma pessoa negra se aproximando; fazer uso de procedimentos químicos para alisar cabelos crespos; definir a estética negra como feia e inferior; ver de forma sexualizada pessoas da pele não tão escuras e tê-las como mulatas ou morenas sensuais ilustram bem a noção do corpo territorializado e utilizado como um dispositivo de padronização e controle, a partir da noção foucaultiana.

Dessa maneira, para amenizar as possibilidades de sofrimento do racismo e da não aceitação do corpo negro, investe-se muito nos próprios corpos, de acordo com as imposições sociais e culturais, segundo Louro (2000). A autora dialoga sobre as adequações as quais se submetem os próprios corpos, de maneira a adaptá-los a critérios morais, estéticos e higiênicos dos grupos a que se faz ou a que se quer fazer parte, para que, assim, eles ganhem um sentido social aceitável. Os mecanismos e estratégias de adequação a uma padronização estética

dialogam com a ideia do branqueamento e, também, com o que Butler (2000) chama de performatividade. Embora a autora trabalhe a ideia de performatividade relacionada à noção de gênero, os estudos convergem por se tratar da materialidade dos corpos como um efeito de poder. Para ela, a performatividade “deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p. 111).

Em outras palavras, a performatividade é uma forma de materializar um corpo a partir de uma dinâmica de poder que incita a uma norma ou a uma padronização para o desejável e o aceitável. Uma vez utilizada pelo sujeito como pretexto para a aceitação social, a performatividade revela-se como uma forma de negar o discurso que o constrange, se apropriando e corporificando desse discurso sobre si mesmo. É fácil visualizar o fenômeno da performatividade citando o exemplo utilizado anteriormente, sobre os casos em que as mulheres negras alisam o cabelo ou os homens negros o raspam para esconder um dos traços mais característico da identidade negra, que é o cabelo crespo. Há, nesse exemplo, a construção de uma materialidade corporal a serviço da que mais se aproxima do ideal normativo, cujo parâmetro é a identidade branca. Nessa reformulação de uma materialidade do corpo, está em jogo a “remodelação da matéria dos corpos como efeito de uma dinâmica do poder, de tal forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação daqueles efeitos materiais” (BUTLER, 2000, p.111).

Performatizar o corpo, atribuindo a ele uma materialidade que o conduz a um ideal normativo, se dá – reitera-se mais uma vez -, em decorrência de um discurso ideológico e político sobre o controle social do corpo. Isto porque este mesmo corpo é transpassado por identidades e gradações de prestígios de acordo com as características visíveis que apresenta. Louro (2000, p. 8) afirma que “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar”. O corpo pode indicar e comunicar socialmente a forma de pertencimento no mundo, o tempo histórico, o tipo de sociedade em que se vive e a qual grupo social e identidade coletiva se faz ou se quer fazer parte. Utiliza-se de técnicas corporais que permitem, na perspectiva de Mauss (2007), fazer uso dos próprios corpos como instrumentos e que tornam possível, também, saber como se servir deles de acordo com a intenção e o objetivo desejado. Entretanto, os corpos são significados e ressignificados pela cultura e, de forma contínua, alterados e modificados por ela, segundo Louro (2000). Embora as técnicas corporais marquem a sociedade em que se vive, os tempos e os contextos que rondam, os corpos nem sempre são tão evidentes quanto se pensa. Isto porque as identidades não são uma decorrência diretamente notabilizada pelas evidências do corpo, de acordo com a

autora. Elas podem estar ligadas à subjetividade e na forma de estar no mundo, como perceber-se com a noção de performatividade instituindo materialidades corporais nos sujeitos.

1.3.3. Construção social e estigmatização do corpo negro

As identidades podem, portanto, ser construídas com base na sedimentação do pertencimento a determinados grupos sociais, como forma de empoderamento, resistência e luta contra as desigualdades e as injustiças sociais. Elas podem, também, ser fixadas e determinadas como normas, a partir de representações e posições hierarquizadas de relações de poder. Isso ocorre, por exemplo, na imposição da identidade negra vinculada ao banditismo e à imagem dos desclassificados.

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. [...] Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial (SILVA, 2011, p. 83).

Ser branco, nesta perspectiva, é um ideal normativo e quem não o é, ou melhor, quem biologicamente apresenta características fenotípicas divergentes desse modelo, sofre as consequências discriminatórias da diferença, a partir do corpo. O estigma, que se refere a uma marca biológica ou a uma característica discordante do ideal normativo, é utilizado como medida para definir identidades, representações sobre essas identidades e valores morais sobre indivíduos ou grupos sociais. Por ele, criam-se representações amplamente difundidas, que circulam como um efeito social, por vezes, perverso levando-as ao quadro das realidades inquestionáveis. Assim, as representações “ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade” (LOURO, 2000, p. 9). Ter a pele negra ou apresentar traços característicos da negritude é condição básica, fundamental e elementar para a vinculação da pessoa negra a uma imagem de marginalidade e criminalidade e para um aviso de cuidado, quando pessoas pertencentes a essa identidade racial estiverem por perto. Essa mentalidade resulta em um controle social, inspirado na vigilância e na punição, que corresponde a um fácil manejo e apropriação pela sociedade e pelas forças policiais do Estado, de forma a manter e zelar pela ordem instaurada.

O corpo negro, nessas circunstâncias, serve não só como alerta de perigo para a sociedade, mas também como objeto de culpabilização pelas desordens, pela incompetência do

Estado de garantir uma vida urbana pacífica, pelos percalços e problemas sociais do tempo em que se vive e, sobretudo, pela violência urbana. Há um investimento disciplinar sobre o corpo culpabilizado, com a intenção de vigiá-lo, puni-lo, educá-lo e formatá-lo a um novo tipo de corporeidade, por exemplo.

Se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII inclusive, o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e de penas; o corpo era feito para ser supliciado e castigado. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar (FOUCAULT, 2002, p. 119).

A partir do século XIX até os tempos atuais, o controle social do corpo é dado pela tríplice vigilância, controle e correção, proposta pelo autor. Na perspectiva dessa tríplice, é a partir do estigma e do preconceito que a pessoa negra é considerada como suspeita ao nível das virtualidades imaginadas de suas ações. A vigilância contínua considera, assim, não o que se fez, e sim o que se pode fazer e a representação sobre quem se imagina ter feito. A diretiva principal nesse tipo de controle social é a noção foucaultiana de periculosidade, que se inspira nas virtualidades de comportamento de determinado indivíduo ou grupo social – e não mais ao nível das infrações a determinada lei. A noção de periculosidade se impõe de tal forma que transcende o controle realizado unicamente por uma instituição jurídica e penal, delegando e designando a vigilância e a punição como um papel de toda a sociedade e de todas as suas instituições sociais. Escolas, hospitais, prisões, fábricas passam a enquadrar os indivíduos unicamente em sua existência. Há, assim, para o autor, uma série de controles penais punitivos exercidos por diversos tipos de poderes paralelos, à margem da justiça. A situação da vigilância e da punição é nítida e evidente, por exemplo, quando a população acusa alguém de determinado crime que aconteceu e se une para linchar a pessoa *acusada*, mesmo sem provas coerentes e concretas da acusação.

O corpo negro vinculado à noção de periculosidade e associado à marginalidade, ao banditismo e à criminalidade é, portanto, o alvo primeiro das ações policiais. A violência policial contra ele expressa-se em uma reação aos efeitos imaginários e das virtualidades que este corpo pode causar quando aumenta a sensação de insegurança urbana. Visto como um problema, a construção social do corpo negro pela sociedade brasileira apresenta a sua própria solução. Para que a ordem seja estabelecida, é necessário que este corpo seja desconstruído do

rol dos direitos formais, seja violado, seja passível de ser violentado pelas forças policiais e seja punido por sua própria existência.

1.4. Reconhecimento de diferenças para a cidadania

A discussão sobre cidadania e sobre o direito à cidade remete ao objetivo de reconhecer o outro em suas diferenças. Será perceptível que reconhecer diferenças, é reconhecer, também, identidades, bem como perceber a juventude negra como sujeita a direitos. A alteridade histórica é, nesse sentido, preponderante para estabelecer o processo de reconhecimento de diferenças dessa população histórica e socialmente excluída. Como alternativa para romper com os processos de exclusão e com a lógica das relações sociorraciais hierarquizadas, considera-se a coexistência e a necessidade de decolonizar o pensamento, na perspectiva de Mignolo (2003) e Santos (2010).

Ao tratar sobre vida social, suas interações, suas trocas simbólicas e ações recíprocas, suas formas de existências e ambivalências perante a sociedade e perante o Estado, trata-se também de pluralidades. Fala-se, assim, do destaque às diferenças, à convivência e, conseqüentemente, de alteridade. Entretanto refere-se também a um mapa urbano imaginário cujos territórios e fronteiras desconhecem e não admitem espaço para o reconhecimento, a aceitação e a inclusão do outro. Condiz, essencialmente, com a consciência e a constatação de que os espaços urbanos são territorializados, verticalizados e cheio de fronteiras, que podem ser, na concepção de Augé (2010), tanto de ordem física, linguística, de ordem política, econômica ou de ordem cultural.

Mesmo com a pluralidade inerente à vida urbana, qualquer pessoa que apresente diferenças, que admita determinada estranheza ou características de um outro inesperado é interceptada, limitada e contida pelas fronteiras urbanas. Estas se redesenham e se reafirmam “constantemente sob formas enrijecidas, que funcionam como interditos e provocam exclusões” (AUGÉ, 2010, p. 23). O cotidiano desse outro se faz por tentativas intensas e desgastantes de romper fronteiras, de alcançar direitos restritos a apenas alguns segmentos sociais e de se afirmar socialmente na sua diferença, em uma percepção idealista da cidade com potencialidade à convivência múltipla, à pluralidade e à vivência efetiva da cidadania.

Há uma expectativa vívida do outro, que encontra dificuldades, barreiras e restrições aos acessos, de vivenciar os direitos que lhe são garantidos pelo menos em papel. Mesmo que a bandeira da busca pela igualdade não seja levantada em um cunho militante, ou a partir de

uma perspectiva de ação libertária, da qual várias lutas de grupos e movimentos sociais²² se utilizam para terem suas reivindicações ouvidas, existe uma expectativa da equidade de direitos. Viver a cidade, como lugar público e coletivo e dispor de liberdades para se apropriar do espaço urbano e para se sentir incluído na vida social faz parte do desejo de ser reconhecido como cidadão e cidadã no âmbito da cidade.

A cidadania, ou a constante tentativa de construção da cidadania, não pode ser desvinculada da capacidade de ter na cidade um espaço plural, cuja configuração geográfica corresponda à diversidade socioespacial e a construção de diferentes materialidades e formas de vida. Na concepção de Santos (1997), a presença de pessoas de classes sociais distintas - e de pertencimentos étnico-raciais - diversos enriquece a diversidade socioespacial. Isto porque, para ele, instaura-se a produção de múltiplas territorialidades e de materialidades em bairros e lugares contrastantes, além de promover diferentes formas de encontros, de vida e de trabalho na convivência urbana. Para o autor, os espaços devem ser irregulares, no sentido de não serem fechados, racionalizados e racionalizadores, que enquadram o outro diferente em condições subjugadas. Para que haja tentativas de exercício da cidadania e conquistas cidadãs neste sentido, é necessário que ocorra reconhecimento, auto-reconhecimento e ampliação dos direitos ao nível prático da vida e do vivido.

Reconhecimento é uma condição necessária para que os processos de socialização sejam mútuos, baseados na integração e na reciprocidade, e não nas relações verticalizadas. “A reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais” (HONNETH, 2003, p. 155). Reconhecer reciprocamente converge para a experientiação coletiva, sabendo-se que um e outro são, do mesmo modo, pessoas de direitos, o que significa, desta maneira, uma relação positiva de respeito, segundo o autor. Há, no reconhecimento do outro e de si mesmo, a obrigatoriedade de não infringir espaços subjetivos e direitos consolidados dos sujeitos da relação, em um processo de socialização. Por conseguinte, sabe-se que o desrespeito, a privação e a subjugação do outro estão cabíveis a consequências de julgamento moral equilibrado e passivo da equidade de direitos de ambos os lados.

²² De acordo com a perspectiva de José Murilo de Carvalho (2010), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é o melhor exemplo de um movimento social que se utiliza do direito de organização e se manifesta forçando sua entrada na arena política e contribuindo, desta forma, para a conquista de direitos e para a democratização social.

A luta por reconhecimento representa um passo para a conquista social da presença do outro, que não deve ser ignorada, invisibilizada ou simbólica e violentamente suprimida. Representa, também, a uniformização do *modus operandi*²³ da esfera jurídica e das forças policiais da segurança pública, por exemplo, sem gradações de prestígio ou privilégios concedidos à classe dominante. Esses privilégios se apresentam em decorrência da experiência de desrespeito ao outro, ou de um reconhecimento denegado. Eles “representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance social do *status* de uma pessoa de direito” (HONNEH, 2003, p. 194). A constatação do autor é de que a relação jurídica de reconhecimento do outro ainda será incompleta se não houver a consideração de uma expressão positiva entre as diferenças individuais apresentadas no quadro dos cidadãos e das cidadãs de uma coletividade.

1.4.1. Identidade, diferença e pluralidade

É no mínimo preocupante ver que os tempos modernos²⁴, ainda hoje, trazem um grande destaque às diferenças individuais, porém em uma perspectiva negativa e unidimensional da idealização de um único padrão social e de sociedade, baseado no eurocentrismo. Por essa armadilha, cai-se em contradição quando a ideologia dominante do Brasil supervaloriza e se vangloria da colonização e da imposição da cultura europeia, enquanto o país é formado por 51% da sua população total de pessoas negras, segundo o banco de dados *Observatório da População Negra*, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, publicado em 2012. A ideologia colonizadora em que ainda se está preso trouxe uma cultura branca e opressora, cujo grande ideal foi sempre o de dominação e de branqueamento dos povos das terras de cá, hierarquizando pessoas em uma escala de cores, raças e culturas.

A idealização da cultura branca e a constante tentativa de estabelecê-la como padrão uniforme de vida e de forma de socialização mostra a imposição de uma identidade, que é socialmente construída e assimilada. Há, também, a marcação da diferença, que, correspondendo à diversidade e à pluralidade de identidades, é ignorada na esfera da uniformidade social. Silva (2011) afirma que identidade e diferença são interdependentes e são

²³ A expressão significa o modo de agir e, dentro do mundo jurídico, faz referência a uma forma de ação característica de vários crimes sem relação aparente um com o outro.

²⁴ A expressão *tempos modernos*, no contexto usado, refere-se aos tempos atuais, porém inspirados em características da modernidade conceituada por Bauman (1999), no livro *A modernidade líquida*.

sujeitas a relações de poder e vetores de força, que as levam não a serem simplesmente definidas, mas, por vezes, impostas. Para o autor, ambas não convivem sem hierarquias, de forma harmoniosa, mas são constantemente disputadas.

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são nunca, inocentes (SILVA, 2011, p. 81).

Se há relações de poder dentro do quadro das identidades e das diferenças, existe, portanto, processos de marginalização e exclusão ao se utilizar de uma identidade como norma e modelo a ser seguido. De acordo com a visão do autor, a afirmação de determinada identidade e a distinção da diferença correspondem a operações de incluir e excluir, o que define quem pertence e quem não pertence, quem está dentro e quem está fora, quem está incluído e quem está excluído. Isso remete a oposições binárias de relações de poder e implica em classificações dicotômicas que qualificam características positivas e requeríveis a uns e características negativas ignoráveis a outros. Cai-se nas oposições entre bons e maus, normais e anormais, puros e impuros, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, ricos e pobres, brancos e pretos.

A falta de pluralidade e de uma visão positiva sobre as múltiplas formas de identidade não permitem a construção da alteridade. Sem ela não há uma convivência de interculturalidade com o outro, aqui representado pela pessoa negra. Esse fato delegou à sociedade e aos tempos modernos, a proclamação das diferenças como um problema. Na visão de Astrain (2003), interculturalidade faz menção a um tipo emergente de sociedade, na qual os grupos étnico-raciais e as classes sociais se reconhecem em suas diferenças. Assim, todos procuram estabelecer mútua compreensão, respeito e valorização do outro, a partir da coexistência de processos identitários específicos gerados sob símbolos, códigos, práticas, linguagens, ritos e outros elementos culturais. Há, portanto, uma identificação e um reconhecimento comuns. Para ele, partindo desta perspectiva, as diferenças são levadas em consideração, entretanto fazendo uso do que o prefixo *inter* designa como uma interação positiva, expressa na busca de destituir fronteiras e hierarquias entre grupos humanos. A referência trazida, desta forma, não é simplesmente a um contato do outro com um segmento sociocultural dominante, que geraria uma mesclagem cultural. Refere-se a uma convivência dos múltiplos processos culturais,

tendendo à hibridação sustentada por Canclini²⁵. Isso significa que os grupos humanos podem participar de vários sistemas culturais, porém se identificando diferenciada e democraticamente.

Ainda segundo Astrain, os termos *interculturalidade* e *intercultural* surgem e são utilizados em confluência com as discussões sobre os problemas relacionados à diversidade cultural, ao multiculturalismo e à necessidade de ampliar uma atitude pós-moderna nas áreas das ciências sociais e humanas. Os conceitos se investem da noção de pluralidade e de alteridade e se fundam em uma nova ética, que se insere na ordem da experiência vital, da integração das diferenças e do saber conviver. Trata-se da ética intercultural, buscando “mostrar o ‘sentido profundo’ da *re-articulação* das mudanças dos diversos imaginários e sua vinculação com as complexas formas de ‘vida’ que surgiram nas grandes cidades” (ASTRAIN, 2003, p. 330). Eis que, por esta ética, a noção de diferença não é e nem pode ser igualada à noção de desigualdade. A diferença está, portanto, associada à diversidade e a desigualdade, dentro desta lógica, seria um problema.

As nuances da pós-modernidade e sua máxima de respeito às diferenças podem ser um bom caminho metodológico para romper com as incoerências construídas pela modernidade²⁶. Tais incoerências são determinadas pela ação humana que visa a dominação e reproduz o etnocentrismo nas relações sociais da realidade urbana de hoje. Para que a lógica pós-moderna passe a fazer parte das ações humanas e comunicativas é necessário o empoderamento do outro como sujeito moral e social, produtor de sentidos. Ele deve ser respeitado sob qualquer tipo de corporeidade e sob qualquer característica fenotipicamente variante. Ele é e deve ser diferente, mas igual em direitos, em lugar de falar e em lugar de existência. Romper as amarras trazidas pela modernidade e pelo colonialismo é, antes de tudo, reconhecer, em princípio, que a imposição de uma ordem ou de uma padronização leva à exclusão do outro, do estranho, do diferente. A ordem social baseia-se, sobretudo, na negação.

Para transcender a barreira da exclusão e destituir a política da negação do outro, é necessário incorporar a noção que Segato (2002) traz sobre alteridade histórica, dentro do processo de reconhecimento de diferenças do outro.

²⁵ Para Canclini (2000), a hibridação, em uma perspectiva intercultural, refere-se à convivência de heterogeneidades e a expressão de seus bens simbólicos em um mesmo tempo-espço, o que faz com que eles acabem se integrando, se afetando, mas não produzindo, exatamente, um tipo de *mestiçagem*. Vide CANCLINI, Nestor García. 3. ed. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2000.

²⁶ Tanto o uso do termo *modernidade* quanto do termo *pós-modernidade* são embasados na concepção de Bauman (1999) sobre tais definições.

Lo que llamo aquí de alteridad histórica es, más que un conjunto de contenidos estables, una forma de relación, una modalidad peculiar de *ser-para-otro* en el espacio delimitado de la nación donde esas relaciones se dieron, bajo la interpelación de un Estado y articuladas por una estructura de desigualdades propia (SEGATO, 2002, p. 121).

Constitui a alteridade histórica, assim, uma forma de compreender e ver o outro, excluído socialmente, a partir – e como parte - de seu adentramento no processo de construção histórica de estabelecimento da nação brasileira. Considera-se, desta forma, as relações de poder provenientes da sujeição desse outro a condições de dominação, exploração e marginalização, em paralelo à negação de direitos. Para a autora, a alteridade histórica não se trata simplesmente de uma consciência do outro, mas sim da compreensão da transformação de ser outro. A alteridade é percebida como parte concreta de uma história de interações, de maneira a não homogeneizar as formas de se constituir em diferença e em identidade. Uma vez dada a devida importância ao reconhecimento do outro a partir da alteridade histórica é possível pensar a trajetória de povos ou de grupos sociais oprimidos historicamente - cada um com suas particularidades. É na história que suas identidades foram e continuam se escrevendo e, desta forma, suas diferenças também. É no processo histórico que identidade e diferença se tornam visíveis, resistentes e os sujeitos, aptos para pronunciarem o mundo, bem como exigirem seus direitos, rumo à cidadania e ao fortalecimento de uma sociedade verdadeiramente democrática.

1.4.2. Ordem social e lugares fixados ao outro

A modernidade trouxe uma falsa consciência de estabilidade social e a artificialidade da sensação de ordem. Tal sensação é trazida por uma extrema vigilância e políticas de controle, a partir de uma disposição assimétrica das funções sociais. Cria-se, assim, lugares em que negros e não-negros podem habitar e, também, agir, bem como lugares que pobres e ricos podem e devem estar. Para Bauman (1999), esta é a arte do desencontro na modernidade. Ela marca um conjunto de práticas e técnicas para *desetificar* a relação com o outro, ou seja, há um efeito geral de negação desse outro, que causa estranheza e indignação, marcando a sua característica impositiva de não ser objeto e nem sujeito moral. Há a necessidade ordeira de combate às diferenças, sob a forma de uma ação eficaz e de uma solução rápida, de acordo com o autor. Logo, o outro estranho e destoante do padrão oriundo de um princípio universalista, que não se enquadra no fenótipo eurocêntrico, deve ser aniquilado. Isso significa que uma série de ações curativas violentas são implementadas em busca de recompor uma ordem social

idealizada e não cumprida. O que se vê são iminentes processos sorrateiros e ao mesmo tempo explícitos de exclusão, de intolerância, de violência generalizada e de mortes em massa.

O Estado moderno cria uma razão dicotômica de perigo e bem-estar. Ele promove uma sensação de terror e de guerra, partindo da construção simbólica de um inimigo em potencial, que deve ser combatido. Para esse combate, unem-se segmentos da sociedade em ideologia, indiferença e atos violentos de discriminação no dia-a-dia, junto à mídia hegemônica significando e ressignificando as representações sociais²⁷. Estas se apresentam em forma de hierarquias sociais e junto ao aparato da segurança pública do Estado, com suas táticas repressivas e covardes contra o outro, que é determinado em contraste com as expectativas do padrão social. Segundo Durham (2004), a ideologia deste processo consiste na formulação de um projeto hegemônico que prima por garantir a manutenção da ordem social vigente, para que a dominação de uma classe sobre outra seja sempre assegurada. O resultado, evidentemente, é uma *convivência* urbana segregada de segmentos sociais aceitos e segmentos rejeitados, marcada pela falta de vivência comum e igualitária. A falta de convivência vem acompanhada por hierarquias sociais e processos de exclusão que anunciam o *locus privilegiado* da população negra associada à violência urbana e ao mundo do crime e da população não-negra associada à condição de direitos acessados, acessíveis e protegidos. Quem não se enquadra na expectativa normativa e uniforme da ideologia moderna baseada no eurocentrismo e na cultura branca, passa a ser alvo das sanções morais, sociais, simbólicas e físicas, que desencadeiam ações de intolerância, ódio e mortes. O outro, negro e pobre, passa a ser um inimigo protagonista da guerra urbana.

Em oposição ao fracasso congruente da lógica moderna está o lema da visão pós-moderna. Enquanto a lógica moderna subjuga o outro, o inferioriza e pode o levar ao combate curativo e aniquilá-lo simbólica e fisicamente, a lógica pós-moderna promulga arrego às incongruências. Há uma tentativa da pós-modernidade em promover sentido e razão de ser às pluralidades, à coexistência, às diferenças, sejam elas quais forem, sob a égide da liberdade, da diversidade e da tolerância, lembradas por Bauman.

Na ausência da intenção de dominar, a presença de padrões mutuamente exclusivos nem ofende o desejo de congruência lógica nem desencadeia uma ação curativa. Falando idealmente, no mundo plural e pluralístico da pós-modernidade, toda forma de vida é em princípio permitida, ou melhor, não há princípios acordados evidentes

²⁷ “As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. [...] Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 46).

(ou incontestavelmente acordados) que possam tornar qualquer forma de vida não permissível. Uma vez que a diferença deixa de ser uma opressão e não é vista como um problema que exige ação e solução, a coexistência pacífica de formas distintas de vida se torna *possível* em outro sentido que não o do temporário equilíbrio de forças hostis (BAUMAN, 1999, p.110).

Coexistir é superar o racismo, as discriminações e as ações comunicativas que os produzem e reproduzem. É buscar a ampliação e efetivação da condição cidadã da população e, sobretudo, da juventude negra, privada de seus direitos civis, sociais e da experiência plena da fase juvenil. Isto porque há uma esfera de posturas políticas e sociais extremamente violentas que constituem atos de restrições, de violações e de negações ao outro diante da vida e do viver. É importante reiterar que a convergência teórico-metodológica entre a comunicação, a juventude negra, a cidadania e a violência se encontra na invisibilidade dos efeitos da ação humana gerando segregação de grupos sociais. Todas essas zonas de estudo se comprometem ao não evidenciar os jogos de poder que levam à indiferença com o outro. Nas ciências sociais e humanas, as relações sociais e políticas são verticalizadas e devem ser vinculadas à marginalização e à invisibilidade de grupos, junto ao campo de estudo dos problemas referentes à cada área do conhecimento.

1.4.3. Dialogicidade para romper com a colonialidade do saber

A falta da perspectiva da dialogicidade nas ações comunicativas do mundo da vida, transforma-as em atos de comunicados sobre a realidade do outro inferiorizado, na perspectiva bancária da *Pedagogia do oprimido*, trazida por Freire (1977). Tais comunicados se dão a partir do poder simbólico, das relações de poder e dominação, da ordem social e da hierarquização sociorracial. Eles consagram uma conjuntura de desumanização, de falta de direitos e de violações, que inserem o outro diferente – aqui, expresso pela juventude negra – em uma ideologia do poder do estado e da repressão de suas forças políticas e policiais. Para que haja uma mudança nessa ideologia das verticalidades, a dialogicidade deve ser reconsiderada nas ações comunicativas. O outro deve, desta forma, ser inserido no processo mesmo de pronúncia do mundo, de exercício da sua condição de sujeito histórico, rumo à transformação social. Uma vez resgatada a noção dialógica da comunicação, resgata-se também a busca por equidade de direitos e, conseqüentemente, a cidadania que nunca foi vivenciada pela população negra.

Na perspectiva de Dias (2014), quando se busca conhecer o mundo por meio da dialogicidade, é possível ser capaz de se orientar pela humanização, de desatar os nós sem abandonar os enlaces e os vínculos fundamentais à vida social. De acordo com a autora, é

possível contribuir para a ação-reflexão, que inscreve os sujeitos sociais como sujeitos históricos, pensando o processo de ensino-aprendizagem, dentro e fora das salas de aula. O primeiro passo é considerar as ideias de Santos (2010) sobre o pensamento moderno ocidental e a cognição, determinados por linhas abissais que dividem o mundo humano do mundo sub-humano. Significa dizer que as formas em que se dá o pensamento moderno ocidental e a sua respectiva difusão, caracterizam um modelo colonial o qual apresenta uma injustiça cognitiva, que impõe um retrocesso à tentativa de desenvolvimento de um processo pedagógico de ação-reflexão.

A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem-sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2010, p. 40).

O pensamento abissal constitui, na visão do autor, a licença à ciência moderna de monopolizar a separação universal entre o verdadeiro e o falso. Constitui, também, a concessão à impossibilidade da co-presença de duas linhas que separam, de um lado, uma realidade relevante e, do outro, a marca da invisibilidade, da inexistência e da ausência não-dialética – e não dialógica. Se estas são as características do pensamento abissal, um pensamento pós-abissal seria, exatamente, a superação do pensamento abissal. Neste sentido, seria o pensamento pós-abissal, o rompimento com a razão metonímica. Esta razão, na concepção de Santos (2006), é incapaz de aceitar que há diversas formas de compreensão do mundo, para além da compreensão ocidental. A razão metonímica não aceita a ideia de que a diversidade do mundo não se esgota e que, por isso, é desprovida de uma epistemologia única. Ou seja, há uma diversidade epistemológica no mundo inesgotável, em um contínuo processo de construção, de acordo com Santos (2010).

O pensamento pós-abissal referenciado por Boaventura de Sousa Santos dialoga com a ideia de *um novo pensamento* evidenciado por Mignolo (2003). Refere-se a uma forma de se pensar em que não há humilhação, não há hierarquias, não há subjugação, não há dominação. Condiz, também, com uma forma de pensamento que é universalmente marginal, aberta, fragmentária e não *etnocida*, como afirma o autor, no sentido de que, neste novo pensamento, não há homogeneização de diferenças. Também chamado por Mignolo de pensamento liminar, este novo tipo de pensamento tem a possibilidade de transcender a epistemologia monotópica da modernidade que, segundo ele, subalternizou conhecimentos localizados fora da racionalidade instituída como norma. Ao falar de pensamento liminar, o autor tem a intenção

de mostrar que os saberes subjugados pela modernidade se tornam saberes subalternos e invisibilizados, dentro da estrutura de colonialidade do poder. Isto acontece por mais que, na visão dele, estes saberes se igualem em importância com o pensamento moderno ocidental – o mesmo referenciado por Santos (2010) ao falar das linhas abissais que dividem o mundo em humano e sub-humano.

No sistema mundial colonial/moderno “o ocidentalismo é a face visível do edifício do mundo moderno, ao passo que os saberes subalternos são seu lado sombrio, o lado colonial da modernidade” (MIGNOLO, 2003 p. 45). Isso implica na constatação do autor de que a modernidade não existe sem a colonialidade e de que, neste contexto, há uma forte necessidade de se construir macronarrativas que se caracterizem como uma ruptura com os projetos e pensamentos globais. Na sua perspectiva, essas narrativas não pretendem contar uma verdade diferente, e sim possibilitar lógicas diferentes, que desloquem o universalismo da epistemologia da modernidade e da história mundial, a partir de vertentes alternativas de uma rede de histórias sobre experiências múltiplas, diversas e diferentes do outro.

CAPÍTULO 2 - MATERIAIS E MÉTODOS

Antes de entrar no capítulo metodológico desta dissertação, é necessário evidenciar que se acredita que um estudo científico deve ter como objetivo central a transformação social. Mas a transformação social só é possível se partir de um projeto político que reconheça, de forma científica, as injustiças de um sistema historicamente construído. Este capítulo é dedicado às escolhas metodológicas para a realização deste trabalho e, também, aos cuidados que a pesquisadora teve ao trazer uma abordagem a partir de processos comunicativos sobre a violência policial contra a juventude negra. Aqui, são apresentados os riscos que se corre ao falar de diferença e desigualdade e mostrados os passos metodológicos tomados para realizar este trabalho na perspectiva da transformação social. O lugar de fala para a transformação social deve ser relacionado à sensibilidade com as situações sociais. Por mais contrastes que ofereçam as mazelas da exclusão, há um ponto de intersecção entre eles, que os une pela temática das diferenças e das desigualdades. Mas existem riscos que se pode correr ao se tratar de diferença.

O primeiro risco é começar a análise a partir de uma teoria da desigualdade, de modo que se ocultem os processos de diferenciação que não derivam da distribuição desigual dos recursos em cada sociedade. Outra tendência é legitimar unicamente aqueles enfoques surgidos de uma experiência particular, o que costuma implicar que só os *chicano* podem estudar sua condição, ou só os indígenas a sua, ou só as mulheres as questões de gênero, ou, então, quem adere acriticamente a estas perspectivas e às suas reivindicações. A terceira linha é a que propõe explicações teóricas da diferença ou – o que costuma ser equivalente – conceituações resultantes de uma experiência histórica que, ao não se deixarem desafiar pelas mudanças ou por aqueles que veem a alteridade a partir do lado oposto, correm o risco de dogmatizar-se (CANCLINI, 2005, p. 56).

Portanto, sobre o primeiro risco trazido pelo autor quando se trata de abordagens científicas sobre processos de segregação, deve-se ter em mente a constatação autônoma de que as desigualdades se dão em uma perspectiva socioeconômica e as diferenças se dão ao nível sociocultural e das práticas simbólicas. Uma condiciona a outra, quando se considera os moldes do pensamento comum da modernidade, mas elas não se equivalem. O cuidado ao se analisar questões relacionadas às diferenças deve ser redobrado, ainda, quando o sentido dessas não está nas práticas socioculturais essencialmente, mas se define, primeiramente, pela ordem do visível e do estereótipo. Há, neste caso, uma predisposição natural a se estender a diferença – de primeira instância, baseada no estigma - a uma desigualdade de tratamento social, pelo uso de um discurso discriminatório, por exemplo.

O segundo risco, apontado por Canclini (2005), se relaciona com a ideia de que, para que haja flexibilidade sobre um tema, necessita-se fazer parte do grupo social a que se estuda.

Ora, se este risco for imaginado como uma única forma de verdade, para que serviria o adentramento em uma realidade desconhecida? Como o estranhamento se colocaria como condição para o conhecimento? Para a empreitada da transformação social, a mobilização e a sensibilidade ao outro e às suas formas de sofrimento é o que deve unir a todos.

O terceiro e último perigo iminente sobre o estudo ou constatação teórica a partir das diferenças refere-se à essencialização da sua ideia e um fechamento à mutabilidade que suas características possam ter. Significa, assim, pensar que as diferenças, dentro da sua respectiva esfera sociocultural, não se atêm ao dinamismo, às mudanças quando em um contexto processual de contato com outras diferenças e com a dinâmica das sociedades – sem ponderar caminhos positivos ou negativos. Seria exatamente negar mobilidade aos “processos hibridizadores por interação com outras culturas” (CANCLINI, 2005, p. 58).

Contudo, ao falar de diferença, de desigualdade – que não são termos sinônimos – fala-se, também, de dinâmicas de exclusão, de marginalização, de subalternidade. A ideia de subalternidade remete às camadas mais baixas da sociedade, cercada por experiências de exclusões. Essas exclusões se dão tanto no mercado de trabalho, na representação política e jurídica, como também na possibilidade de tais camadas ascenderem ao nível de membros concretos do segmento dominante e privilegiado da sociedade, de acordo com Spivak (2010). Ao tratar da pessoa subalterna e das questões referentes a essa condição no âmbito acadêmico, depara-se com riscos tanto epistemológicos quanto de caráter sociológico. Para entender essas questões, parte-se da pergunta propositiva trazida pela autora desde o próprio título de seu livro: pode o subalterno falar? A crítica contundente que ela traz sobre os estudos de Foucault e Deleuze, leva a uma reflexão sobre a soberania do sujeito, questionada uma vez que os autores criticados não estabelecem nenhum tipo de vínculo da ideologia interferindo na forma como as relações de poder se dão. O risco epistemológico, nesse sentido, seria considerar a soberania do sujeito subalterno e desconsiderar a ideologia, dentro de uma relação de poder, o que poderia levar intelectuais ou pesquisadores a fazerem representações inautênticas sobre os subalternos. O risco sociológico, portanto, seria a contribuição do fazer teórico para a continuidade da subalternidade e da opressão, já que “a produção de teoria é também uma prática; a oposição entre teoria abstrata ‘pura’ e prática concreta ‘aplicada’ é um tanto apressada e descuidada” (SPIVAK, 2010, p. 31).

A autora, com essa crítica, refere-se à compreensão de como os modos de representação do sujeito subalterno podem ratificar mais ainda situações de exclusão e contribuir para práticas violentas contra ele mesmo. Para que isso não ocorra, é necessário um caráter dialógico nas relações entre pesquisador e sujeito subalterno, de forma que se crie um

espaço de reconhecimento, em que os anseios do sujeito não lhes sejam arrancados. Para Spivak (2010, p. 70), se “o sujeito da exploração não pode conhecer nem falar o texto da exploração”, a consciência estratégica funcionaria como uma espécie de fala, junto ao sujeito subalterno. Isso garantiria o agenciamento – presente nos estudos de Deleuze -, a fim de se atingir um limiar e promover uma mudança social e uma autonomia diante da sociedade excludente.

Constatados e assumidos os riscos que se pode realizar diante de experiências científicas sobre o outro diferente, alguns passos metodológicos são propostos, a seguir, para que haja uma perspectiva de transformação social neste estudo sobre comunicação, juventude negra, cidadania e violências. Antes de mais nada, o primeiro passo é considerar a comunicação ao nível dos processos comunicativos, da ação humana e não, exclusivamente, ao nível das representações midiáticas, como ocorre na maioria dos estudos sobre a comunicação, com o fenômeno da midiaticização.

2.1. Passos para um desafio teórico-metodológico convergente

A partir daqui, alguns passos e procedimentos teórico-metodológicos são apresentados para a realização desse estudo, bem como são explicitados os riscos que se corre ao fazer uma abordagem científica relacionando estudos sobre comunicação, juventude negra, cidadania e violências.

Daqui, parte-se da noção do ato comunicativo ou da ação comunicativa instituindo e construindo olhares, verticalidades, uma ética contextual própria, capazes de criar segregações, discriminações e racismo. O olhar sobre a ação humana, que engloba um ato comunicativo, deve transcender “as grandes concepções prevalecentes e hegemônicas que não põem em questão as formas de segregação do corporal e do urbano” (ASTRAIN, 2003, p. 330). O lugar do qual se olham as ações humanas e comunicativas deve considerar, portanto, o histórico de quebras, de relações de poder e dominação a partir de quem estipula um ato comunicativo, seja ele o Estado e suas instituições, seja a sociedade, de acordo com os interesses da classe dominante.

É válido lembrar, neste primeiro passo, que a presença característica da resposta é elementar para consolidar a ação comunicativa e as formas de respostas e interação determinam a qualidade da ação, no sentido de definir o sentido comunicativo. Se a resposta é silenciada ou guardada em si, sem nenhuma chance de expressão ao precursor da ação comunicativa, ou se ela nem mesmo existe, tida na sua essência de indiferença, pode-se considerar, neste caso, a qualidade antidialógica da comunicação midiática. Para Sodré (1984), essa vertente da

comunicação se confunde na ficção de que informação se equivale a comunicação e que esta se defina por um intermediário técnico entre um falante e um ouvinte. Segundo ele, quando duas pessoas se comunicam “o essencial não reside no fato de que aquilo que estava anteriormente na cabeça de um deles vá se reencontrar, por meio da expressão, na cabeça do outro, mas no fato de que o comportamento do segundo apareça como uma reação em resposta à fala do primeiro” (SODRÉ, 1984, p. 24). Se a resposta não surge ou não se esboça por uma condição de subalternidade, de não entendimento ou conivência com, por exemplo, uma medida decretada em lei pelo poder estatal, há uma ação comunicativa antidialógica com o caráter impositivo do comunicado. O ímpeto dessa condição é garantir os fluxos de dominação e poder na determinação de quem fala, de quem estabelece e de quem acata, de quem é submetido ou se submete. Por outro lado, se a resposta se dá como uma troca, concedendo espaço à interação, ao compartilhamento e ao conhecimento recíproco dos sujeitos, a ação comunicativa se estabelece de forma íntegra e completa como dialógica. Esta é uma situação condicionada pela dialogicidade como representante de uma ação-reflexão a partir das trocas simbólicas dos sujeitos sociais.

Se há um problema deficitário ou censura da troca dialógica e dialética, por mais que se esteja considerando a ação comunicativa a partir das respostas que levam à qualidade do sentido comunicativo, Sodré (1984) alerta para a essência de uma não-comunicação nesses contextos, entendendo comunicação como troca e reciprocidade de discursos. Tem-se, então, que a dialogicidade é o ápice da comunicação e das ações comunicativas para que estas sejam plenas, completas, íntegras e aut nticas. A hegemonia tecnológica de quem fala sobre quem ouve, como no caso dos processos midiáticos, e a hegemonia do discurso, expresso em ideologias ou comunicados, podem ser questionadas a partir da dialogicidade, da ação-reflexão e da consciência crítica.

A perspectiva antropológica dos processos comunicacionais se empenha em perceber, como ciência, o agir humano dentro de formações e contextos sociais. Por essa perspectiva, Sodré (2006) sustenta que o campo da comunicação ocupa, atualmente, uma posição de reflexão sobre a vida social. Para ele, os objetos nem sempre são discerníveis e evidenciados, mas com um núcleo objetific vel, em que se inter cruzam problematizações variadas sobre o significado da vinculação ou da atração social.

Apesar dos ritmos cada vez mais velozes e mercadologicamente obsessivos de hoje, pode-se fazer contato com algo que dure política e existencialmente na contemporaneidade, isto é, algo que tenda a comportar-se como um fio condutor do sentido pertinente à variedade das ações sociais. Nessa duração, faz-se claro o núcleo teórico da comunicação: a vinculação entre o eu e o outro, logo, a apreensão do ser-

em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma da luta social por hegemonia política e econômica, seja sob a forma do empenho ético de reequilíbrio das tensões comunitárias. Não se trata, portanto, de vinculação como mero compartilhamento de um fundo comum, resultante de uma metáfora que concebe a comunicação como um receptáculo de coisas a serem ‘divididas’ entre os membros do grupo social. Vinculação é a radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos (SODRÉ, 2006, p. 223).

A vinculação, portanto, é pautada pela reciprocidade no âmbito dos processos comunicativos e se associa à dialogicidade que dá concretude às ações comunicativas. Para o autor, ela é mais que um processo interativo, já que pressupõe a inserção do indivíduo na ação comunicativa a partir da dimensão imaginária até deliberações diante de orientações práticas de condutas, que se referem aos valores. A partir da perspectiva do sentido ético-político de bem-comum, o autor mostra que a questão comunicacional é muito mais ampla política e cientificamente do que o que constitui a esfera midiática.

O segundo passo ou procedimento metodológico para a convergência dos estudos em questão consiste em uma readequação da noção de juventude, considerando-a como uma categoria social que se relaciona, se intercruza e se constrói de acordo com outras categorias sociais tais quais, classe social, gênero, raça, nacionalidade, grau de desenvolvimento econômico e momento histórico, como assinala Groppo (2004). Entretanto, não há uma única definição sobre qual faixa etária melhor caracteriza a juventude. A tentativa de se definir o termo se complexifica, também, pelo fato da noção de juventude ser confundida com a noção de adolescência.

Tabela 1 – Comparação entre as faixas etárias que definem juventude

Quem define	Faixa etária que define juventude
Unesco	De 15 a 29 anos
Organização das Nações Unidas (ONU)	De 15 a 24 anos
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)	De 15 a 24 anos
Estatuto da Juventude	De 15 a 29 anos

Fonte: Autoria própria

A rigor e em nível de conhecimento prévio, a tabela mostra que a faixa etária que consiste na definição de qual período da vida configura a juventude não é consensual. A Unesco

e o Estatuto da Juventude, decretado pela Lei nº 12.852, no dia 5 de agosto de 2013, definem o período que abrange a juventude dos 15 aos 29 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a definem dos 15 aos 24 anos.

Sobre as categorias sociais e dentro do quadro e condicionantes socioculturais, sociopolíticos e socioeconômicos que operam na qualificação da juventude, pode-se chegar a uma análise sociológica de que não há, efetiva e exclusivamente, uma única juventude concreta, de acordo com a perspectiva de Groppo (2004). Para ele, há múltiplos grupos juvenis diversos e variados. A partir deste ponto, nesta dissertação, não se fala mais em juventude, mas sim em juventudes, utilizando a adoção do termo no plural, de forma a contemplar a multiplicidade dos grupos juvenis.

Se as categorias sociais condicionantes como classe social, situação socioeconômica, sociocultural, pertencimento étnico-racial e trajetória histórica determinam os múltiplos grupos juvenis, há de se convir que as violações e a falta de direitos ao qual um grupo social é submetido condiz, exatamente, com a determinação de como um grupo juvenil vai se constituir. Dessa realidade, considera-se que a condição da população negra, marcada por uma trajetória de marginalização, opressão e exclusão se repassa e se repete às juventudes negras, em uma naturalização dos direitos civis, sociais e políticos destituídos ou escassos. A falta de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia e à segurança pública são fatores preponderantes na determinação de quem está mais propenso a ser um alvo da violência. E quando se fala de violência também se considera a sua manifestação mais extrema, relacionada à violência oficial e à violência letal. Portanto, as juventudes negras, uma vez marginalizadas, estigmatizadas, estereotipadas e excluídas, estão mais propensas, também, a fazer parte dos altos índices de mortandade que o Brasil apresenta.

Hoje, constata-se um fato que o movimento negro denuncia há décadas: negros são os mais vulneráveis à violência, particularmente a letal, mas a desvalorização de sua vida é um fato sobre o qual pouco ou nada se discute. A preponderância de negros nas taxas de homicídios e a perda de vida de jovens negros em fase criativa, produtiva e reprodutiva não têm recebido o devido destaque na discussão sobre a mortalidade juvenil brasileira. Tal indiferença reafirma a situação de marginalidade, pobreza e opressão a que está submetida esta parcela da população, um grande contingente humano que integra o grupo dos que se encontram tradicionalmente sem acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, estando irremediavelmente exposto à violência (CARNEIRO e SILVA, 2009, p. 12).

A violência letal, a falta de oportunidades, de direitos e a desigualdade sociorracial vivenciadas pelas juventudes negras são evidenciadas no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à

Violência e Desigualdade Racial 2014, publicado em 2015, a partir de um estudo realizado em parceria pelas Secretaria-Geral da Presidência da República, pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Ministério da Justiça.

Tabela 2 – Violência e Desigualdade racial 2014 e Risco Relativo, ano-base 2012

Unidades da federação	IV3 – Violência e Desigualdade Racial	Escala de vulnerabilidade	Risco relativo
Alagoas	0,608	Muito alta	8,748
Paraíba	0,517	Muito alta	13,401
Pernambuco	0,506	Muito alta	11,565
Ceará	0,502	Muito alta	4,011
Roraima	0,497	Alta	3,287
Espírito Santo	0,496	Alta	5,909
Pará	0,493	Alta	3,637
Amapá	0,489	Alta	2,632
Bahia	0,478	Alta	3,536
Piauí	0,477	Alta	2,760
Rondônia	0,467	Alta	1,780
Sergipe	0,460	Alta	4,244
Maranhão	0,451	Alta	2,802
Mato Grosso	0,439	Média	1,973
Amazonas	0,418	Média	3,672
Paraná	0,408	Média	0,661
Tocantins	0,385	Média	1,752
Goiás	0,384	Média	2,609
Rio Grande do Norte	0,380	Média	3,397
Mato Grosso do Sul	0,377	Média	2,392
Acre	0,372	Média	3,823
Rio de Janeiro	0,309	Média-baixa	2,310
Distrito Federal	0,294	Baixa	6,527
Minas Gerais	0,280	Baixa	2,199
Santa Catarina	0,252	Baixa	1,420
Rio Grande do Sul	0,230	Baixa	1,674
São Paulo	0,200	Baixa	1,492

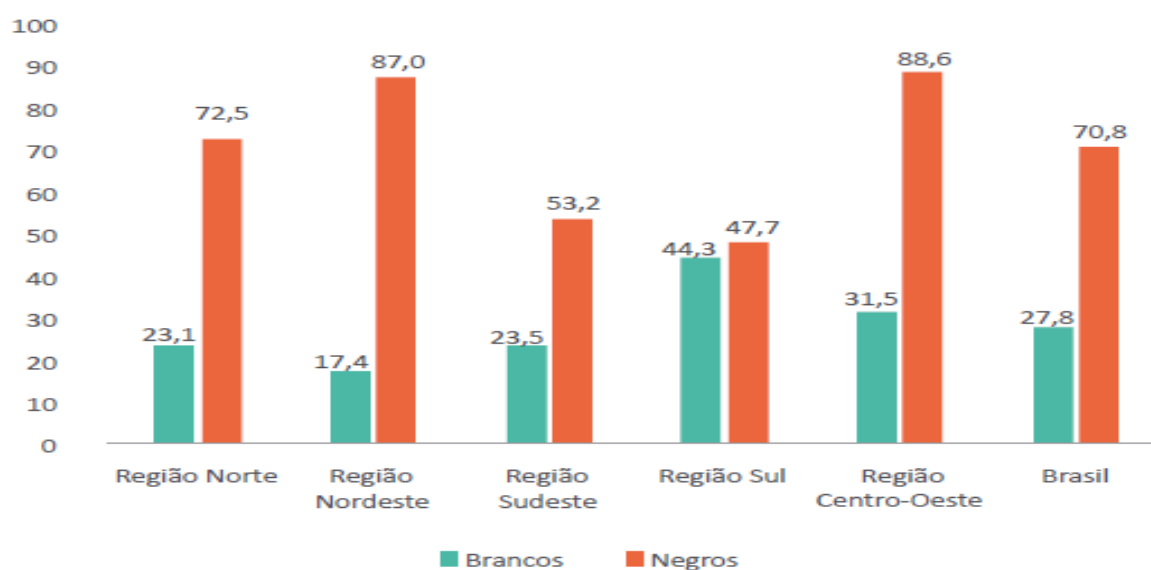
Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, 2015, p. 18²⁸

²⁸ Disponível em: <juventude.gov.br/articles/.../Indice_vulnerabilidade_WEB_Escuro.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

De acordo com a tabela que indica o Índice de Violência e Desigualdade Racial nas 27 unidades da federação, os números consideram a vulnerabilidade de jovens à violência, incorporando o indicador de desigualdade racial na análise. Esse indicador se apresenta a partir do cálculo da razão entre a taxa de mortalidade violenta de jovens negros e a taxa de mortalidade violenta de jovens não-negros, que condiz com o risco relativo expresso na tabela. Quanto maior esse valor, maior a proporção de jovens negros mortos de forma violenta em relação a jovens não-negros. Já na análise do indicador sintético IVJ – Violência e Desigualdade Racial, os valores estão em uma escala de 0,0 a 1,0, sendo que quanto maior o for, maior será o contexto de vulnerabilidade de jovens em determinada unidade da federação. A escala de vulnerabilidade foi definida da seguinte maneira: até 0,300 é considerada como baixa; a partir de 0,300 até 0,370 é média-baixa; a partir de 0,370 a 0,450 é média; a partir de 0,450 a 0,500 é alta; e acima de 0,500 é considerada muito alta (BRASIL, 2015).

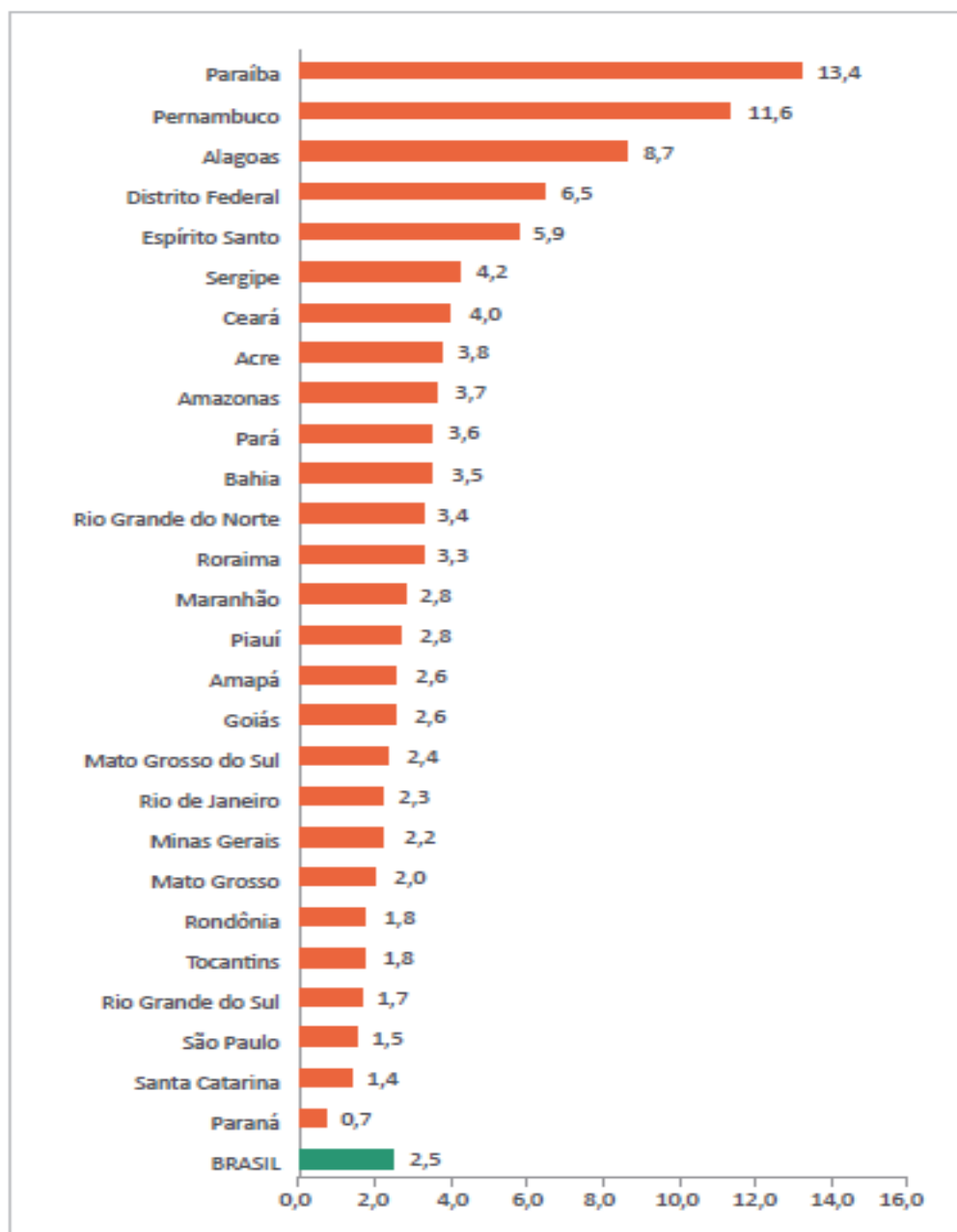
Embora o estado de Goiás não seja um dos estados com índices de vulnerabilidade mais altos do Brasil e apresente uma escala de vulnerabilidade média, em relação aos índices das outras 26 unidades da federação, há um grande problema a ser percebido. Há de se considerar preocupante o risco relativo do estado de um jovem negro ser vítima de homicídio, em relação a um jovem não-negro. Isto comparando o estado ao índice nacional e sabendo que o risco relativo de Goiás ultrapassa o risco relativo brasileiro, como mostram os próximos gráficos, considerando as taxas de homicídio das regiões e, depois, de cada estado.

Gráfico 1 – Taxa de homicídios entre jovens por raça/cor. Brasil e regiões, 2012



Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, 2015, p. 23

Gráfico 2 – Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco



Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, 2015, p. 22

A falta de acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade vivenciada pelas juventudes negras, bem como a ausência de oportunidades e possibilidades de ascensão social, marcam o terceiro passo metodológico na convergência dos estudos dessa pesquisa. Há uma visão romanceada da cidadania como uma condição plena do sujeito que habita a cidade. Vê-se uma aceitação social quanto à impossibilidade de uma vivência efetiva da cidade e do gozo

de direitos que poderiam conferir cidadania a quem a habita. Entretanto, vários segmentos sociais, tal qual a população negra, ficam à parte do conceito e esquecidos, em termos de vivência cidadã, pelo infortúnio de não terem nascido em *berço esplêndido* e em outra condição sociorracial. O conceito de cidadania sustenta-se, assim, na condição de privilégios e na obtenção de vantagens na sociedade e não sob as bases da justiça social e dos direitos iguais. Só é cidadão ou cidadã quem tem poder aquisitivo. É exatamente neste ponto que a ideia de cidadania se perde e se confunde com a ideia de consumidor.

As contradições da efetivação do conceito de cidadania, no Brasil, começam, primeiro, pela sua relação veemente com a igualdade de direitos, que se refere à isonomia. Basta um passo na rua para perceber que a isonomia é uma situação imaginária, irreal e não vivida no país. Ela se constitui, ou melhor, deveria se constituir pela “igualdade diante da lei, da justiça, diante das oportunidades na sociedade, se democraticamente aberta a todos” (BENEVIDES, 2004, p. 12). Mas, de fato, há um fator condicionante na constatação da autora, com a incógnita da democracia e dos direitos formais. Estes são, convictamente, democráticos ou são expressos, na história do Brasil, como privilégios de poucas pessoas? O que ocorre é uma síndrome deficitária do processo de construção da cidadania e da democracia, que foram sempre direcionadas à classe dominante. A população negra foi excluída da cidadania, desde o período abolicionista, “pelo processo mesmo de sua emancipação, que os transformou numa subclasse” (GUIMARÃES, 1999, p. 55-56). Por tal condição de subclasse, nega-se, às pessoas negras, o direito à cidade, ou mesmo o direito de ter direitos.

De fato, essa condição de subclasse atribuída aos pretos e também aos indígenas, na visão do autor, fez parte da construção histórica da nacionalidade do povo brasileiro que não estendeu a cidadania a todos que habitavam as terras de cá e culminou no surgimento da subalternidade. A nacionalidade nasceu sob um caráter impositivo, realizado por um projeto da classe dominante e elitista, e não como resultado de revoltas ou lutas populares. Por isso mesmo, o máximo do que se pôde considerar como aspirante a uma parcial inclusão na cidadania e na nacionalidade brasileiras foram as raças mestiças, no seu potencial de branquear negros e os índios, os incorporando em si. Na visão do autor, os negros e os povos indígenas seriam não cidadãos plenos, obviamente, mas candidatos ao processo de miscigenação que continha seus traços purificadores.

O quarto e último passo metodológico para a pesquisa consiste na desmistificação da violência relacionada à insígnia da violência urbana. Essa perspectiva é muito representada midiaticamente sob a ideia dualista em que, para haver um ato de violência, é necessário a figura de um agressor, responsável pela ação, e a figura de uma vítima, receptora passiva do ato

violento. Essa visão corrobora também com a ideia de que a violência se apresenta em uma unicidade concreta, baseada no crime, este consolidado contra o patrimônio e contra a vida. No imaginário social, esbarra-se no discurso - incorporado também e, sobretudo, nas forças de segurança pública do Estado – de que acabar ou minimizar a violência é uma questão ostensiva de conter crimes. Esbarra-se, assim, no recorrente uso da noção de que “se não há vítima, não há crime”²⁹.

A violência, no Brasil, aparece apenas como um fato inédito, inesperado, extraordinário, pontual e fora da perspectiva da ordem social e, também, fora da perspectiva do que é comum.

As desigualdades econômicas, sociais e culturais, as políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, as intolerâncias religiosas, sexual e política não são considerados formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso a violência aparece como um fato esporádico superável (CHAUÍ, 1999, p.2).

Como abordado anteriormente, a noção de violência precisa ultrapassar a noção de um fato esporádico superável, de acordo com a concepção da autora, e ser pensada de forma complexificada. Deve-se passar a utilizar e compreender o termo *violências*, ou se deve, então, fazer o uso do termo no singular de forma consciente, considerando e aludindo a um todo formado pela tipificação de várias formas de violências. A princípio, deve-se considerar também como atos violentos a violação, a negação, a privação, o maltrato ao outro e a extirpação de seus direitos. Com essa premissa, evidenciam-se os vários tipos de violência, dentro do quadro da opressão e da repressão, tais quais, a violência simbólica, a violência estrutural, a violência institucional, a violência oficial que se debanda para a violência policial e para a violência letal.

Todos esses tipos de violência revelam uma natureza autoritária do Estado e uma reprodução desse autoritarismo pela própria sociedade, que, por sua vez, é responsável por constituir um caráter endêmico à violência, na perspectiva de Oliveira (2001). Isso significa que há um ciclo aparentemente interminável de produção e reprodução da violência, que a

²⁹ A frase foi dita por um policial militar a manifestantes, na cidade de Goiânia, durante um protesto contra o aumento da passagem do transporte público e contra a criminalização das lutas populares no estado de Goiás. A manifestação pacífica, que aconteceu no dia 17 de fevereiro de 2016, no centro da cidade, com cerca de 200 pessoas, foi reprimida violentamente pela Polícia Militar, que utilizou de um cerco inescapável realizado pelo Batalhão de Choque, com bombas de efeito moral. Vários estudantes foram espancados, humilhados e presos. Ao ser indagado por uma manifestante sobre o porquê da grande repressão no ato, já que a polícia deveria evitar crimes, o policial a respondeu com a frase citada.

realimenta em si mesma na e para a vida social contra os indivíduos, principalmente aqueles que, pelas relações de poder, dominação e exclusão, são subalternizados. O autor afirma que a sociedade, ao produzir violência, repete e reproduz práticas autoritárias que o Estado deflagrou contra ela mesma ao longo do tempo. A continuidade dessa prática cíclica se mostra presente também nas forças policiais, no âmbito do cotidiano dos brasileiros, que, como braço armado do poder, executam ações contra os direitos individuais.

2.2. Escolhas metodológicas

Utilizou-se, neste estudo, de uma escolha metodológica dialógica e plural, que possibilitou aproximação com a vida e com os relatos de situações vividas por jovens negros diante de ações policiais violentas e opressoras. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com o uso dos procedimentos metodológicos, em primeiro momento, do relato pessoal de quatro jovens negros, reunidos para discussão de experiências sobre a temática da violência policial contra juventudes negras em dois grupos de conversa. Os relatos apreendidos foram realizados com auxílio da observação das reações e expressões dos interlocutores³⁰ durante os grupos de conversa, aliado, também, a um momento de leitura do discurso midiático pelos próprios interlocutores.

Em um segundo momento, foi realizada uma análise documental de dados publicados pelos estudos do *Mapa da Violência 2015*, realizado por Julio Jacobo Waiselfisz; por meio do relatório *Você Matou Meu Filho* da Anistia Internacional, que relaciona os altos índices de mortandade das juventudes negras à grande incidência da violência policial; por meio de notas técnicas e do *Atlas da Violência 2016*, ambos publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre os índices de violência e vitimização dos jovens negros; por meio do banco de dados *Observatório da População Negra*, construído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares. O guia de ensino *Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar de Goiás* (2010) também foi analisado, a fim de observar as diretivas de ação da corporação em abordagens policiais.

³⁰ O termo *interlocutores* foi escolhido em substituição ao uso do termo *informantes*, que denomina as pessoas que são encontradas durante a pesquisa de campo, dentro da tradição antropológica da observação participante e da pesquisa etnográfica. O uso de *interlocutores* se dá em razão de uma denotação mais polifônica e, também, em razão da referência à relação baseada no diálogo entre a pesquisadora e as pessoas que se inserem na construção da pesquisa. Para Janice Caiafa (2007), ao se usar o termo *informantes* há uma inadequação e uma ressonância policial, já que se dá a entender que o que uma pesquisadora ou um pesquisador coleta é apenas informação.

Muito embora a observação, nessa pesquisa, possa não corresponder a vivências de situações explícitas de violência policial acometendo as juventudes negras interlocutoras deste estudo, optou-se por utilizá-la sob um outro viés. Foi possível notar e apreender as situações de vulnerabilidade às quais os jovens negros participantes do grupo estudado e outros jovens passam diariamente, diante da violência oficial e, também, diante das formas de abordagem e de tratamento direcionados a eles pelas corporações policiais. Foi possível, também, perceber as nuances dos processos comunicativos antidialógicos que reforçam o comportamento de violação dos direitos da população negra. Tais processos legitimam o uso da violência, representada pelas injustiças sociais, pelos abusos policiais e pela rotineira condenação da população negra a uma condição de suspeição, que vincula esse grupo social à marginalização e ao banditismo.

A junção dos procedimentos metodológicos do grupo focal, do relato – juntamente com a observação - e da análise documental foi uma opção estratégica para suprir as limitações de cada procedimento, um a um. Por si sós, eles não conseguiriam, se fossem utilizados de forma isolada, chegar aos objetivos deste trabalho. Buscou-se, neste estudo, uma multiplicidade de intersecções que convirjam em relações processuais da realidade vivida pelas juventudes negras com os diversos tipos de violências sociais - sobretudo a violência policial -, as quais esses grupos são submetidos. A observação se apresenta, nesta perspectiva, ao nível da vivência, da convivência e da troca coletiva de experiências. Ela foi utilizada em busca da inserção, pelo relato, em universos subjetivos, representados pela figura dos jovens negros. Foram eles que mostraram à pesquisadora uma realidade social não vivenciada por ela. Ou melhor, não vivida e simplesmente notada superficialmente pela observação dos processos históricos, políticos e sociais e também pela observação cotidiana pessoal das ações comunicativas no âmbito da vida social.

A apresentação e inserção da pesquisadora a essa nova realidade não se fechou a uma experientiação concreta do real vivido. Ela pôde se dar, também, na ordem da subjetividade, do relato e da ilustração oral a partir dos depoimentos de vida e da apreensão sensível das perspectivas, angústias, medos e revoltas compartilhados pelos interlocutores representantes das juventudes negras. Sobre a subjetividade no quadro de uma construção social e coletiva, Caiafa (2007) constata que não é necessário um somatório de pessoas ou de *eus*, para admitir uma dimensão coletiva de uma realidade. Para ela, a dimensão coletiva da experiência parte sempre do pessoal e dos processos de subjetivação e, por essa ideia, a subjetividade nunca está fechada ou pronta. Esta se faz e se refaz constantemente em um processo interminável em correlação às situações e acontecimentos sociais. Embora a subjetividade venha terminar ou se

manifeste em indivíduos, ela se produz no registro social e, por isso mesmo, é coletiva, de acordo com a autora. Foi por essa perspectiva que se acreditou e se acredita ser possível compreender a subjetividade de indivíduos que vivem uma realidade social particular, por meio da vivência do grupo de conversa, do relato, aliado à observação. A partir desses procedimentos metodológicos, foi possível ter uma visão panorâmica do real concreto vivido pelas juventudes negras em geral, em meio à violência policial e aos outros tipos de violência que esses grupos juvenis são submetidos.

Considerar a subjetividade como uma construção de um registro social, de forma a se incluir sempre o coletivo em uma subjetivação específica, trata-se de considerar a experiência pessoal de um sujeito afirmando e reafirmando experiências sociais e situações de exclusão de um grupo social, pela voz de sua própria existência e experiência. Refere-se também a ampliar a observação a um patamar de valorização das vivências do outro, não só relacionando o procedimento metodológico a uma experiencição do pesquisador de uma nova realidade apreendida pelo viver acadêmico e proporcionada pela pesquisa. Priorizou-se, então, essencialmente, o contato, o compartilhamento dialógico e a vivência real dos interlocutores, que se refere a um complexo de situações vividas pelo outro na figura de ator e, também, de sujeito social. A consideração da subjetividade dos interlocutores, desta forma, contribuiu para a construção de laços de alteridade com o outro estudado e com um universo que é alheio à pesquisadora.

Em complemento à subjetividade implicada na utilização da observação está o relato, com sua característica de narrativa, de compartilhamento de histórias e experiências. Ele marca a possibilidade de um processo dialógico de apreensão e registro de formas de pensamento e de visões de mundo.

A narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo opostas: a narrativa zomba da boa e da má literatura: internacional, transhistórica, transcultural, a narrativa está sempre presente, como a vida (BARTHES, 2001, p. 103-104)

Para o autor, é por meio do conjunto das narrativas que o mundo se faz e se refaz. O ato de narrar, de relatar e de dialogar faz parte da dinâmica humana da comunicação e do processo de compartilhamento de sentidos e de mundos. Junto à observação, o relato integralizou certa objetividade à apreensão da subjetividade dos interlocutores. Foi por meio do diálogo e, sobretudo, do relato que se pôde ter acesso a um universo simbólico das ações

comunicativas que levam à legitimação da violência policial contra as juventudes negras instituindo, assim, processos de exclusão. Também foi por meio dele que se pôde compreender a complexidade das significações que esses jovens atribuem à situação conjuntural de violação de seus direitos e como os atos de violência são sentidos por eles. Foi por meio do relato que se pôde apreender e registrar o que vive um jovem negro diante de cenas da violência policial, por exemplo.

A utilização do procedimento metodológico do relato como uma narrativa que foi contada pressupõe, assim, um poderoso artifício para se chegar a situações concretas de violência policial contra juventudes negras. Isto porque não há momentos terminantemente determinados para que uma próxima ação violenta das forças policiais se manifeste contra esses grupos sociais e, assim, não se pôde e não se pode marcar data e hora para presenciar uma dessas ações. Quer dizer, há uma ressalva nessa afirmação, pois embora não se possa prever o momento pontual de acontecimento de um ato violento, de um abuso de autoridade cometido por um agente de polícia contra juventudes negras, pode-se localizar espacialmente os lugares da cidade mais propensos para que as violações aconteçam. Foi possível estipular os espaços em que a violência física contra a pessoa negra são mais aceitáveis por se tratar de zonas periféricas e marginalizadas da cidade, associadas à delinquência. Nesse sentido, a palavra periferia, caracterizando zonas em torno da cidade, pode ser entendida tanto em um sentido geográfico, quanto em um sentido político e social, na perspectiva de Marc Augé (2010). É, portanto, nas periferias que as violências ligadas às situações de desigualdade são recorrentes. Elas se referem a limites territoriais que “se colocam como fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implicará relações de pertencimento e estranhamento (um nós e um eles), assim como relações de dominação e exploração através do espaço” (GONÇALVES, 2006, p. 288).

Evidentemente, não se desejou que mais situações de violência física e explícita contra as juventudes negras acontecessem – embora elas ocorram sempre - simplesmente para contemplar essa pesquisa. Ao contrário, deseja-se que os atos violentos que são momentaneamente imprevisíveis, mas geograficamente previsíveis de se localizar, sejam banidos da vida social. Desta forma, as ações violentas que já ocorreram puderam servir de base e de exemplo para identificar relações processuais e conjunturais de sua construção, para que, assim, sejam evitadas novas violações e abusos. A captação de relatos serviu, então, como forma de registro de trajetórias e mapeamentos de ações violentas já sofridas por esses jovens.

O uso do relato, nesta dissertação, passou a incorporar os usos e atribuições de uma entrevista semiestruturada, entretanto com a característica primordial do diálogo quando usado

como condutor do relato dos jovens negros. A entrevista semiestruturada é caracterizada, substancialmente, por um roteiro básico e aberto sobre questões que são referentes a hipóteses relacionadas ao tema da investigação, de acordo com Trinvíños (1987). Entretanto, a entrevista semiestruturada, neste estudo, não foi encarada como uma simples técnica e sim, de acordo com a perspectiva de Medina (1986) que a caracteriza como uma interrelação entre entrevistado e entrevistador a partir do diálogo. Esse diálogo foi realizado com base em um roteiro básico, apresentado como apêndice no final deste texto.

A análise do guia de ensino da Polícia Militar de Goiás teve a finalidade de apreender as diretivas de ação da corporação. Nessa pesquisa, não se desejou, em momento nenhum, uma imersão profunda na realidade pessoal de um policial. Por mais controversa que se saiba que esta seja, desejou-se apenas focar nas condutas estipuladas oficialmente e nas formas de ação da corporação quando o assunto é conter crimes, instalar e manter uma ordem social, além de promover a sensação de segurança pública à população. Não houve a intenção de explorar a vida do agente público de segurança com seus riscos, contextos e motivações que os levam a fazer o que fazem ou, em determinadas situações, a praticarem violações e fazerem uso reincidente do abuso de autoridade.

A escolha metodológica de acessar o material utilizado como guia dos agentes de segurança se baseou na perspectiva de Porto (2001), que permite indagar sobre as condições de legitimidade da função da polícia. Não se pode esquecer das “íntimas relações teórica e/ou empíricas que essa função estabelece com a violência, já que se fala do policial como o funcionário especializado do Estado em seu papel de detentor (legítimo) do monopólio da violência” (PORTO, 2001, p. 30). Importou a essa pesquisa, ainda de acordo com a perspectiva da autora, perceber as bases sociais de processos que construíram a legitimidade que tem a função policial no seu papel de promoção da segurança pública. Além disso, foi necessário reconhecer contextos em que essa mesma legitimidade se apodera de violência, abuso de autoridade e agressão à população, que, teoricamente, o policial deveria proteger.

Como última estratégia para compor a metodologia desta dissertação, a análise documental veio acrescentar com os outros dois procedimentos metodológicos planejados do grupo focal, do relato, juntos à observação. Analisaram-se dados de relatórios publicados na internet pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelas Secretarias Nacional da Juventude, de Direitos Humanos da Presidência da República, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre o aumento dos casos de violência e vitimização das juventudes negras nos últimos anos. Examinaram-se, também, estudos nacionais como o *Atlas da Violência 2016*, o *Mapa da Violência 2015* e o

relatório *Você matou meu filho*, realizado pela Anistia Internacional, que apresentou, em números, as estatísticas de mortandade e o crescimento do protagonismo das forças policiais na relação com os homicídios de jovens negros. A partir desses documentos, pôde-se fazer relações análogas e constatações paralelas à realidade vivida na cidade de Goiânia, de acordo com os resultados apresentados no estudo qualitativo, com o auxílio dos interlocutores.

A análise de documentos apresentou evidências somatórias na contextualização dos atos de violência policial e da vitimização das juventudes negras, na cidade de Goiânia, comparada e inserida no quadro nacional junto a outras cidades, que já lidam mais enfaticamente, no âmbito acadêmico, com a temática do genocídio da população negra no Brasil. Os dados dos documentos divulgados e publicados em estudos recentes sobre o problema da desigualdade sociorracial corroboraram com a constatação de que Goiânia e o estado de Goiás vivem o mesmo fenômeno nacional das múltiplas violências sociais exercidas contra um grupo social historicamente rechaçado.

2.2.1. Grupos focais

O procedimento metodológico do grupo focal foi imprescindível para pensar uma interação recíproca entre a pesquisadora e seus interlocutores, no compartilhamento das experiências de vida. O objetivo foi proporcionar uma aproximação com as situações de violência vivenciada por eles, diante de abusos das forças policiais. O grupo focal consiste, de acordo com Powell e Single (1996), na reunião de um conjunto de pessoas para discutir, debater, compartilhar visões de mundo e relatar experiências pessoais sobre determinado tema, que, objetivamente, faz parte do universo da pesquisa em questão.

A focus group is composed of individuals with shared key characteristics pertinent to the study and comprises between six and 10 participants who are strangers to each other. In this way, not only are participants not inhibited by or deferential to intra-group differences (such as occupational seniority among health care professionals), but the anonymity engenders an atmosphere that encourages honest airing of what could be critical personal views and negative experiences (POWELL; SINGLE, 1996, p. 500).

Embora os autores afirmem que é necessário se ter de seis a dez pessoas para se formar um grupo focal, houve condições adversas nessa pesquisa que impossibilitaram o número mínimo de seis participantes. Optou-se, desta forma, por trabalhar com grupos de conversa. Entende-se que a compreensão sobre grupos focais foi de extrema importância para este trabalho e que a tentativa de os implementar na pesquisa fez parte do amadurecimento da

pesquisadora e também deste estudo. Mas, compreende-se também, que, para não fragmentar o procedimento metodológico do grupo focal, passou-se a se trabalhar com grupos de conversa, compartilhando a maioria das características metodológicas do grupo focal.

Nessa pesquisa, os grupos de conversa foram formados por três jovens conhecidos e um não-conhecido da pesquisadora, formando duas duplas, que abordaram abusos policiais mais marcantes, contemplando situações vividas nas regiões Norte, Sul, Noroeste, Central e Oeste de Goiânia³¹. Como houve um número menor de participantes em cada grupo, foi possível aprofundar nas histórias contadas pelos interlocutores. Toda a conversa realizada nos dois grupos foi gravada por uma câmera de vídeo com a permissão de todos os interlocutores. As filmagens só foram utilizadas para apreender relatos, ações e reações dos interlocutores.

O grupo foi formado por pessoas que poderiam ou não conhecerem umas às outras. Metodologicamente, o debate, o relato e o compartilhamento de experiências foram facilitados por uma espécie de anonimato encorajador, visto que os interlocutores que participaram da pesquisa foram informados que não teriam seus nomes divulgados. Para Gatti (2005, p. 9), “o grupo focal permite emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar”. A mesma afirmação serviu para os grupos de conversa deste estudo. A autora ainda argumenta que o tema, o problema da pesquisa e questionamentos direcionadores sobre o assunto precisam ser expostos de forma veemente e compreensiva, de maneira a despertar no grupo uma abertura e criar condições positivas para a participação de todos.

Os encontros aconteceram duas vezes, durante dois finais de semana: um no mês de outubro e outro no mês de novembro de 2016. Ambos duraram cerca de duas horas cada um, dentro de uma sala de aula da Universidade Federal de Goiás, que se apresentou, para o grupo como um espaço neutro. O grupo de conversa possibilitou as condições ideais para que os procedimentos metodológicos do relato e da observação aparecessem neste estudo. Foi imprescindível que a pesquisadora assumisse um papel de moderação dentro do grupo, facilitando a abertura de uma conversa desinibida e se dispondo a ouvir, a respeitar, a observar, a gravar em vídeo, a refletir, a provocar questões e a intermediar e intervir caso o debate tomasse rumos alheios ao problema da pesquisa. Nesta fase da investigação, o trabalho metodológico se

³¹ As regiões em que as violências policiais foram sofridas por jovens negros foram contempladas não necessariamente de acordo com o bairro em que os interlocutores moram, mas de acordo com os lugares em que sofreram episódios marcantes de violência. Nesse caso, a relação dos interlocutores com a região em questão pode se apresentar por morarem, ou por trabalharem, ou por simplesmente terem frequentado ou passado pelo bairro.

deu como uma verdadeira roda de conversa e diálogo, baseada, inicialmente, em entrevistas ou questões semiestruturadas, planejadas previamente. A pesquisadora moderadora do grupo de conversa, conduziu os encontros de forma a complementar os debates abordados com sub-questões que explorassem com mais detalhes os relatos dos participantes, de acordo com as ideias colocadas por Powell e Single (1996).

A observação - amparada pela filmagem das conversas - serviu para complexificar o procedimento metodológico do relato e do grupo de conversa. Este trabalho, por motivos estratégicos de tempo e logística, não contemplou o empreendimento etnográfico de “dirigir-se a um lugar, ficar, deter-se ali, construir uma vida, mesmo que provisoriamente, entre aqueles sobre quem se vai escrever” (CAIAFA, 2007, p. 147). Aqui, a observação foi intensiva e buscou experimentar uma acolhida da diferença³², um estranhamento, que não é dado, e sim algo que se atinge, de acordo com a autora.

Já a leitura do discurso midiático foi usada inspirada na teorização sobre o método da análise crítica do discurso trazida por Fairclough (2005). Essa etapa foi realizada pelos próprios jovens interlocutores, que discutiram sobre a construção de sentidos estipulados pela mídia ao reportar matérias envolvendo violência urbana. A leitura do discurso da mídia foi utilizada para evidenciar como os próprios jovens negros se veem representados no discurso midiático e, também, para que eles comparassem estas representações às representações de pessoas não-negras.

2.2.2. Relato

Neste estudo, foi necessário que a pesquisa, a todo momento, fosse fundada no diálogo e na reciprocidade. Foi de grande relevância que a vertente dialógica da comunicação se concretizasse, na medida em que a investigação tentou ser um processo de construção coletiva de várias vozes. A pesquisa procurou se efetivar pela interação, pela vivência, pela subjetividade e pelo relato do outro, bem como pela sensibilidade da pesquisadora em sua capacidade de compreender e imergir em uma realidade que lhe é alheia, de analisar e relacionar contextos políticos, históricos e sociais e apresentar enlaces e problematizações de uma consciência do tempo presente.

³² O sentido de acolhimento da diferença aqui se caracteriza pelo fato de a pesquisadora, no seu lugar de fala de mulher, de classe média, cujas oportunidades promoveram a sua inserção na vida acadêmica, e que, cada vez mais, constrói e solidifica a sua identidade negra – embora esse não seja um reconhecimento consensual para quem não a conhece e por quem identifica tal identidade somente pela cor de pele escura – não fazer parte do universo dos jovens negros, pobres, principais alvos da violência policial e letal.

O relato, como procedimento metodológico, representou a essência da ação comunicativa do diálogo e da construção da noção de simpatia e do distanciamento julgador, a partir da interação. Ele foi, também, produto de uma relação estabelecida entre a pesquisadora e seus interlocutores. O acesso a histórias e situações de violências vivenciadas pelos interlocutores foi realizado pelo diálogo e pelo relato. O relato despertou sujeitos históricos e dialógicos e inseriu a pesquisadora no mundo dos jovens negros pelo compartilhamento da relação que o outro estabelece com o espaço. Ele funciona como uma narrativa, a qual a partir de um conjunto de acontecimentos narráveis e narrados, dotados ou não de sequência, envolve e conduz a quem o é direcionado a um novo patamar de compreensão do mundo, de acordo com a concepção de Lima (2009).

Nessa pesquisa, para se chegar ao procedimento metodológico do relato, optou-se por uma experimentação metodológica baseada em entrevistas semiestruturadas, que, de início, se encabeçou pelo esquema limitado de pergunta-resposta, entretanto se desenvolvendo em busca da construção de um processo de simpatia e dialógico. Na perspectiva de Medina (1986), a entrevista pode e deve se tornar um diálogo. “Este diálogo é mais uma conversação mundana. É uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistador ou a um problema” (MEDINA, 1986, p. 15). Para ela, a entrevista, em todas as suas aplicações – inclusive a entrevista semiestruturada -, é uma técnica de interação social, de inter-relação informativa que pode quebrar isolamentos grupais, sociais e individuais, podendo também servir a uma pluralização de vozes. O caráter aberto da entrevista semiestruturada, constatado por May (2004), dá vazão para que se quebre a posição privilegiada da pesquisadora no diálogo, dando espaço para a substituição do esquema perguntas-respostas para o relato do interlocutor e o diálogo. Portanto, as entrevistas e, sobretudo, os relatos foram utilizados como recurso para compreender como os interlocutores decifram o próprio mundo social, ainda de acordo com o autor.

2.2.3. Análise documental

Os estudos e relatórios publicados recentemente, tais como o *Mapa da Violência 2015*, o *Atlas da Violência 2016* e a nota técnica *Vidas perdidas e racismo no Brasil*, estes dois últimos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), já explicitam o fenômeno nacional dos vários tipos de violência relegados à população negra. Os índices de mortalidade de jovens negros revelam situações severas e inóspitas de não vivência de direitos e apontam para uma realidade crítica de abusos e violações contra esse grupo social. Pesquisas como A

situação social da população negra, também publicada pelo Ipea, ainda revelam a banalização com a vida dos jovens negros, representada pelas estatísticas de aumento da violência policial contabilizando casos em que o alvo da ação e dos abusos policiais é a pessoa negra. O surgimento de relatórios e estudos como estes escancarando, ou minimamente citando e relacionando, os casos de violência policial contra as juventudes negras não podem existir por si só isoladamente, partindo da concepção de May (2004). Tais documentos devem ser situados dentro de uma estrutura teórica, para que haja compreensão do fenômeno social, na visão do autor.

A definição de documento, para Appolinário (2009, p. 67), se insere em “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”. Os estudos socioeconômicos e as análises e mapeamento de dados de vitimização e homicídios da população negra, compõem, assim, um rico universo de registros de casos e números que comprovam um problema social grave e evidente, embora encoberto por outras pautas sociais da atualidade. São, portanto, documentos válidos e legítimos todos os estudos que publicizam os processos de exclusão que a população negra vive.

A análise documental que essa pesquisa se propôs buscou recuperar os dados nacionais de vitimização da juventude negra e explicitar minimamente a realidade da cidade de Goiânia, na conjuntura sociopolítica e socioeconômica do fenômeno das violências no Brasil. O objetivo foi mensurar

os riscos de um poder construído e constituído enquanto poder pela/das armas; ou seja, poder sobre a vida e a morte. Esses conteúdos ressaltam o caráter ilegítimo desse tipo de poder, que, longe de garantir ou propiciar uma articulação igualitária dos direitos e da cidadania, faz prevalecer situações de arbítrio, de predomínio de particularismos fundados na força. Tais situações fazem da promoção da ordem o ato desencadeador de violências (PORTO, 2001, p. 38).

Em números e estatísticas, o poder pelas armas e o desencadeamento de violações e violências puderam ser apreendidos em documentos como o *Mapa da Violência 2015*, que traz leituras ancoradas nos índices de violência letal, cometida por arma de fogo, com base nas informações do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Três estudos, sendo um deles duas notas técnica, ambas publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também foram analisados, já que contemplam análises sobre a situação social da população negra por estado, de acordo com os eixos das características

familiar, da escolaridade, do trabalho e da seguridade social, além de traçarem relações entre as vidas perdidas no país e o racismo.

Outro documento importante nesta abordagem foi o estudo intitulado *Você Matou Meu Filho*, publicado pela Anistia Internacional, que apresenta uma pesquisa sobre as execuções extrajudiciais e os abusos cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. A análise de pesquisas que abordam a situação de cidades que convivem, no âmbito acadêmico, com a temática da violência policial contra a juventude negra de forma mais enfática é preponderante para incentivar a investigação do tema em lugares que não proporcionam a devida visibilidade e notabilidade a esse problema social. Para complementar esta dissertação, analisou-se, também, o banco de dados *Observatório da População Negra* - no que concerne às estatísticas de demografia e distribuição de renda da população negra no Brasil -, realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares. Este documento prioriza os estudos sobre as condições socioeconômicas da população negra nas regiões do país. Por fim, o guia de ensino *Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar de Goiás* (2010) também foi usado como um instrumento de comunicação que repassa aos policiais as recomendações sobre os modos de agir da corporação nas ações policiais.

Os documentos que foram analisados nessa pesquisa, o período a que se referem e o foco do estudo de cada um são explicitados de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 3 – Relação dos documentos analisados na pesquisa

Documentos analisados	Período a que se refere os dados	Foco da análise	Local que o estudo abrange
<i>Mapa da Violência 2015</i>	De 1980 a 2012	Mortes matadas por arma de fogo	Brasil
Nota técnica do Ipea <i>Vidas perdida e Racismo no Brasil</i>	2010	Índices de violência e vitimização dos jovens negros	Brasil
Estudo <i>A situação social da população negra</i>	De 2001 a 2012	Indicadores sociodemográficos – diferenças entre negros e brancos	Brasil

Nota técnica <i>Atlas da Violência 2016</i>	De 2004 a 2014	Dados sobre a violência letal no país	Brasil
Relatório da Anistia Internacional <i>Você matou meu filho</i>	De 2005 a 2014	Homicídios cometidos pela polícia do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro
Banco de dados <i>Observatório da População Negra</i>	2009	Dados demográficos e sobre a distribuição de renda da população negra	Brasil
<i>Procedimento Operacional da Polícia Militar de Goiás</i>	2010	Diretivas de ação da Polícia Militar de Goiás	Goiás

Fonte: Autoria própria

2.3. Do diálogo para os relatos orais

Identificar abusos contra as juventudes negras nas ações policiais perpassou por entender como os próprios jovens negros se veem e se sentem em situações que envolvem forças policiais, suspeição e abordagens. Como eles percebem - ou se percebem – alguma possível relação entre o estigma da negritude e o imaginário social relacionando-os ao banditismo? Eles percebem um possível respaldo social que a sociedade geralmente dá ao aparelho policial quando se trata de prevenir e/ou reprimir a violência urbana, mesmo que eles possam ser os principais atingidos pelas ações policiais?

Para isso, foi essencial, nessa pesquisa, promover um compartilhamento de subjetividades, realidades e perspectivas que, neste caso, só foi possível por meio do diálogo em correlação aos relatos orais. A proposta de diálogo foi pensada em um contexto plural e coletivo. A partir da ideia de Gatti (2005), foi utilizada, nesse estudo, a estratégia da interação e do intercruzamento de processos emocionais entre mais de um interlocutor. Este foi um modo, encontrado pela pesquisadora, de fazer com que o relato de um incentivasse e trouxesse à memória o relato do outro enquanto o Outro³³ interlocutor. Foi uma forma de captar a significação que uma das partes atribui ao se deparar com a situação vivida e relatada pelo outro; uma forma de promover um exercício de reconhecimento, empatia e simpatia. Também serviu para deixar o diálogo o mais informal possível, para que, em nenhum momento, ele se

³³ O Outro, neste contexto, refere-se a uma categoria em oposição ao Eu.

assemelhasse a um procedimento investigatório. Os jovens negros interlocutores passaram e passam tantas vezes pela convenção³⁴ de serem questionados e arguidos pela desconfiança da polícia em suas ações de abordagem, que o mais sensato, nessa prática metodológica, seria desconectar essa imagem do inquérito policial da proposta de conversa sugerida pela pesquisadora. E essa já é uma constatação dessa pesquisa, uma vez que, das 24 pessoas, com idade entre 15 a 29 anos, contatadas para participar de um dos grupos de conversa sobre violência policial contra as juventudes negras, somente duas delas afirmaram nunca ter passado por nenhum constrangimento envolvendo o aparelho policial.

Pela carga negativa que a ideia de inquérito ou, por vezes, a ideia de entrevista jornalística traz, foi preponderante descaracterizar a ressonância policial - da qual fala Caiafa (2007) - da experiência do grupo de conversa e superar, também, a ideia de entrevista jornalística como técnica de obtenção de informações que recorre ao particular, na perspectiva de Medina (1986). Em ambos os procedimentos, considera-se um possível informante ou uma possível fonte a partir de uma condição individualizada. Medina ainda afirma que, no caso da entrevista jornalística, há o crédito atribuído à fonte, geralmente, sem preocupações científicas.

Este não é o caso dessa pesquisa. Que houve preocupações científicas, é evidente. Mas houve, também, preocupações éticas com o que o outro sente. Houve preocupações em se preservar as identidades dos interlocutores. Por isso, tentou-se, a todo momento no contato com eles, deixar bem evidente que a conversa sobre a temática investigada seria uma conversa respeitosa entre mais de duas pessoas. Seria uma troca de experiências entre jovens, que, por mais desconhecidos que fossem, se reconhecem enquanto jovens negros, que sofrem, no dia-a-dia, racismo e violências relacionadas à sua condição étnico-racial. Nesse sentido, o procedimento metodológico da entrevista individualizada, utilizado tanto em pesquisas científicas quanto na prática jornalística, não correspondeu ao desejado neste trabalho.

A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado-entrevistador – não atinge os limites possíveis da interrelação, ou, em outras palavras, do *diálogo*. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo (MEDINA, 1986, p. 5).

Trabalhando pela comunicação humana, o diálogo, aqui proposto, deu abertura para o plural e para o coletivo. A autora afirma que esse diálogo democrático refere-se a um *plurólogo*.

³⁴ O termo é utilizado, aqui, no contexto de um costume admitido nas relações sociorraciais.

Fala-se em diálogo, *plurólogo* e não em entrevista, primeiramente porque, a realização dos grupos de conversa, foi coletiva, muito livre e aberta, embora a pesquisadora tenha sugerido perguntas temáticas. Livre e aberta porque, em ambos os grupos de conversa realizados, os interlocutores questionaram e mudaram algumas das perguntas propostas, bem como trouxeram novas questões para que o outro interlocutor dialogasse sobre. O diálogo democrático, o *plurólogo*, foi estabelecido de forma a não ter nenhuma rigidez na sua estruturação. Todos podiam falar, interromper, rir, debochar, ou mesmo não falar e se retirar da conversa em qualquer momento – o que não aconteceu. O diálogo entre pessoas faz parte do cotidiano. Ele faz parte das relações humanas e caracteriza a comunicação face-a-face. Nesse sentido, ele não se mostra inquiridor como uma entrevista jornalística às vezes pode transparecer, tampouco se mostra duro como a ideia que uma entrevista com objetivos científicos pode trazer.

Não individualizar o diálogo, portanto, foi uma forma de encorajá-lo, para que, assim, ele se retroalimentasse e se tornasse cíclico, espontâneo. O *plurólogo* seria, então, uma busca comum e pelo comum para construir, neste caso, uma análise sobre determinada conjuntura social. Por mais que o diálogo não amedronte, o convite a ele, amparado pela exposição da temática que seria dialogada, puderam ser definidores de sua não existência. Entende-se que o compartilhamento da vida pessoal e o relato de situações que podem trazer lembranças traumáticas ou angustiantes não é algo fácil de se fazer, principalmente se as pessoas a quem se faz esses relatos lhe é desconhecida.

2.3.1. Formação dos grupos de conversa

Nessa pesquisa, o processo de construção de grupos de conversa se deu a partir de convites a pessoas heterogêneas, de lugares, histórias e trajetórias diferentes para dialogar sobre situações de violências que viveram, envolvendo racismo e abuso policial. Como o grupo social pesquisado refere-se a um segmento das juventudes brasileiras, optou-se por adotar a classificação etária utilizada pela Unesco e pelo Estatuto da Juventude, que definem o período da juventude pela idade dos 15 aos 29 anos.

Vários jovens negros, nessa faixa etária, foram convidados a participar dos encontros que, inicialmente, foi planejado para ser apenas um grande encontro. A princípio, desejava-se fazer um grupo focal composto por dez jovens negros que passaram por situações de violência policial, em diferentes regiões da cidade de Goiânia. Entretanto, conforme o trabalho foi se delineando, percebeu-se a dificuldade de articular um encontro com muitas pessoas por conta de questões individuais de logística, de incompatibilidade de datas e horários, de dificuldade de

deslocamento, por mais central que fosse o local escolhido para a realização do encontro. Em conversas informais, antes da realização do grupo, dois dos interlocutores participantes e quatro dos convidados que não puderam participar da pesquisa alertaram à pesquisadora sobre a dificuldade de unir pessoas de meios diferentes em um espaço longe para muitos³⁵, embora central e bem servido de linhas do transporte urbano coletivo. A dificuldade, segundo essas pessoas, era a falta de disponibilidade dos possíveis participantes – cujo horário disponível de um não correspondia ao horário disponível do outro - e a falta de disposição para participar de uma conversa com essa temática.

Ser um local central foi um critério determinado pela pesquisadora, pensando justamente na facilitação do acesso por meio do transporte público, visto que a maioria dos jovens que aceitaram ser interlocutores dessa pesquisa se deslocaram ao local escolhido por meio de ônibus coletivos. Foi essencial, também, escolher um espaço neutro para o desenvolvimento do grupo de conversa, seguindo um dos critérios esboçados por Powell e Single (1996) para o desenvolvimento de grupos focais. Para eles, a neutralidade do espaço é essencial nesse procedimento metodológico. Ser um lugar neutro leva os interlocutores a uma atmosfera diferente das espacialidades vividas por cada um deles. Tais espacialidades são determinadas pelo espaço com suas características e seu funcionamento “resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 1978, p. 45). Portanto, um espaço neutro promove um ambiente favorável ao pensamento, ao diálogo e ao debate de ideias. O local neutro proposto para a realização do grupo foi uma sala de aula na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), localizada no Setor Universitário, região central de Goiânia. Por ser uma sala de aula, este espaço poderia não ser neutro, já que todos os jovens interlocutores são estudantes universitários ou foram há pouco tempo, considerando um curto período anterior à realização do grupo de conversa. Entretanto, por ser uma sala de aula da Faculdade de Direito da UFG, o local foi considerado como neutro por não fazer parte dos lugares frequentados tanto pelos interlocutores, quanto pela pesquisadora.

Ainda com a ideia de realizar um grupo focal, baseado no número mínimo de seis pessoas, sugerido por Powell e Single (1996), iniciou-se o primeiro contato com sete jovens, três deles já conhecidos da pesquisadora e os outros quatro desconhecidos. A maioria dos contatos foi realizado pelas redes sociais. Somente duas das pessoas conhecidas foram abordadas pessoalmente e todos os outros convites a jovens desconhecidos, para participarem da pesquisa, foram realizados virtualmente. Optou-se pela maioria dos contatos serem feitos

³⁵ A imagem do trecho referido da conversa com um dos jovens convidados a fazer parte dessa pesquisa pode ser visualizada no Apêndice A, na página 141.

via redes sociais, pelo fato de que, com a conectividade nas redes, institui-se uma forma de sociabilidade à distância que propicia contatos e mutualidade entre pessoas, de acordo com a perspectiva de Moraes (2008). Com a internet, as barreiras das distâncias físicas são rompidas e institui-se uma otimização do espaço-tempo, facilitando o acesso a esses jovens, mesmo estes sendo desconhecidos. As redes sociais possibilitam comodidade e facilidade de encontro entre pessoas, mesmo sendo desconhecidas.

A escolha por contatar jovens negros pela internet também se baseou no fato de que os jovens, cuja faixa etária é o foco de análise deste estudo, utilizam as redes sociais de forma veemente. Segundo a *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*, publicada pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República no ano de 2014, os jovens com até 25 anos são os usuários mais afincos das novas mídias. De acordo com os dados estatísticos, 65% desses jovens acessam a internet todos os dias. A pesquisa mostra que há uma média de intensidade de uso nos dias da semana, por jovens de 16 a 25 anos, de aproximadamente 5 horas e 11 minutos diários. O estudo afirma, ainda, que, no Estado de Goiás, 40% das pessoas acessam a internet todos os dias.

Se o fator sociorracial tivesse sido considerado nessa pesquisa da Secom, é evidente que esses índices mudariam ao se pensar o acesso da população negra à internet. Mesmo assim, esses índices apresentados podem ser utilizados, aqui, em razão de que todos os interlocutores participantes são ou foram estudantes universitários. Por essa característica, todos eles possuem um acesso frequente às redes sociais, principalmente ao *Facebook* e ao *Whatsapp*. Foi exatamente essas duas plataformas virtuais que foram utilizadas pela pesquisadora para entrar em contato com cada um dos jovens negros.

Entretanto, é válido evidenciar que essa forma de abordagem é frágil, na medida em que propicia um contato superficial, que pode gerar desconfiança com a cientificidade da proposta, principalmente nos casos em que as pessoas contatadas não conhecem a pesquisadora. Notou-se que a confiança na pesquisa em questão foi, parcialmente, estabelecida quando as abordagens vinham acompanhadas da indicação de uma pessoa conhecida em comum que, por saber de histórias daquele jovem, sugeriu o nome de um possível interlocutor para a pesquisa.

2.3.2. Dos grupos focais para grupos de conversa

A tentativa de realizar o primeiro grupo focal foi marcada para acontecer no dia 29 de outubro de 2016, no período da tarde de um sábado. Sete jovens foram convidados a participar do grupo e cinco deles confirmaram presença e trocaram números de telefone com a

pesquisadora, dias antes da realização do grupo de conversa. Na abordagem, foram utilizados convite e explicação padrões³⁶, em que a pesquisadora se apresentava, falava da pesquisa que estava sendo realizada, perguntava se os jovens se autodeclaravam negros e se tinham passado por situações de violência policial sob qualquer forma. Com as respostas afirmativas, a pesquisadora perguntava se eles estariam dispostos a participarem de um grupo de conversa com outros jovens negros para compartilharem entre si as histórias de violência pelas quais passaram. Explicava-se também que a confidencialidade e o anonimato³⁷ estariam garantidos caso a pesquisa tivesse a participação deles como interlocutores. O convite a participar do estudo era sempre seguido de explicações sobre a intenção de se fazer um grupo de conversa e não uma entrevista individualizada. De imediato, nesse primeiro grupo, a resposta de todos foi “sim, eu já passei por isso e topo participar”. Em alguns casos, os possíveis interlocutores até começaram a relatar algumas histórias virtualmente para a pesquisadora, no mesmo momento do convite³⁸.

Cerca de dois dias antes da realização do primeiro grupo, a pesquisadora entrou em contato com todos os possíveis participantes e um deles, mesmo visualizando as mensagens enviadas por ela, não a respondeu mais. Portanto, de cinco confirmados, passou-se a quatro. Outro dos jovens mandou mensagem informando que estava envolvido com o movimento das ocupações dos secundaristas³⁹ e que não poderia participar⁴⁰. Ou seja, de cinco confirmados, agora eram três. Tentou-se, então, um contato rápido com outros dois conhecidos para não desarticular o grupo. Um deles se empolgou com a ideia e topou na hora e o outro alegou ter compromissos no dia da realização do grupo de conversa.

Chegado o dia e hora do encontro, um dos convidados, que também é secundarista e cantor de rap, mandou mensagem à pesquisadora avisando que faria um show de última hora no mesmo horário do grupo de conversa e que não poderia participar. Das quatro pessoas confirmadas, somente duas delas apareceram no dia. Um dos jovens que não apareceu para o

³⁶ Um exemplo de convite e a explicação padrão utilizados pela pesquisadora podem ser visualizados no Apêndice B, na página 142.

³⁷ Um exemplo de explicação sobre o anonimato e a confidencialidade pode ser visualizadas no Apêndice C, na página 143.

³⁸ A reação de se contar histórias logo após o convite à pesquisa pode ser visualizada no Apêndice D, na página 144.

³⁹ As ocupações de estudantes secundaristas do estado de Goiás tiveram início no final do ano de 2015, em razão do anúncio do governo estadual de implantar Organizações Sociais (OSs) nas escolas estaduais, terceirizando a educação. Os alunos passaram a protestar contra a medida ocupando as escolas e o movimento se estendeu ao longo do ano de 2016. Nesse ano, os estudantes passaram a protestar, também, contra a implantação da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55) do governo Michel Temer, que congela os gastos públicos em educação e saúde por 20 anos.

⁴⁰ O trecho da conversa, negando o convite ao grupo focal, pode ser visualizado no Apêndice E, na página 146.

grupo de conversa, mandou uma mensagem posterior à pesquisadora se desculpendo por ter esquecido do compromisso feito. Ele garantiu participar do próximo grupo de conversa que seria marcado e assim aconteceu.

A frustração com o derretimento do grupo focal planejado, logo foi substituída pelos bons resultados trazidos pelo primeiro grupo de conversa. Como proposto por Powell e Single (1996), antes de se realizar a conversa formal abordando a temática da pesquisa, a pesquisadora apresentou os interlocutores um ao outro, já que eles não se conheciam, e os três conversaram informalmente sobre a vida, minutos antes da realização do grupo de conversa. Segundo os autores, esta é uma forma de familiarizar os participantes e deixá-los mais à vontade na realização formal do grupo de conversa. O fato é que os interlocutores interagiram o tempo todo, se envolveram e se reconheceram nas histórias um do outro.

Houve várias tentativas de se chegar a marcar data e horário para a realização de um novo grupo focal. Mas a dificuldade encontrada foi que muitas pessoas confirmavam presença, mas, no dia da realização da roda de conversa, os possíveis participantes desmarcavam. Várias datas foram canceladas de última hora devido às desistências. A última tentativa concreta de realizar um grupo focal foi finalmente marcada para o dia 26 de novembro, também no período da tarde de um sábado.

A fim de cativar um número maior de jovens negros para participar da pesquisa e, também, buscar pessoas diferentes dos interlocutores que participaram do primeiro grupo de conversa, que eram jovens de periferia que há pouco tempo se formaram em um curso superior, optou-se por fazer convites aleatórios a pessoas desconhecidas no *Facebook*. As fotos dos perfis e as postagens sobre elementos da cultura afrobrasileira de cada jovem foram utilizadas para definir um critério de escolha. Determinou-se que os jovens de características fenotípicas da negritude seriam abordados e indagados sobre a sua autodeclaração racial e sobre já terem passado por constrangimentos com a polícia.

Foram contatados, novamente, os quatro jovens que se mostraram interessados em participar, mas não puderam ir ao primeiro encontro e outras 15 pessoas, a maioria desconhecidas da pesquisadora. A experiência de contatar desconhecidos aleatoriamente foi positiva cientificamente, no sentido de perceber, de forma empírica, que a grande maioria dos jovens negros passam por desconfortos com o aparelho policial cotidianamente. Somente duas das pessoas abordadas para a pesquisa alegaram nunca ter passado por alguma situação constrangedora nas ações da polícia⁴¹. Por outro lado, o contato com jovens homens

⁴¹ O trecho da conversa com um dos jovens negros que afirmou nunca ter sofrido violência policial pode ser visualizado no Apêndice F, na página 147.

desconhecidos foi frustrante pelo fato de a pesquisadora, por ser mulher, ser exposta a situações de assédio, mesmo que virtualmente. Três dos homens contatados pela pesquisadora a assediaram. Esse fato remonta à dificuldade que pesquisadoras mulheres encontram ao fazerem pesquisa no Brasil, principalmente quando vão a campo. Um estudo realizado por pesquisadores da *University of Illinois*, nos Estados Unidos, e publicada na revista científica *Plos One* em 2014, mostra que o assédio a pesquisadoras é muito comum no universo acadêmico. A pesquisa de Clancy et al. (2014) envolveu 142 homens e 516 mulheres de variadas disciplinas científicas. Constatou-se que 64% dos entrevistados afirmaram ter sofrido assédio sexual durante o trabalho de campo. A maioria das vítimas eram pesquisadoras jovens, segundo os autores.

A partir desses novos contatos, percebeu-se certa insegurança dos jovens contatados de compartilharem suas vidas com uma pessoa desconhecida. Percebeu-se, também, o peso que determinadas situações com a polícia tem na vida dessas pessoas, por mais que o episódio de violência tenha sido sofrido há anos atrás, como admitido por alguns. O medo de retaliações da polícia ou mesmo de ter seus nomes expostos se mostrou muito presente, por mais que a pesquisadora tivesse garantido aos jovens que eles não seriam identificados na pesquisa e que seus nomes não seriam publicados, conforme sugerem Powell e Singles (1996) sobre grupos focais. Foram evidenciados a confidencialidade e o anonimato os quais falam os autores, mas mesmo assim, isso não garantiu confiança plena dos convidados em se integrarem à pesquisa. Algumas pessoas, no primeiro contato com a pesquisadora, aceitaram participar da conversa; outros expuseram algumas ressalvas; outros se mostraram apáticos e cortaram a conversa; outros soltaram expressões de risadas virtuais sobre as situações; e dois dos jovens disseram nunca ter sofrido violência policial. O mais curioso nessa segunda série de novos contatos foi o fato de que duas pessoas se negaram a dar depoimentos em grupo pelo desconforto e afirmaram conceder apenas uma entrevista individualizada à pesquisadora⁴².

A tabela abaixo apresenta algumas reações dos jovens negros ao serem convidados a participar da pesquisa e ao serem indagados se já tinham sofrido algum constrangimento com o aparelho policial do estado. Observa-se, na tabela, reações que podem ser simultâneas a outras reações, como por exemplo a confiança sobre a pesquisa e o deboche demonstrado ao serem indagados sobre histórias pessoais vividas em abordagens policiais; ou mesmo o medo de falar sobre o assunto e o fechamento à conversa.

⁴² O trecho de conversa em que um dos jovens afirma só conceder entrevista individualizada à pesquisadora pode ser visualizado no Apêndice G, na página 148.

Tabela 4 – Expressões demonstradas pelos jovens negros convidados sobre a pesquisa

Reações esboçadas ao ser convidado a falar sobre violência policial	Conhecidos da pesquisadora	Indicados por pessoas conhecidas da pesquisadora	Desconhecidos da pesquisadora
Apatia	1	2	2
Desconfiança sobre a pesquisa	-	-	6
Medo	-	3	5
Confiança sobre a pesquisa	9	6	-
Riram quando questionados se já tinham sofrido violência policial	6	1	-
Mostraram-se abertos à conversa	9	7	1
Mostraram-se fechados à conversa	-	2	5
Afirmaram nunca ter sofrido violência policial	-	-	2
Assediaram a pesquisadora	-	-	3
Totalização	9	9	6

Fonte: Autoria própria

Por fim, nove pessoas confirmaram participação no segundo encontro, realizado no dia 26 de novembro, mas só duas pessoas apareceram. A conversa foi muito produtiva embora os interlocutores, dessa vez, tenham demorado um pouco mais para entrar na dinâmica do grupo de conversa. Nesse grupo também foi utilizada a estratégia de conversas informais antes da

realização da conversa formal. Os interlocutores, nesse caso, já se conheciam, porém não eram pessoas muito próximas. Houve, nesse grupo de conversa, um destaque sobre a forma como esses dois participantes pensam sobre as situações de violência policial contra as juventudes negras e o porquê de pensarem assim. O grupo também fez valer o que Gatti (2005) afirma sobre o grupo focal. Para ela, deve haver um “interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam” (GATTI, 2005, p. 9).

CAPÍTULO 3 – JUVENTUDES NEGRAS E VIOLÊNCIA POLICIAL

Este capítulo dedica-se ao trabalho de campo da pesquisa. Será possível perceber, por meio dos relatos orais trazidos para esse estudo, o que os jovens negros interlocutores pensam sobre relações raciais, como se veem enquanto negros, como percebem o racismo no cotidiano e o que sentem diante das situações de violência policiais pelas quais passaram. O capítulo é composto pelos diálogos apreendidos nos grupos de conversa sobre temas como a identidade racial, seu respectivo reconhecimento pelos próprios interlocutores e a condição de suspeição a que são submetidas as juventudes negras nos processos comunicativos antidialógicos da sociedade como um todo.

Em complemento aos relatos, estatísticas sobre a violência letal contra as juventudes negras no Brasil são analisadas, de forma a estabelecer relações entre a falta de oportunidades e acessos da população negra, os homicídios dos jovens negros por arma de fogo e a violência policial, pelas mãos da Polícia Militar. A questão da falta de confiança dos jovens interlocutores no aparelho policial do Estado também é levantada, junto ao debate, entre os próprios jovens, sobre segurança pública e segurança pessoal das juventudes negras. Os interlocutores dessa pesquisa também discutem, neste capítulo, a legitimação da violência policial pela sociedade e trazem opiniões sobre as representações sociais dos jovens negros reportadas pela comunicação midiática. Por fim, os interlocutores dessa investigação dialogam sobre o racismo na realidade brasileira e discutem mudanças possíveis que poderiam levar à transformação social da população negra.

3.1. Relatos do dia-a-dia: juventudes negras, a principal suspeita

Ser negro já é indício determinante para se ter muitas histórias para contar sobre situações de racismo cotidiano. Muitas pesquisas mostram que se a pessoa for negra, jovem e do sexo masculino, a chance de se ter uma história de discriminação racial vinculada a abusos policiais se potencializa. Quando questionados, antes de aceitarem participar dessa pesquisa, se já haviam sido abordados por policiais, muitos dos jovens interlocutores dessa investigação riram⁴³. Como se a pergunta fosse muito óbvia e a situação exposta ao qual foram questionados fosse muito recorrente.

⁴³ Um trecho de uma das conversas em que um dos jovens negros convidado a participar da pesquisa reagiu rindo pode ser visualizado no Apêndice H, na página 148.

O ato de rir confirma o riso como deboche do comum, ou como uma descrença da realidade, ou mesmo como forma de dar leveza a alguma dureza da vida. Nessas circunstâncias, o riso é transpassado por relações de poder, que por menos sérias que sejam tratadas, são evidentes. Bakhtin (2010) traz a ideia do riso empenhando funções não apenas de humor, mas também de críticas e desprezo às instituições sociais, desde a filosofia clássica grega. De acordo com o autor, no mundo antigo, o riso como filosofia e como crítica sarcástica às situações cotidianas firmaram-se com Sócrates, conhecido como um zombador por natureza. Entretanto, o riso como crítica social também é encontrado na literatura pré-socrática.

É com uma mistura de riso, seriedade, vergonha e indignação sobre o que acontece cotidianamente que os relatos dos jovens negros interlocutores se apresentam nessa pesquisa. É necessário compreender a forma como a negritude é percebida e vivida por cada um desses jovens. Deve-se perceber, também, o que ela significa na vida de cada um deles e se, para eles, a negritude é preponderante para que haja ações policiais violentas contra jovens. É essencial entender o que é ser negro para os interlocutores dessa pesquisa.

3.1.1. Ser negro

Quatro jovens negros foram interlocutores dessa pesquisa. O primeiro grupo de conversa foi composto pelo interlocutor 1, que é advogado, de 25 anos, formado em Direito, e pelo interlocutor 2, que é professor, de 28 anos, formado em Geografia. O segundo grupo de conversa foi composto pelo interlocutor 3, estudante de Ciências Sociais e garçom nos fins de semana, de 27 anos, e pelo interlocutor 4, psicólogo, de 26 anos. Todos os quatro jovens interlocutores se autodeclararam negros.

Para além de uma classificação quanto à característica de cor ou raça utilizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ser preto ou se autodeclarar preto não se refere só a estar inserido na categoria racial preta, que se refere também a pardos, pela perspectiva da estatística. Ser negro ou se reconhecer negro perpassa pela complexidade das relações travadas entre identidade, diferença, reconhecimento e autorreconhecimento. De acordo com Silva (2011, p. 78), a “identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem”. Para o autor, ambas não são essências e não estão “simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social” (SILVA,

2011, p. 76). É nesse momento que se fala, nesta dissertação, em autorreconhecimento de uma identidade própria e não sobre identidades socialmente impostas.

Isso significa que o reconhecimento de uma identidade - a identidade negra - e o consequente reconhecimento da diferença dependem das formas de subjetividade e da experiencição da vida de cada um, de acordo com o modo como se dão as relações sociais para determinada pessoa. Reconhecer-se na identidade de negro é reconhecer-se diferente do padrão normativo e supõe uma resposta afirmativa contra uma interpelação, na perspectiva de Louro (2000), ou contra um histórico de quebras. Combate-se, nesse reconhecimento de identidade, uma trajetória histórica e cultural de instituição de desigualdades, de hierarquias, de ordenamentos relacionados com as redes de poder presentes na sociedade, segundo a autora. Para ela, estabelece-se, assim, uma razão de pertencimento a um grupo social. Isso, consequentemente, cria um sentido de resistência.

Como uma construção social que precisa ser ativamente produzida na individualidade, o reconhecimento e o autoreconhecimento sobre uma identidade e sua diferença podem ser percebidos no quadro de um processo de luta por igualdade e direitos. Nessa circunstância, se autoafirmar como negro já é um posicionamento político, por mais que essa autoafirmação seja, de imediato, baseada no parâmetro primeiro da cor da pele. O posicionamento político inicia-se pelo reconhecimento de que se é diferente do padrão normativo, neste caso representado pela cor de pele branca.

Quando um dos interlocutores, no quadro do primeiro grupo de conversa, afirmou que ser negro refere-se à “cor da pele”, entende-se que essa característica fenotípica é marcante na sua vida, principalmente quando ele explica que todos os meios em que ele vive são majoritariamente brancos. E quando ele diz se orgulhar de sua cor de pele, ao ser confrontado com o sentido que o outro interlocutor dá ao seu ser negro, percebe-se uma forma de autoafirmação de seu próprio ser negro, de sua própria vivência. No entanto, há um confronto em sua fala pelo fato de que sua autoafirmação de uma identidade negra se apresenta junto com a ideia de miscigenação, de não ser “só negro”. Tal ideia, retomando a perspectiva de Carneiro (2001), pode ser lida como uma forma de não assumir a negritude e tentar branqueá-la. Este é um traço marcante da violência estrutural quando se utiliza da ideia de miscigenação e do mito da democracia racial para mascarar a desigualdade sociorracial do país.

De acordo com o diálogo abaixo, os interlocutores do primeiro grupo de conversa explicam o que é ser negro para cada um. Na transcrição a seguir, a fala da pesquisadora é indicada pela letra P e a fala dos dois interlocutores anônimos é indicada por I1 e I2.

P: O que é ser negro pra vocês?

I1: Cor da pele.

I2: Pergunta mais complexa. No meu caso, claro...

I1: Assim...uma análise simplista.

I2: Não tô aqui generalizando, mas é uma trajetória social. É muito mais do que a cor da pele, nesse aspecto, muito por conta de onde nós viemos e por conta de nós nos relacionando e por conta do que significa principalmente os lugares de poder. [...] Mas a condição, ao meu ver, de ser negro ela tá na cor da pele mas ela tá no lugar social enquanto você fala, nos espaços que você está, principalmente nos embates que você vai ter. Muito por conta do que você pensa, do que você acha da sua condição.

P: Vocês sentem orgulho, vergonha de serem negros?

I1: Eu gosto da cor da minha pele. Eu gosto da cultura africana, a forma de expressão africana, a forma de expressão negra, a dança, a arte, entendeu? O que vem da cultura negra. Apesar de eu considerar que...vamos dizer assim, que eu não sou só negro, sou miscigenado totalmente, mas sei lá, a forma de expressão, cor da pele, eu me orgulho. Essa forma de expressão negra, eu me orgulho sim. Por mais que eu não tenha esse traço na minha família, ou eu num tenha participado de grupos, muito pelo contrário. Todos os meios que eu vivo é predominantemente branco, a maioria dos locais que eu vou todo mundo é branco e isso aconteceu a vida inteira.⁴⁴

A questão da identidade, do reconhecimento e autoreconhecimento se mostra novamente com a reafirmação da negritude realizada pelo interlocutor 1 que, no início do primeiro grupo de conversa, afirmou não ser “só negro”. Quando, neste próximo trecho transcrito, ele menciona a ideia “se fosse negro era ruim”, mais uma vez se percebe, em detalhes sutis, como a violência estrutural e simbólica opera na sociedade e por meio do imaginário social.

I2: Por muito tempo eu fiquei sem saber quem eu era. Depois que eu fui ver quem eu sou, que eu tenho que contar minha história, que eu fui tendo mais ideia de quem eu sou. Talvez o que me deixou mais puto, nesse processo todo, foi tirar nossa identidade.

I1: É, eu passo por isso direto quando alguém pergunta “ahh, o quê que você é?”; “eu sou negro”. Aí o cara “não, você num é negro não”. Vira e mexe quando eu faço essa declaração e tem alguém comigo que fala “não, você num é”. Não, eu acho que eu sou, eu me considero e tal. Isso vem muito dessa questão de que se fosse negro era ruim. “Não, você não é”. É tipo assim, “não, você num é não, se fosse negro era ruim”.

Ao mesmo tempo em que o interlocutor 1 se vê como o único negro em muitos espaços majoritariamente brancos, o interlocutor 2 reconhece que mesmo os pretos também não se reconhecem na identidade negra. Embora o interlocutor 2 tenha vivido a vida inteira na periferia, em meio a muitas outras pessoas negras, a negritude é fortemente negada também nesses espaços, segundo ele. E na medida em que os jovens negros ascendem socialmente, superando todas as dificuldades da falta de oportunidades e superando as desigualdades sociorraciais, os espaços vão se branqueando ainda mais. Os interlocutores 1 e 2 dialogam, na transcrição abaixo, sobre identidade e branqueamento. Na fala de ambos os participantes é

⁴⁴ Os trechos de diálogo indicados por I1 e I2 marcam o primeiro grupo de conversa, que aconteceu no dia 29 de outubro de 2016, em uma sala da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG).

possível perceber traços da violência simbólica, mas, principalmente, quando o interlocutor 2 revela sobre pessoas negras não se reconhecendo como tal.

I1: Eu sentia vergonha (de ser negro na infância) porque eu era chacotado, era motivo de chacota pelo fato de ser preto. Eu sempre tive apelido por conta de ser preto e tal. [...]

I2: Você falando na infância e dos espaços majoritariamente brancos, eu venho dum lugar que só tem negro mas a gente não se enxerga como tal. E depois que eu entrei na universidade, de certa forma, uma ascensão social, os espaços foram ficando mais brancos. Muitas vezes na minha vida eu fui o único negro. Eu sou o mais negro da minha família, eu fui único negro em sala de aula, eu fui o único negro em debates nacionais, em debates regionais, enfim, em muitos espaços que só tinha eu de negro. Isso me incomodava demais. Quando eu era criança, era pior, porque, além de ser chacota, eu tinha uma coisa de esconder meu cabelo. Todo mundo falava seu cabelo num presta, seu cabelo num sei o quê. [...] Como criança vai sentindo, né?! Seu pai não te busca, na escola você é o feio. Num tem essa coisa da beleza. Seus heróis são brancos. No início, eu não sabia quem eu era. A verdade é essa. [...]

No segundo grupo de conversa, o diálogo sobre identidade e ser negro também chegou na questão do branqueamento. O posicionamento político dos dois interlocutores de se autoafirmarem negros se apresentou de forma marcante e a concepção dos dois sobre negritude é mais parecida. Um dos participantes traz a questão da identidade como luta e, ainda, questiona a ideia da miscigenação, que apareceu no primeiro grupo de conversa. Já o outro interlocutor complementa sobre a noção de ser negro a partir do racismo e das desigualdades sociais às quais a população negra é sempre sujeitada. No diálogo abaixo, a letra P indica, novamente, a fala da pesquisadora, enquanto I3 e I4 representam a fala dos interlocutores do segundo grupo de conversa.

P: O que é ser negro pra vocês?

I3: Bom, ser negro pode ser tanto uma questão de autoimagem, autoidentidade, como uma questão vinda de fora, ou seja, uma identificação externa. Do ponto de vista dessa autoimagem que a gente elabora é complicado porque, ser negro passa a ser uma construção de luta, ou seja, porque antes disso você é moreno, moreno escuro, moreno claro. Quer dizer, existem aí outras identidades que não exatamente essa de negro. Então do ponto de vista individual, subjetivo, eu me considero dessa forma. Agora, do ponto de vista externo, ser negro é tá numa posição, numa hierarquia subalternizada, ou seja desprivilegiado enquanto na questão profissional, na questão de acessos, na questão de salário, eu identificaria assim.

I4: Eu não sei te responder. Num sei te responder. Eu sei sem saber. Uma vez, eu fui dar uma palestra numa escola e aí eu falei sobre racismo, e um garoto muito bonito, diga-se de passagem, falou assim “Ser negro é uma merda. A gente tá aí se fudendo com tudo”. E aí eu peguei e no final da minha fala eu falei “velho, eu boto fê demais no que você tá falando. E acho que você tá falando muita verdade e eu acho que é disso que eu tô aqui falando. Eu tô falando de racismo e é isso mesmo que é a construção social e é isso que o racismo faz”. [...] É uma coisa que te traz vários estereótipos, vários estigmas e que... é ruim. Só que assim, eu trato muito assim...e o lance também de ser...que a gente que se propõe a estar por exemplo na universidade, a estar nesses lugares que a população negra não ocupa...está sempre sendo diferente. E ser o diferente é sempre uma coisa muito ambígua, porque você tá ali querendo

conquistar alguma coisa, sabe?! A gente tá querendo conquistar alguma coisa que é qualidade de vida, que é acesso a bens de consumo. Mas o que representa essa qualidade de vida é, muitas vezes, é o branco. E aí, como conquistar isso, mas sem se embranquecer, sabe? [...]⁴⁵

Quando os interlocutores do segundo grupo de conversa foram indagados sobre o sentimento de orgulho ou vergonha sobre ser negro, um dos participantes questionou a pesquisadora sobre a pergunta e afirmou que responderia à questão de uma outra forma. Questionar o que a moderadora propõe é uma boa forma de demonstrar um diálogo aberto, horizontal e desinibido, uma vez que promover a facilitação da conversa é uma função de quem modera o grupo de conversa, segundo Powell e Single (1996).

A resposta para a questão proposta foi enfática e compartilhada pelos dois interlocutores. “Num é que eu sinto vergonha de ser negro. É que às vezes pesa”. Em resposta à fala do interlocutor 3, o interlocutor 4 complementou: “é que às vezes pesa, a cor da pele pesa no sentido de sentir bem”. Ambos os participantes se mostraram sérios ao falar sobre, às vezes, sentirem o peso de ser negro. O interlocutor 4 afirmou: “Pesa nesse sentido de que parece que pra ser algo, alguma coisa, você tá com a cor errada, saca? Tem alguma coisa errada que você fica nesse lugar...nesse lugar inferior”.

3.1.2. “A cor da pele pesa”⁴⁶: a suspeição no cotidiano

O sentimento de peso relacionado à negritude é inerente a situações de racismo que acontecem cotidianamente. Pesa o fato de que o racismo acontece e é vivenciado o tempo todo, na maioria dos lugares, e é até mesmo praticado por pessoas mais próximas, como por exemplo por pessoas da própria família desses jovens. Todos os jovens negros interlocutores dessa pesquisa afirmaram passar por discriminações raciais com grande frequência, desde o período da infância. As situações de racismo podem, por vezes, ser sutis e imperceptíveis para não-negros, já que eles não passam por isso. Entretanto, os processos da discriminação, por mais disfarçados que sejam, é evidente para quem é discriminado no dia-a-dia. Seja por olhares repressores, seja por reações manifestas de medo, seja por se evitar cruzar com uma pessoa negra na rua, seja por negar atendimento a um negro no comércio do bairro, seja por impedir a entrada de jovens negros em grandes centros comerciais, seja por vincular a imagem de um

⁴⁵ Os trechos de diálogo indicados por I3 e I4 marcam o segundo grupo de conversa, que aconteceu no dia 26 de novembro de 2016, em uma sala da Faculdade de Direito UFG.

⁴⁶ Frase dita no segundo grupo de conversa.

negro desconhecido à suspeição. Os exemplos são muitos e há casos em que o racismo cotidiano é muito explícito, como relatado pelos jovens interlocutores dessa pesquisa.

No primeiro grupo de conversa, os interlocutores relataram episódios em que perceberam processos discriminatórios em que as pessoas os relacionaram à condição de suspeição. De acordo com Silva e Carneiro (2009), a suspeição é relacionada aos estereótipos raciais que identificam na pessoa negra a imagem de *elemento suspeito*⁴⁷, de malandro, de marginal, de bandido. Os interlocutores do primeiro grupo de conversa afirmaram que o preconceito racial é escancarado. Em uma das histórias, o interlocutor 2 relata que, em um mercado no Setor Universitário⁴⁸, ele reagiu a uma situação de discriminação quando foi comprar algo no estabelecimento.

I2: [...] Tem um mercadinho aqui do lado, Estrela, perto da ponte, perto de casa...fui comprar... inclusive tava com ela (namorada) de novo...Só que eu fiquei nervoso nesse dia. Aí eu deixei ela lá e o cara ficou andando atrás de mim. Aí eu fiquei nervoso. Aí falei assim “quer alguma coisa? Quer meu telefone? Você quer me pegar? Qual que é o lance?”. Aí o cara “não, que que isso!”. “Que isso nada, bicho. Todo mundo aqui compra nesse negócio aqui no supermercado e você vem atrás de mim?”. “Não, cara, calma!”. “Calma nada. Para com isso”. O cara “ohh, desculpa”. “Desculpa nada. Vou pagar esse negócio aqui”. [...]

I1: É declarada a parada. Na cara.

Os interlocutores relataram outras situações de violência racial que sofreram por serem negros e, assim, no imaginário social racista, por serem um possível suspeito. O racismo é tão inerente às práticas sociais da realidade brasileira que mesmo quem é vítima dele acaba o reproduzindo, como relata o interlocutor 2 no trecho do diálogo abaixo.

I1: Esse dia foi assim... eu tenho certeza que era a questão da cor mesmo. Eu fui entrar numa loja...tinha tido uma confusão ali no Setor Bueno⁴⁹, mas já tinha acabado. Eu sei que já tinha tido, eu já tava lá, mas a gente num tinha nada a ver com a confusão. Tava próximo só do local. E aí eu fui entrar num pet shop porque eu queria ver um cachorro, você entendeu? E a hora que eu cheguei pra entrar, a pessoa shhhh. Fechou a porta, com cadeado. Você entendeu? Certeza... foi a cor da pele, porque num tinha mais outro fator. Era um bairro nobre, num tinha ninguém comigo. Num tinha, tipo assim, nenhuma chance de, sei lá, ter uma confusão, de sair correndo e tal. Falei assim, cara, tá aí o negócio. Tá na cara.

I2: Uma vez no shopping, um pessoal me perseguiu. Eu e um amigo meu que é um pouco mais negro que eu.

I1: Esse trem de atravessar a rua, cara. E isso aí acontece toda hora, você entendeu? A noite... um negro vindo à noite é perigoso. E o foda é que até eu tenho esse ranço comigo. Mesmo eu querendo me libertar de tudo isso, eu faço parte. Tipo assim, eu

⁴⁷ Essa expressão é uma das formas como os policiais militares da cidade de Goiânia chamavam pessoas que consideravam suspeitas ao se comunicarem via rádio, até abril de 2015, repassando informações de possíveis ocorrências ao Comando de Policiamento Urbano (CPU) e ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom).

⁴⁸ Bairro localizado na região Central de Goiânia.

⁴⁹ Bairro localizado na região Sul de Goiânia.

frequento locais da juventude periférica, sei lá...eu vivi na periferia a vida inteira e até eu ainda tenho esse ranço. Quando tá a noite assim e você vê duas pessoas negras e vê duas pessoas brancas, você fica assim... nossa, será que pode ser alguma coisa e tal? Eu não mudo de lugar porque eu me recuso a fazer uma coisa dessa, mas assim... inconscientemente vem aquilo, você entendeu? E eu como um negro passante, diversas vezes. A pessoa já atravessa a rua...

P: Já aconteceu com você também?

I2: Ihhh, demais! (rindo)

O racismo é reafirmado por toda a população brasileira, inclusive por suas próprias vítimas, que, por vezes, reproduzem o mesmo medo relacionado à imagem de suspeição de um jovem negro desconhecido. Essa questão mostrou-se um incômodo para o interlocutor 1, que a trouxe à tona novamente.

I1 para I2: Você vê isso também, cara? Esse negócio da suspeição do próprio negro? É tipo assim, de achar que...por exemplo, você tá andando sozinho, aí vem duas pessoas...de você ficar assim, mastigado se for negro ou não, sabe? Questão de um possível assalto e tal...

I2: Eu convivi muito com essa galera, né?

I1: É igual tô te falando. Num é que eu acho... que é porque na verdade, eu convivo até com ladrão e num tem essa pro crime. Na verdade, o playboy na verdade é o criminoso. Pra te falar a real. O que as pessoas acham que é o criminoso, a maioria das pessoas estão enganadas. Os criminosos estão andando bonitinho, com seu tênis, de marca.

Os interlocutores do segundo grupo de conversa também passam por situações bem parecidas em que são tidos como suspeitos. Os shoppings também foram citados e se apresentam, pelo relato dos interlocutores, como locais hostis à presença das juventudes negras, assim como ficou evidente nos episódios de grandes encontros de jovens negros da periferia conhecidos como *rolezinhos* e realizados nesses grandes centros comerciais mais marcadamente entre os anos de 2013 e 2014.

I3: Toda vez que eu entro num shopping, o segurança me segue. E aí você dá uma olhada, eles vê que você percebeu, dá uma disfarçada aqui e olha ali e tal. Fica sempre uma situação embaraçosa. Atendimento também...que o *interlocutor 4*⁵⁰ falou sobre a vontade das pessoas se inserirem ou melhorar de vida. E melhoria de vida tem a ver com consumo também hoje em dia. Quer dizer, eu deixo de consumir em alguns segmentos por algumas situações que me incomodam.

Ainda no segundo grupo, os interlocutores foram indagados sobre o comportamento de pessoas que não os conhecem quando cruzam com eles na rua. A partir desse

⁵⁰ Para manter o anonimato, o nome do jovem participante, que foi citado no diálogo, foi substituído pela expressão que está sendo utilizada nesta dissertação.

questionamento, pode-se constatar características que, na perspectiva deles, potencializam a suspeição de um jovem negro.

P: Você estava contando a história do segurança, né?! De que quando você vai no shopping, eles costumam te perseguir. Vocês acham que quando vocês andam na rua, pela cor de pele, a galera têm medo de vocês?

I3: Isso depende muito do contexto, né?! Quer dizer, passando por ruas movimentadas, comércio, acho que não. Talvez em paisagens um pouco mais vazias isso pode acontecer e já aconteceu. Agora, depende muito do contexto, por exemplo, vem uma menina sozinha no meio da rua, tá um cara sozinho lá também...quer dizer, isso aí a gente nem dá importância porque entende a situação. Mas há umas percepções assim... do tipo, uma agarradinha mais forte na bolsa. Dentro do ônibus de vez em quando acontece. Acho que ultimamente o perfil da....talvez o meu perfil esteja mudando, porque eu vejo que o pessoal tem mais medo do menino mais jovem. Aí vem desenhado aquele esqueminha, aquela bermudinha, como é que é o nome?

I4: Tactel (rindo).

I3: Tactel e tal, um bonezinho assim...aqueles mais abaixadinhos assim pra frente (rindo e demonstrando as roupas pelo gesto).

Ana: Aba reta.

Luciano: Num é nem só aba reta (risos). Tem que usar daquele jeito (demonstrando). Esse, pra mim, tem sido o perfil mais visado. Parece que as pessoas têm mais medo desse perfil hoje em dia do que outros (sério).

Todos os interlocutores dos grupos de conversa entram em consenso quando observam, no cotidiano, que a desconfiança com o corpo negro existe sempre, mas que tal insegurança é mais evidenciada quando os jovens negros em questão são mais novos. O fato de todos os interlocutores serem universitários ou recém-formados em um curso superior não é um fator suficiente para que eles sejam isentos do preconceito racial, da suspeição e de abordagens policiais. Embora, segundo eles, o perfil dos jovens negros mais abordados seja o dos mais novos, que assumem um visual mais simples e mais utilizado nas periferias de Goiânia, basta ser negro e do sexo masculino para que seja possível se ter histórias de abuso policial para contar. Ser negro é uma condição significativa para fazer parte das estatísticas da violência.

3.2. Estatísticas intrigantes: relações entre violência policial e juventudes negras

Ser negro pesa não somente nas situações de racismo sentidas na pele cotidianamente pelas pessoas negras. O peso de ser negro recai, também, nas estatísticas de vitimização de jovens negros que são mortos violentamente. A cor predominante nos índices de mortes violentas por arma de fogo é a cor preta, de acordo com o *Mapa da Violência 2015*. É o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) que sistematiza informações sobre mortes por arma de fogo no Brasil, desde o ano de 1979. Entretanto, o quesito raça/cor só foi incorporado na análise de dados no ano de 1996, segundo Waiselfisz (2015). Carneiro e

Silva (2009) afirmam que, neste ano, foi instituída a obrigatoriedade de que os registros organizados pelo Ministério da Saúde contenham detalhamento do quesito cor. Assim, o órgão passou, desde então, a possuir informações mais completas com relação às vítimas de homicídio em vínculo com dados raciais sobre mortes, segundo eles. Esse atraso na falha de informações sobre homicídios retardou o potencial comparativo de análise dos dados de vitimização de jovens negros quando comparados à vitimização de jovens não-negros, mortos por armas de fogo.

Mesmo com a consideração do critério racial nesses dados nacionais, “persistem problemas com o preenchimento do quesito cor, que resulta em informações classificadas como ‘ignorada’ ou ‘sem informação’. A subnotificação é um grave problema ainda a ser enfrentado” (CARNEIRO e SILVA, 2009, p. 29). Os autores acreditam que a subnotificação sugere descaso, incompetência e falta de controle estadual e municipal. A existência dos dados sobre homicídios brasileiros que levam em consideração o critério racial é importante para estabelecer parâmetros de comparação da violência, visto que grande parte dos homicídios de jovens por armas de fogo, no Brasil, tem como autores policiais durante o expediente de trabalho. Para Cerqueira et al. (2016), o correto seria que os agentes do Estado responsáveis por homicídios pudessem ser identificados. Eles afirmam que os hospitais que recebem vítimas ou pessoas mortas por armas de fogo deveriam registrar o fato na categoria do Sistema de Informações de Mortalidade denominada *intervenções legais e operações de guerra*. Entretanto, a comparação de dados do SIM com dados das Secretarias de Segurança Pública dos estados feita pelos autores revela que não há esse tipo de notificação. Ainda segundo Cerqueira et al., a subnotificação é evidente pois há falta de registro de mortes causadas por agentes do Estado.

Não se trata apenas de cobrar do SIM um registro mais apurado sobre essas mortes que acabam se perdendo em outros registros de homicídios, mas de cobrar das instituições policiais sua responsabilidade em relação ao procedimento de notificação a ser seguido em casos de mortes por ação policial e, acima de tudo, sua responsabilidade pelo uso da força letal. O que está em discussão é o padrão operacional das polícias e para tal a necessidade de transparência e confiabilidade dos dados que permitam orientar esse debate. A letalidade policial é a expressão mais dramática da falta de democratização das instituições responsáveis pela segurança pública no país (CERQUEIRA et al., 2016, p. 15-16).

Considerar a variável raça/cor nesses índices revelam situações de racismo dentro do aparelho policial. As forças policiais do Estado, que, sendo um dos organismos mais próximos da justiça criminal no âmbito da segurança pública, utiliza-se do racismo institucional, abordado por Carneiro e Silva (2009), para pensar e esquematizar ações violentas contra a população negra. O resultado desse tipo de racismo não poderia ser outro senão uma grande associação da

pessoa negra ao banditismo e ao mundo do crime, bem como o combate letal a essas pessoas. De acordo com o relatório da Anistia Internacional (2015, p.10),

a Polícia é responsável por uma significativa porcentagem dos homicídios no Brasil. Para além das mortes cometidas por policiais em serviço, considera-se que há também um número grande, embora desconhecido, de mortes causadas pela atuação de grupos de extermínio e milícias formadas, majoritariamente, por policiais civis e militares, além de outros agentes do Estado.

Isso significa que o grande número de homicídios das juventudes negras é cometido por policiais no momento de trabalho e em situações de uso excessivo da força que podem acabar em execuções extrajudiciais. Estas são ocasionadas quando os agentes da segurança pública matam suspeitos de cometerem crimes ao invés de prendê-los e conduzi-los à Justiça e aos procedimentos legais, ainda segundo o relatório.

3.2.1. Violência racial em números

Os índices de mortandade e vitimização da população negra têm contribuído, exorbitantemente, para o crescimento do número de mortes dos jovens brasileiros, como mostra o *Mapa da Violência 2015*, com o estudo *Mortes Matadas por Arma de Fogo*, elaborado por Julio Jacovo Waselfisz. Este estudo apresenta uma pesquisa sobre os índices de mortalidade causada por armas de fogo no Brasil, entre os anos de 1980 e 2012. Waselfisz (2015) afirma que, no período entre 1980 e 2012, houve um crescimento populacional de 61%, sendo que as mortes por arma de fogo contabilizaram um aumento de 387% e, ainda, esse percentual entre os jovens apresentou uma porcentagem superior a 460%.

Cerqueira et al. (2016) afirmam que a morte violenta de jovens cresce em um ritmo acelerado desde 1980 e que o custo com o bem-estar relacionado à violência letal envolvendo os jovens brasileiros chega a alcançar 1,5% do PIB do país a cada ano. De acordo com os autores, o problema é emergencial e grave quando se considera que, a partir de 2023, o país poderá sofrer uma diminuição drástica na proporção de jovens na população em geral. Para eles, “essa dinâmica demográfica implicará dificuldades das gerações futuras em vários planos, incluindo o mercado de trabalho, previdência social e o necessário aumento da produtividade” (CERQUEIRA et al., 2016, p. 19). A tabela abaixo mostra o número expressivo de homicídios, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, em cada estado do país, no período de 10 anos, entre 2004 e 2014. No estado de Goiás, o número de homicídios de jovens também

acompanhou o aumento dos índices nacionais, apresentando um crescimento de 98,8% nesse período.

Tabela 5 - Número de homicídios por faixa etária de 15-29 anos de idade por Unidade da Federação – Brasil, 2004 a 2014

	Número de Homicídios											Variação %	
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2004 a 2014	2013 a 2014
Brasil	27.003	26.331	26.814	26.102	27.467	27.801	9.113	27.471	30.072	30.213	31.419	16,4%	4,0%
Acre	75	68	86	70	75	77	73	74	102	124	112	49,3%	-9,7%
Alagoas	620	694	976	1.100	1.147	1.113	1.294	1.332	1.228	1.320	1.244	100,6%	-5,8%
Amapá	118	123	129	114	142	108	167	121	164	142	155	31,4%	9,2%
Amazonas	308	356	425	432	481	538	631	791	728	655	673	118,5%	2,7%
Bahia	1.304	1.652	1.921	2.131	2.965	3.386	3.505	3.149	3.484	3.208	3.274	151,1%	2,1%
Ceará	823	939	941	1.067	1.137	1.199	1.491	1.568	2.325	2.698	2.832	244,1%	5,0%
Distrito Federal	508	456	467	500	527	596	509	530	564	527	521	2,6%	-1,1%
Espírito Santo	941	903	987	1.011	1.111	1.172	1.034	1.007	981	985	952	1,2%	-3,4%
Goiás	755	784	767	777	949	909	1.038	1.171	1.476	1.547	1.501	98,8%	-3,0%
Maranhão	375	489	508	608	699	775	822	810	945	1.154	1.290	244,0%	11,8%
Mato Grosso	407	405	421	375	428	468	466	457	531	542	628	54,3%	15,9%
Mato Grosso do Sul	316	303	310	333	340	356	280	304	287	263	318	0,6%	20,9%
Minas Gerais	2.549	2.455	2.403	2.342	2.195	2.050	1.950	2.238	2.503	2.577	2.545	-0,2%	-1,2%
Pará	815	1.087	1.177	1.258	1.637	1.721	1.948	1.756	1.803	1.801	1.815	122,7%	0,8%
Paraíba	342	408	452	464	555	714	834	916	906	892	864	152,6%	-3,1%
Paraná	1.558	1.663	1.709	1.767	1.928	2.070	1.974	1.761	1.850	1.526	1.468	-5,8%	-3,8%
Pernambuco	2.496	2.598	2.618	2.698	2.612	2.279	1.959	1.925	1.808	1.707	1.847	-26,0%	8,2%
Piauí	187	220	251	199	203	211	207	232	276	335	388	107,5%	15,8%
Rio de Janeiro	4.039	3.907	3.844	3.470	2.870	2.606	2.703	2.244	2.260	2.519	2.703	-33,1%	7,3%
Rio Grande do Norte	179	237	233	317	408	451	445	591	643	890	986	450,8%	10,8%
Rio Grande do Sul	1.010	1.030	968	1.124	1.192	1.076	966	1.002	1.137	1.072	1.308	29,5%	22,0%
Rondônia	278	246	257	210	211	230	227	187	228	209	217	-21,9%	3,8%
Roraima	43	40	46	47	37	52	53	39	69	79	57	32,6%	-27,8%
Santa Catarina	281	316	319	325	397	423	376	386	408	358	373	32,7%	4,2%
São Paulo	6.336	4.606	4.136	2.970	2.790	2.767	2.500	2.344	2.712	2.423	2.551	-59,7%	5,3%
Sergipe	237	252	339	298	315	329	357	376	477	512	621	162,0%	21,3%
Tocantins	103	94	124	95	116	125	168	160	177	148	176	70,9%	18,9%

Fonte: CERQUEIRA et al., 2016, p. 19.

O estudo *Mortes Matadas por Arma de Fogo, do Mapa da Violência 2015*, revela que, em 10 anos, o Estado de Goiás apresentou um crescimento de 33,2% das mortes cometidas por arma de fogo para 69,3%, considerando o período entre os anos de 2002 a 2012. Isso representa, no ranking nacional, que o estado, em 2002, ocupava a 13ª posição e que, em 2012, saltou para a 6ª posição. Na capital Goiânia, houve um crescimento, entre os mesmos anos, de 70,5% nas mortes cometidas por arma de fogo. De acordo com Cerqueira et al. (2016), Goiânia apresentou, em 2014, uma taxa de 57,1% de homicídios para cada 100 mil habitantes. Esse cálculo foi feito com a soma do número de óbitos causados por agressão mais intervenção legal, ainda segundo os autores.

Tem-se, desta forma, que a capital tem acompanhado o crescimento da taxa de mortalidade do estado, só que em maiores proporções de vitimização. Quando o mapeamento

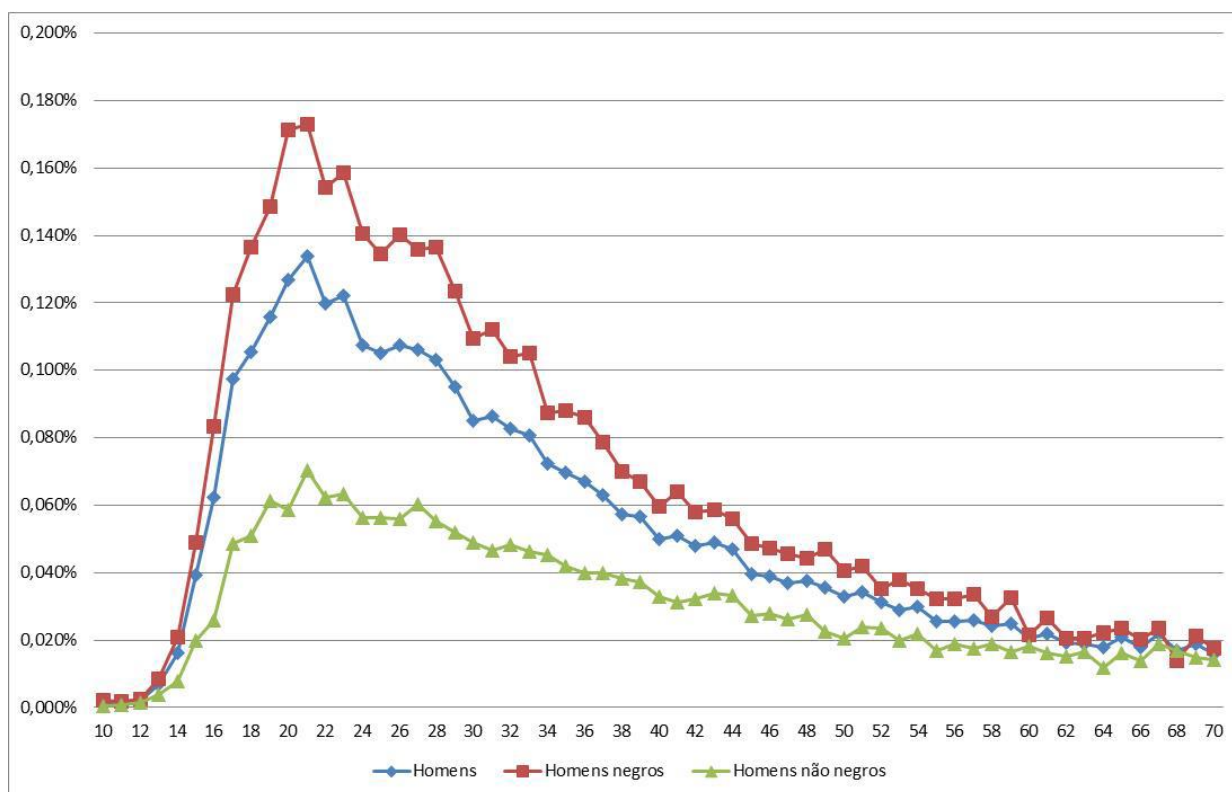
é feito segundo a categoria de faixa etária da população, o estudo mostra que o estado de Goiás acompanha os indicadores nacionais, mas não está entre os estados com maior número de vitimização de jovens. No ano de 2012, o número de vítimas não jovens mortas por arma de fogo foi de 782, enquanto o número de vítimas jovens foi de 1169. Em Goiânia, no mesmo ano, enquanto 222 pessoas não jovens morreram por arma de fogo, 351 foi o número de jovens mortos.

Waselfisz (2015) revela que a gravidade dos índices de mortalidade é ainda maior quando a incidência dessas mortes recai majoritariamente sobre os jovens negros. Um panorama histórico de racismo, violência, desigualdade e injustiça social permite compreender o fato de que a violência letal não atinge a todas as pessoas da mesma forma e o fato de ela ser tolerável em condições específicas, de acordo com quem a realiza e contra quem. Se em 2012, 56 mil pessoas foram vítimas de homicídios no Brasil, 30 mil desse total eram jovens de 15 a 29 anos; mais de 90% eram do sexo masculino e 77% eram negros, segundo o relatório *Você matou meu filho*, elaborado pela Anistia Internacional no ano de 2015.

Tanto a nível nacional quanto a nível estadual e municipal, a situação é muito preocupante quando se analisa o índice de mortes considerando a categoria racial. Ainda segundo o *Mapa da Violência 2015*, a realidade nacional dos níveis de mortalidade da juventude negra no Brasil releva que, em 2012, as mortes cometidas por arma de fogo vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros, ou seja, a proporção é de duas vezes e meia mais mortes de pessoas negras do que de pessoas brancas.

O *Atlas da Violência 2016*, estudo trazido por Cerqueira et al. (2016), que também recorta estatísticas de vitimização da população negra, só que no período entre 2004 e 2014, confirmam os dados trazidos pelo *Mapa da Violência 2015*. O *Atlas da Violência* revela que uma pessoa negra tem uma probabilidade muito maior de sofrer homicídio quando comparada a uma pessoa não-negra, principalmente na idade de 21 anos, considerada como pico das vitimizações letais. Segundo o estudo, pretos e pardos possuem 147% de chances a mais de serem vítimas de homicídios em relação às outras categorias raciais trazidas pelo IBGE, que são brancos, amarelos e indígenas. O gráfico abaixo ilustra essa situação, considerando o ano de 2010.

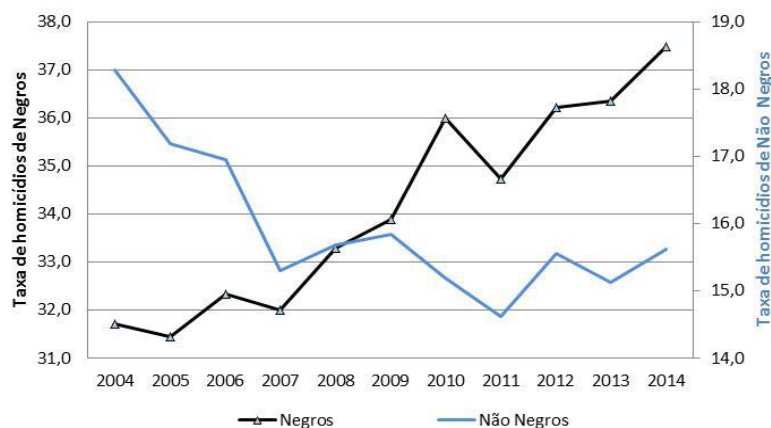
Gráfico 3 - Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade, segundo a raça/cor (Brasil, 2010)



Fonte: CERQUEIRA et al., 2016, p. 22

Ainda de acordo com o *Atlas da Violência 2016*, houve um crescimento de aproximadamente 18,2% na taxa de homicídios de negros, no Brasil, no período entre 2004 e 2014, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição de 14,6% na taxa de vitimização de pessoas não-negras, como mostra o Gráfico 4. O estudo revela que, em 2014, para cada pessoa não-negra que sofreu homicídio, 2,4 pessoas negras foram mortas.

Gráfico 4 - Taxa de homicídios de negros e não-negros no Brasil – 2004 a 2014



Fonte: CERQUEIRA et al., 2016, p. 23

Cerqueira et al. (2016) afirmam que há uma explicação para o movimento trazido no gráfico acima, em que a taxa de homicídio de não-negros era maior do que a taxa de homicídios de negros, no ano de 2004. Para ele, a situação se explica pelo fato de o índice de homicídios ter diminuído mais nos estados em que há proporcionalmente menos pessoas negras, como é o caso de estados da região Sul e Sudeste, e ter crescido nas unidades federativas com maior número de pessoas negras, como é o caso dos estados do Nordeste.

O crescimento da taxa de homicídios de pessoas negras por estado, a cada 100 mil habitantes, também é trazido pelo *Atlas da Violência 2016*, como mostra a tabela abaixo. No período de 10 anos, entre os anos de 2004 e 2014, o estado de Goiás apresentou um índice de 104,8% de crescimento da taxa de homicídios de jovens negros.

Tabela 6 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros por Unidade da Federação – Brasil, 2004 a 2014

	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes Negros por Unidade da Federação											Variação %	
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2004 a 2014	2013 a 2014
Brasil	31,7	31,4	32,3	32,0	33,3	33,9	36,0	34,7	36,2	36,4	37,5	18,2%	3,1%
Rondônia	38,7	39,5	43,9	30,5	31,4	34,7	39,4	30,5	34,0	27,8	34,1	-11,8%	22,7%
Acre	16,2	18,2	20,3	18,4	13,5	19,4	18,0	19,0	31,8	35,1	31,4	94,4%	-10,4%
Amazonas	19,0	19,5	22,5	24,8	28,8	30,1	38,4	41,4	41,7	35,8	37,0	94,4%	3,5%
Roraima	22,6	24,4	21,3	27,4	22,0	23,8	34,2	22,1	27,9	37,4	26,2	15,6%	-30,2%
Pará	25,1	32,1	33,9	35,7	44,3	46,2	55,1	46,1	47,2	48,5	49,2	95,8%	1,4%
Amapá	36,4	37,1	39,2	30,8	36,4	33,8	41,1	32,7	36,3	30,9	39,6	8,8%	27,9%
Tocantins	15,9	16,2	19,6	18,7	17,8	21,3	27,1	27,1	26,7	23,3	23,8	49,7%	1,9%
Maranhão	13,3	16,6	16,8	20,2	22,6	24,4	26,3	26,5	28,9	34,7	38,6	190,0%	11,3%
Piauí	11,7	13,4	16,3	14,3	13,6	13,8	14,9	15,8	19,3	21,0	24,2	107,0%	15,5%
Ceará	13,1	14,2	17,9	24,9	24,7	23,3	30,3	29,0	32,4	36,2	40,4	208,9%	11,7%
Rio Grande do Norte	13,0	14,6	16,5	22,4	28,1	29,4	34,7	42,8	46,1	55,5	63,5	388,8%	14,5%
Paraíba	24,0	26,4	30,1	33,1	39,4	48,3	60,5	59,9	51,4	52,1	54,0	124,8%	3,6%
Pernambuco	66,0	66,0	72,1	76,1	71,3	61,4	54,6	51,8	50,2	46,7	46,8	-29,0%	0,3%
Alagoas	37,2	40,7	53,7	59,4	69,9	68,0	80,5	88,4	80,9	82,0	82,5	121,6%	0,6%
Sergipe	21,2	25,0	29,6	26,3	29,5	32,0	39,8	42,6	48,4	55,1	60,5	185,9%	9,7%
Bahia	16,8	21,2	25,5	28,0	35,7	41,8	47,3	40,5	43,6	41,7	42,1	150,1%	0,9%
Minas Gerais	29,5	28,7	27,5	25,0	24,5	22,5	23,7	26,6	28,1	28,6	28,5	-3,4%	-0,3%
Espírito Santo	49,1	48,0	55,8	60,5	61,8	64,7	65,0	56,0	60,0	56,7	56,7	15,7%	0,1%
Rio de Janeiro	69,9	63,3	63,1	56,1	47,1	45,9	41,0	37,3	35,8	39,3	42,0	-39,9%	7,0%
São Paulo	42,3	30,4	25,0	19,1	16,6	17,2	16,1	15,5	17,4	16,4	16,2	-61,6%	-1,2%
Paraná	21,2	24,7	19,3	20,7	24,5	23,0	22,6	20,1	23,2	17,5	17,2	-18,7%	-1,8%
Santa Catarina	16,0	13,7	12,4	12,1	13,6	12,8	13,3	13,8	17,1	11,1	15,2	-5,1%	36,4%
Rio Grande do Sul	27,1	23,9	19,0	23,1	23,2	22,1	25,1	22,5	23,4	22,3	28,1	3,7%	26,0%
Mato Grosso do Sul	33,5	31,3	33,2	33,2	29,8	33,6	30,6	35,2	35,1	28,9	31,4	-6,1%	8,9%
Mato Grosso	34,2	37,1	36,1	34,4	39,3	41,1	39,7	38,0	41,1	41,3	48,6	42,2%	17,6%
Goiás	26,2	30,4	31,0	27,7	36,5	37,3	42,8	47,0	54,0	57,2	53,6	104,8%	-6,2%
Distrito Federal	52,8	48,5	48,1	49,1	52,6	58,3	52,8	56,0	57,4	53,8	48,8	-7,6%	-9,3%

Fonte: CERQUEIRA et al., 2016, p. 24.

Até chegar a esse nível de violência extrema, que é a violência letal a qual vem acometendo as juventudes negras, a realidade da cidade de Goiânia passa por outros tipos de violências contra a população negra, como percebido no relato dos interlocutores dessa pesquisa. As juventudes negras são atingidas pela violência simbólica, pela violência estrutural e, também, pela violência oficial que se manifesta pelas mãos da violência policial.

3.2.2. “Não consigo confiar na polícia”⁵¹

Quando se fala em subjugação das juventudes negras, pode-se falar em vários tipos de violências que os jovens negros passam simplesmente por serem negros. A violência letal é o limite máximo da violação contra uma pessoa e o principal assunto das estatísticas sobre violência. Entretanto as manifestações de violência que levam à vitimização da população negra se apresentam muito antes dela, como se tem falado nessa pesquisa. Todo ato violento que prevê inferioridade à pessoa negra contribui para que as estatísticas da violência letal aumentem. Percebe-se, com o relato dos jovens negros interlocutores, que eles lidam com a violência em seu cotidiano o tempo todo. Eles lidam, também, com a suscetibilidade de serem alvos da violência institucional, incorporada pelo aparelho policial do Estado, principalmente pela Polícia Militar em seus modos de ação baseados na prevenção e no combate ostensivo à criminalidade. O estigma da negritude e os estereótipos que se relacionam a características da periferia têm se mostrado como os principais elementos de suspeição para a corporação.

Quando se fala em violência institucional, atribui-se tal violência ao racismo institucional, determinando diferença de tratamento entre pessoas negras e não-negras. Quando se fala em violência policial, não se trata apenas da diferença de tratamento, mas também do excesso e das arbitrariedades empregados nos modos de ação a partir do racismo institucional. Para Machado e Noronha (2002, p. 218), “a arbitrariedade policial não é um aspecto isolado, mas é parte de um sistema que, abrangendo autoridades e cidadãos, coloca o combate da criminalidade acima da aplicação da lei e proteção da sociedade”.

Tais extrapolações são condenadas pelo *Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar de Goiás*, publicado em 2010. Esta é uma mídia da Polícia Militar, utilizada como suporte material de comunicação e formação de policiais militares. O material serve como um guia de ensino de condutas padrões a serem empregadas nas ações policiais, que descreve e ilustra minuciosamente como um policial deve agir em uma abordagem a um *elemento suspeito*. No prefácio da publicação, a corporação apresenta o material afirmando seguir conceitos humanísticos que primam pela inclusão social e pelo respeito à forma de agir ou mesmo à forma de pensar de cada cidadão. O papel ético e moral do policial é reverenciado no guia. Entretanto, na prática, os interlocutores dessa pesquisa contam situações por quais passaram em que o excesso violento e a extrapolação do limite legal prevaleceu nos modos de ação da polícia, segundo o critério da atitude suspeita. “Como a violência policial tem uma dinâmica própria,

⁵¹ Frase pronunciada durante o primeiro grupo de conversa.

fundada em concepções e políticas social e racialmente discriminatórias, é inevitável que pessoas comuns, inocentes sejam objeto da brutalidade policial, que não se justifica mesmo contra os chamados ‘marginais’” (MACHADO e NORONHA, 2002, p. 219). Por mais suspeita ou infratora que uma pessoa possa ser, toda e qualquer forma de uso desmedido da força, situações de tortura, espancamento e humilhações deveriam ser inaceitáveis.

O guia de procedimento operacional considera como atitude suspeita todo comportamento anormal ou inesperado para o horário e ambiente em questão, realizado por alguém com a finalidade de esconder uma ação ou intenção de prática de delito. Como exemplo, o guia traz o uso inadequado de determinadas roupas e enumera alguns aspectos físicos como tatuagens, cicatrizes e roupas sujas que devem chamar a atenção policial para uma averiguação de rotina. Ou seja, a polícia distingue suspeitos de não suspeitos por estigmas e por estereótipos. O critério raça/cor não aparece no guia, mas essa pesquisa vem mostrando que essa característica é considerada na identificação de um *elemento* suspeito. A diretiva de ação pelo estigma e pelo estereótipo também é percebida pelos interlocutores dessa pesquisa. Um dos participantes do primeiro grupo de conversa opinou sobre as características que podem guiar ações policiais.

I1: Acho que é muito vestimenta, a forma que a pessoa se porta. Ladrão é tipo playboy, só que ele tá na perifa. Ele num tá num carro no meio do Setor Bueno. Você tá entendendo? Playboy que eu falo assim é a camisetinha grande, a corrente, a bermuda, às vezes uma calça jeans, tênis. É mais ou menos o perfil que eu acho que eles usam pra abordar. E periferia, saca? As roupa da periferia, você vê que é da periferia, saca? É diferente. As roupas mesmo, a cara da pessoa. Ela vem de uma cultura pobre, ela tá acostumada a tomar sol. Playboy num toma sol, entendeu. Ele sai do ar condicionado da escola, igual lá no Prevest⁵², e vai pra casa. Num tem dessa de brincar na rua e tal. Você vê a diferença. Pelo menos eu acho. Eu acho que tem esse critério, quem tem cara de pobre e jovem. O jovem, homem, pobre. E se for preto então...aí é certo. Eu penso que é esse critério.

O guia de procedimento operacional da polícia comprova que os *elementos suspeitos* são estipulados pela noção foucaultiana da periculosidade e que os excessos e arbitrariedades da polícia em suas abordagens acontecem não só contra infratores da lei, mas a partir das virtualidades que um jovem negro representa no imaginário social do aparelho policial e da população. É por saber que, a qualquer momento, pode-se ser abordado pela polícia que os jovens interlocutores do primeiro grupo de conversa afirmam ter medo da corporação.

P: O que vocês pensam quando veem um policial, uma viatura na rua?
I1: Eu tenho receio, na verdade.

⁵² Colégio particular de Goiânia, localizado no Setor Bela Vista, região Sul da cidade.

12: A noite eu tenho medo. Eu tenho mais medo da polícia do que eu tenho de bandido.
P: Por quê?
12: Pelo fato da maneira como eles tratam a gente. Não tô dizendo todos eles. Inclusive tem alguns que eu conheço. E eu sei que...eu num gosto de falar todos eles, mas todos eles são pretos, né? Então, a maioria são trabalhadores. Só que como a... fica difícil, inclusive nós dialogarmos com eles. Então é muito complicado. Durante o dia eu nem ligo. Passar uma viatura ou um cachorro pra mim num faz diferença. Mas a noite faz diferença por conta...como eu gosto de andar pela cidade, moro aqui perto. Então tudo eu vou a pé. Aí...num sei.
11: Os baculejo. Se passa do seu lado você fala “vou tomar um bacu”.
12: É, esse negócio de bacu não é bacana. [...]

No trecho acima, transcrito do diálogo do primeiro grupo de conversa, o interlocutor 2 se mostra indignado com o fato de que, mesmo a maioria dos policiais sendo negros, as abordagens da instituição são direcionadas pela discriminação racial. Ele retoma a questão trazida pela pesquisa *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*, realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em 2009, como abordado no primeiro capítulo desta investigação. O estudo da Senasp considera o grande número de negros autodeclarados nas profissões de farda.

No segundo grupo de conversa, o interlocutor 4 relata uma estratégia que demonstra submissão à força estatal, em decorrência do medo de ser sujeito a uma abordagem policial e a possíveis agressões durante o procedimento operacional da polícia. A estratégia que ele usa revela uma maneira de tentar se prevenir de agressões físicas oriundas da arbitrariedade policial. Sua fala se relaciona com a fala do interlocutor 3, que afirma nunca sentir a sensação de segurança que a corporação deveria proporcionar a toda a população.

14: Tem uma coisa que eu aprendi quando era jovem, até hoje eu não tive coragem de desafiar isso não. Quando você vê uma viatura, primeiramente você baixa a cabeça e não encara a polícia. Eu nunca consegui...às vezes eu ainda olho e tal, mas a ideia é um pouco uma marca pra mim assim. Eu não mudei isso não... num sei se tem que mudar não. Mas é um pouco isso. A polícia é sempre um friozinho na barriga. Tipo assim, eu posso ser abordado.
13: A polícia não me traz sensação de segurança, que é uma das funções que eles têm. Nunca trouxe, nem mesmo quando eu era muito jovem. Depois que eu já tinha uma certa idade, e algumas vezes já tinha sido abordado, essa sensação de incômodo continua. Agora, por exemplo... se eu tô no meu setor eu....geralmente fica uns carros da PM na avenida, fechando os comércios, essas coisas...eu não me incomodo muito não. Vou, volto, num dou muita atenção. Mas agora se você dá de frente com um carro da polícia ou é polícia especial, ou tá um pouco mais afastado é um pouco mais tenso, mais complicado. Principalmente se eles te abordarem. No ônibus, de vez em quando, vou te falar que esses caras já me incomodaram (risos).

O medo da polícia refere-se à falta de confiança que a corporação passa à sociedade, principalmente aos segmentos marginalizados da população. A ideia expressa pela afirmação “não consigo confiar na polícia”, verbalizada por um dos interlocutores do primeiro grupo de

conversa, é unânime entre todos os interlocutores. As juventudes negras, no geral, têm medo e não confiam na polícia, mas há espaços sociais em que há confiança plena da população na corporação.

P: Vocês acham que a corporação traz segurança pra alguém? Se sim, pra quem?

I1: Eu acho sim. A polícia é violentíssima, mas ela traz segurança, saca? Lugar que tem policiamento é seguro. Lugar que tem policiamento, o crime acontece menos, entendeu? Eu acho que a polícia não atua da forma devida mas com certeza é uma necessidade. O crime tá aí o tempo todo, né? Ninguém quer ser vítima da violência, nem do criminoso, nem do policial. O problema é esse. Você fica na dúvida, né? Porque você pode ser vítima da violência policial também. Mas eu penso que sim, que a polícia traz segurança sim. Apesar do medo...

I2: Eu acho que a polícia...eu entendo que ela é um instrumento de segurança, mas ela não tem feito isso assim. Muito por conta da maneira como entende o que é violência e o que são respostas de segurança. [...] Ele traz segurança? Segurança pra quem paga mais... Inclusive uma das coisas mais incríveis do Brasil é que você tem um serviço público, pago com o dinheiro público, mas que protege os setores privados. [...]

As concepções acerca do que vem a ser segurança convergem entre os interlocutores parceiros de cada grupo, mas divergem quando se compara as significações impressas nas duas duplas. No primeiro grupo de conversa, os interlocutores acreditam que a polícia pode sim trazer segurança e que a sensação de estar seguro é proporcional à quantidade de policiamento em determinada área urbana, tal qual os bairros mais nobres de Goiânia. Para os interlocutores, se segurança tiver relação com inibição de crimes contra a propriedade, como furto e roubo por exemplo, a presença da corporação diminui a violência. A segurança, neste caso, mesmo que pública é direcionada somente às classes de maior poder aquisitivo, como afirma o interlocutor 2, no trecho acima. Entretanto, o interlocutor 1 afirma que, se violência e crime tiver relação com violação, a polícia, então, é criminosa e ninguém – ou seja, a população negra – quer ser vítima do crime sofrendo violência policial, de acordo com ele.

Já no segundo grupo de conversa, o interlocutor 3 contesta a relação entre a quantidade de policiamento e o aumento da segurança. O interlocutor 4, por sua vez, questiona o sentido de segurança abordado na primeira dupla e reforça o sentido de se sentir seguro, ao nível de não sofrer violações, como jovem negro.

I3: [...] não há relação que eu estabeleça ou que eu possa estabelecer de que onde há muita polícia, há mais segurança. Essa relação nunca teve presente, números nenhum que eu olhasse assim. Essa relação basicamente ela é falsa. As pessoas têm apostado nesse tipo de segurança pública, mas acho que ela tá falhando.

I4: [...] Teve uma época que teve uma treta com a polícia. Polícia no campus ou não. E aí um colega meu pegou e soltou um post no *Facebook* que falava assim “ahh, eu quero ver vocês se vocês tiverem com o celular de vocês e for assaltado...num sei o quê”. E é muito isso, né, a polícia vai tá lá ao mesmo tempo protegendo o celular dele, mas alguém vai estar sendo constrangido por essa segurança e com certeza não vai ser ele. Ele é aluno branco, de classe média. E aí, é isso, no sentido de que passa segurança

pra ele, mas eu vou estar a todo momento com medo de ser abordado. E aí, como eu tava te dizendo, com a situação de estar num ponto de ônibus cheio, mas só eu ser abordado pela polícia. Ou seja, tá protegendo o celular dele, tá seguro com o celular dele (riso de todos). E eu tô lá sendo constrangido com a situação.

I3: Eu tive uma pior aí. Eu tava no Eixo, e aí vi um amigo que mora lá na Vila Mutirão⁵³ também... ele é negro. Aí alguns PMs subiram no ônibus e começaram a dar um discurso “nós estamos aqui pela sua segurança, pela sua proteção. Porque tem pessoas perigosas dentro do ônibus, tem muitos criminosos que se camuflam e andam aí com vocês”. E aí depois de falar tudo isso, ele pediu pra que eu e esse menino descesse do ônibus. (risos)

Quando os interlocutores dessa pesquisa foram questionados sobre quais áreas de Goiânia eles consideram como locais seguros ou inseguros, cada dupla, novamente, considerou uma noção sobre o que é segurança. Houve consenso na primeira dupla que relacionou a ideia de local seguro à noção de segurança pública no combate à violência urbana; e houve consenso, também, entre os interlocutores da segunda dupla, que relacionaram a ideia de local seguro à noção da segurança pessoal.

P: Onde vocês percebem que há mais policiamento? Vocês acham que esses locais são mais seguros? Na periferia, vocês veem muita polícia?

I1: Assim, os locais que eu acho que tem mais segurança...Pra te falar a verdade, a questão do policiamento te dá uma segurança assim...igual o setor Marista⁵⁴. Acho que lá é um local relativamente seguro. A gente não vê tanto crime acontecendo durante o dia por exemplo, porque tem muita polícia rodando e tal. Mas tem muito assalto à noite, entendeu? É um local bom de fazer assalto, porque é um local que tem carrão, onde tem dinheiro, onde circula grana. Então tem mais assalto de carro nesses bairros nobres do que na própria periferia. Num sei se seria mais seguro.

I2: Eu acho que é policiamento, né? Porque eu acho que é o seguinte. O que a polícia, a presença policial propõe a ir nos lugares mais centrais, ela resolve. Que é inibir os assaltos na grande parte do dia. A noite, acho que dificulta, então tem uma outra condição. [...] No caso da periferia, você não tem esse tipo de coisa. Você tem mais é coisa esporádica. Os crimes que acontecem são crimes de violência doméstica, de uma pessoa matar a outra.

I1: E o tráfico de drogas.

I2: É. E é engraçado pensar o seguinte: tudo que a gente avalia, o tráfico de drogas tá presente aonde? Nos setores de classe média e classe média alta, porque é ali que tá o dinheiro. Na periferia tem, mas é bem menor. Até porque o acesso à cocaína, à heroína é caro... Tem maconha. Maconha tem pra todo mundo. Mas dá dinheiro também. Agora periferia é crack, maconha.

I1: Na periferia você tem alguns tipos de droga e na burguesia, vamos dizer assim, você tem tudo.... Todos os tipos de drogas, traficantes demais da conta. Mais do que na periferia se for contar proporcionalmente.

I2: [...] Então eu creio que, durante uma boa parte do dia, o policiamento oferece segurança uma parte do dia nos centros. Mas depois da noite é mais complexo. Porque aí num é uma questão só da polícia. Mas como é que se relaciona esse comércio, né? O comércio da droga é uma outra opção. Porque os caras sabem onde tá rolando, os cara sabe que não pode impedir o lance. Então, uma outra dimensão.

⁵³ Bairro situado na região Noroeste de Goiânia.

⁵⁴ Bairro situado na região Sul de Goiânia.

Já no segundo grupo de conversa, os interlocutores também acham que as áreas mais nobres e as áreas centrais de Goiânia têm mais policiamento. Entretanto, são áreas mais inseguras para as juventudes negras.

I4: Eu acho que qualquer área que tem policiamento, ela é uma área insegura. Quando eu tô andando pelos bairros bacanas, e eu tô lá e tem policial, eu sei que....nas minhas fantasias baseadas em muita realidade... eu sei que eu tenho mais chance de ser abordado porque eu sou diferente ali, obviamente eu sou um corpo estranho ali. Nos bairros periféricos também há polícia.... e ainda tem isso, se eu for abordado numa área da classe média, eu tenho impressão que eu vou sofrer esse constrangimento de ser...de mexer nas minhas coisas, as vezes de lição de moral. Mas se eu for abordado em um bairro mais afastado, como o *interlocutor 3*⁵⁵ começou a colocar, eu acho que eu posso ser agredido, eu acho que a situação de abuso tem muito mais chance de ser maior.

I3: Eu moro lá na região Noroeste e a região Noroeste tem muita polícia andando por lá (risos). Eu já ouvi a história de que a polícia especial matou um menino lá próximo e etc. e foi o que eu ouvi.

Nas regiões mais periféricas da cidade também há policiamento, segundo os interlocutores. Entretanto, nesses bairros mais afastados da região nobre da capital, a presença da polícia é mais notada por meio de batalhões especiais, como o Grupamento de Intervenção Rápida e Ostensiva (Giro), o Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPMChoque), as Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), o Grupamento de Rádio Patrulha Aéreo (GRAer) e o Batalhão de Operações Especiais (Bope)⁵⁶. Segundo os interlocutores, as polícias especiais costumam ser mais truculentas e, nas abordagens, geralmente acontecem violência física. De acordo com o interlocutor 3, quando “dá aquela caída da noitinha, eles já começam a dar uma rodeada por lá”.

I3: Eu não sei a quantidade, mas sei que a região Noroeste é bem assistida de polícias assim. E é uma das regiões mais violentas de Goiânia. Por isso que eu falei que não dava pra estabelecer aquela relação de onde é que tem mais policiais, é mais pacífico, ou menos violento, ou mais harmonioso. Isso pra mim é falácia.

O medo da polícia e a falta da sensação de segurança são diretamente proporcionais à frequência com que as violações contra a população negra acontecem. E se acontecem o tempo

⁵⁵ Para manter o anonimato, o nome do jovem participante, que foi citado no diálogo, foi substituído por essa expressão.

⁵⁶ A Polícia Militar de Goiás implantou o Batalhão de Operações Especiais (Bope) no dia 05 de dezembro de 2014, de acordo com o portal de notícias G1. O Bope é a tropa de elite da Polícia Militar, que atua em incursões de alto risco e em situações críticas de crimes mais graves, como resgate de vítimas de sequestro e combate ao tráfico de drogas, segundo o portal. O batalhão é conhecido pelas ações enérgicas e truculentas nas favelas do Rio de Janeiro. O Bope ficou bastante conhecido depois do filme policial *Tropa de Elite* e *Tropa de Elite 2*, lançados, respectivamente, em 2007 e em 2010. Vide Polícia Militar implanta Bope em Goiás. **Portal G1**. Goiânia, 03 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/pol%C3%ADcia-militar-implanta-bope-em-goi%C3%A1s-1.727032>>. Acesso: 25 dez. 2016.

todo é porque há uma legitimação da sociedade sobre ações mais violentas e mais enérgicas contra as juventudes negras que representam, no imaginário social, possibilidade de relação com o banditismo e com a criminalidade. Os abusos contra esse segmento da população são aceitáveis e plausíveis, segundo Machado e Noronha (2002). Para eles, a sociedade apoia a violência policial como uma negação do Direito, se esses abusos não forem direcionados contra as classes dominantes. Do ponto de vista oficial, se a violência é o meio mais fácil de resolver problemas da criminalidade, a sociedade como um todo não se opõe a esse meio, ainda segundo eles.

3.2.3. “Tá apanhando é porque tá fazendo coisa errada”⁵⁷

Se a violência policial tem uma grande incidência contra as juventudes negras é porque, para além do racismo institucional, também há um grande apoio da sociedade sobre o modo de agir truculento da polícia contra os segmentos marginalizados da sociedade. Há uma cultura da violência que se apropria do discurso de que *bandido bom é bandido morto* para se utilizar da violência como resolução de conflitos. Por essa ideia cria-se o maniqueísmo do bem e do mal no imaginário social, que justifica qualquer prática violenta - inclusive as ilegítimas, mesmo quando oficiais - para *salvar* a sociedade do que a destrói. É evidente que nesse jogo dicotômico, o bandido mau que deve ser morto é negro, pobre e da periferia. Ele é colocado em oposição ao cidadão de bem, honesto e trabalhador, que deve ser protegido pelo estado.

Machado e Noronha (2002) afirmam que a aprovação da violência policial é justificada justamente por essa distinção dicotômica do bem e do mal. A ação truculenta do aparelho policial é aceitável na medida em que *eles* – os bandidos ou elementos suspeitos - cometem violência ilegítima contra *nós* – as pessoas direitas e cidadãos de bem, de acordo com os autores. A violência policial é, desta forma, legitimada porque é, então, praticada contra *eles*. Para a sociedade em geral, a violência policial é algo necessário porque só atinge pessoas erradas, que fazem coisas erradas ou que estão em lugares errados, ainda na perspectiva dos autores. No primeiro grupo de conversa, essa questão foi abordada pelos interlocutores no momento em que um deles relatava uma situação de abuso pela qual tinha passado. Ao presenciar cenas em que policiais agrediam fisicamente pessoas em um evento de rua, em Goiânia, o interlocutor 2 refletiu sobre a violência policial e a legitimação da sociedade.

⁵⁷ Frase verbalizada durante diálogo no primeiro grupo de conversa.

I2: [...] Falei, cara, a violência policial ela é um problema grave. Se a gente não resolver isso, vamo virar uma sociedade da barbárie. O pior de tudo é...as pessoas acham...tá apanhando é porque tá fazendo coisa errada.

I1: Tá fazendo coisa errada. É vida louca.

Esse discurso é também endossado por abordagens midiáticas que impõem um tipo de representação social à pessoa negra relacionada ao banditismo. Com um viés geralmente sensacionalista, noticiários televisivos, por exemplo, idealizam as ações truculentas da polícia contra as juventudes negras, ao mesmo tempo em que condenam os direitos humanos. De acordo com Benevides (2004), quantas vezes se ouve a frase “cadê o pessoal dos direitos humanos?”, no sentido de associar tais direitos apenas aos direitos dos bandidos?

A comunicação midiática, ao sustentar tal representação social negativa sobre as juventudes negras, contribui para o fortalecimento da violência estrutural contra o corpo negro, que pode e deve ser violado, no imaginário social. A mídia limitando lugares sociais ao jovem negro foi uma questão que surgiu no diálogo do segundo grupo de conversa. O interlocutor 3, na ocasião, afirmou ter um problema com a mídia e citou o nome de alguns programas jornalísticos que abordam a temática da violência urbana vinculada às ações policiais.

I3: Eu tenho um problema com parte da mídia, principalmente essa que trabalha com...diretamente com essa questão de violência...que é mídia...como é o nome mesmo?

P: Hegemônica?

I3: Num é hegemônica. É programas tipo Chumbo Grosso, Balanço Geral.

I4: Sensacionalista.

I3: Tem um outro nome, além de sensacionalista...tem um nome específico pra esse tipo de jornalismo.

P: Que explora violência, humilhação e tal?

I3: Que tem essa relação com a polícia, além de explorar. Então esse pessoal sempre constrói a imagem do que é o cidadão de bem, e o que não é o cidadão de bem, ou seja, o que é suspeito. Esses programas têm sido muito nocivos no sentido de ajudar na construção de políticas públicas ou da própria abordagem policial nos últimos anos. É uma coisa que a gente poderia até estudar talvez. A partir desse jornal, acho que assim, há um certo clamor popular e a construção de determinado conhecimento e opiniões públicas que permitem algumas ações policiais que são danosas a alguns grupos, principalmente pessoas mais jovens. [...]

O respaldo que a sociedade atribui às ações policiais contra as juventudes negras e as representações sociais difundidas pela mídia levam, portanto, a pessoa negra a situações de humilhação e abuso da polícia. Como mencionado nessa pesquisa, a maioria dos jovens negros que foram indagados sobre situações de constrangimento com o aparelho policial afirmaram já terem sido abordados em averiguações de rotina da corporação. Segundo o interlocutor 3, no segundo grupo de conversa, as abordagens policiais, além de gerarem medo, geram vergonha. Ele afirma que “num é tão bacana ser abordado. O pessoal passa, olha, você sente vergonha”.

Para os interlocutores, as abordagens policiais são extremamente constrangedoras e há uma sensação de impotência. No momento em que conversavam sobre abordagens policiais pelas quais tinham passado, os interlocutores da primeira dupla falaram sobre essa sensação de impotência.

I2 (tristonho): [...] O foda é...o que me dói mais é que você não consegue fazer nada.

I1: É uma sensação de impotência.

I2 (indignado): O cara com uma arma ali. O cara covarde porque se fosse no tapa... O cara é um covarde. [...]

Há uma preocupação da Polícia Militar de Goiás com o constrangimento que o abordado inocente é sujeitado durante uma abordagem policial. Mas essa preocupação não se refere à sensação de vergonha e medo que, geralmente, as pessoas tidas como suspeitas sentem, como dito pelos interlocutores. De acordo com o guia *Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar de Goiás* (2010), a corporação deve seguir cinco princípios em uma abordagem. São eles: segurança, surpresa, ação enérgica, unidade de comando e rapidez. Pelo princípio da rapidez, o guia de ensino direciona que os policiais devem ter velocidade compatível com a ação executada. O procedimento operacional da polícia sugere que uma ação lenta pode transmitir total antipatia da população com a ação policial quando a pessoa abordada é inocente. Segundo o guia, uma abordagem lenta pode causar constrangimento para o abordado e para a população que não entende o procedimento policial.

É pelo receio da antipatia popular e também por receio da condenação da sociedade sobre as ações policiais que os interlocutores afirmaram que a corporação é mais cuidadosa nas abordagens policiais em bairros mais nobres e mais movimentados, principalmente durante o dia. Os interlocutores contaram que esse tipo de abordagem acontece muito, mas de forma mais branda e discreta. Nessas ações é mais difícil de se perceber violência física explícita, principalmente se tiver pessoas alheias à situação acompanhando a ação da polícia. Por mais vergonha e constrangimento que as abordagens policiais possam trazer aos jovens negros abordados, a presença e a curiosidade das pessoas nas ruas podem evitar abusos policiais.

3.2.4. “Quê que eu fiz?”⁵⁸: relatos sobre a violência policial

Conforme as conversas nos grupos foram se desenvolvendo, o diálogo ficou, cada vez mais aberto e mais próximo de uma conversa corriqueira. Os interlocutores que, de início, se

⁵⁸ Frase pronunciada no primeiro grupo de conversa.

mostraram contidos e discretos com as questões temáticas sugeridas, foram se soltando aos poucos. Gargalhadas sobre as situações as quais passaram, gírias e xingamentos foram aparecendo, na medida em que os interlocutores percebiam que o grupo de conversa não seria uma entrevista burocrática e conforme se sentiam mais à vontade de se mostrarem como são. Embora a temática da violência policial contra as juventudes negras toque em um ponto difícil da realidade desses jovens negros, eles conseguiram lidar com o tema de forma bastante desinibida.

A confiança na pesquisa pelos interlocutores mostrou-se forte quando eles contaram abertamente à pesquisadora sobre *passagens*⁵⁹ pela polícia ou ocasiões em que tiveram que ir a uma delegacia prestar depoimentos. Falar sobre possíveis antecedentes criminais pode ser uma questão inquietante, primeiro, por vergonha, mas principalmente por essa ser a primeira pergunta feita por policiais em abordagens a suspeitos, como relata o interlocutor 3, no diálogo da segunda dupla.

I3: Eles sempre me perguntam se eu tenho passagem.

P: É a primeira coisa que eles perguntam?

I3: É. “Você tem passagem?”

P: Mas pega seu documento primeiro ou já...

I3: Não, não. Sempre perguntam antes se tem passagem. Se tiver passagem e tiver mentindo, aí vai dar problema.

Na maioria das situações de abordagem relatadas pelos jovens interlocutores dessa pesquisa, esta é a primeira forma de contato verbal que os policiais estabelecem com os jovens abordados. No primeiro grupo de conversa, o interlocutor 2 contou um caso de abuso policial que também se iniciou a partir da pergunta sobre passagens. O caso ocorreu quando o interlocutor, que hoje tem 28 anos, tinha 16 anos. Segundo ele, a situação aconteceu próximo à Rodoviária de Goiânia, localizada na região Central da cidade, quando ele levava o avô para pegar um ônibus no terminal rodoviário.

I2: Chegou a polícia, parou um povo lá e parou a gente. Aí o cara chegou e “tem passagem?”. “Não”. “Ahhh, você não tem não?”. “Não tenho”. Aí ele pegou a mochila e falou “Ah, você tá levando droga aí?”. Estava com meu vô do lado. E eles falaram “senhor, tá fazendo o quê aqui?”. “Eu sou avô dele”. Só que meu vô é branco. “Quanto é que ele tá pagando pra você?”. Aí meu vô “Não, mas como assim pagando?”. Aí o cara ficou meio nervoso. (Avô falando) “Não, eu sofro do coração”. Aí um cara foi conversar com ele o outro foi conversar comigo. Pegou bem assim na minha cueca, saca? “Num tá aqui não a droga?”. Nessa hora eu tremi todo. “Por que você tá tremendo?”. “Você tá vendo que não tem nada”. [...] Aí eu apelei e tal e falei “Olha, se ele morrer aqui do coração, a culpa é de vocês”. Pensei assim “agora eu levo o tapa.

⁵⁹ A expressão *ter passagem na polícia* refere-se ao histórico de antecedentes penais de uma pessoa. Ela é muito usada no jargão policial e também durante abordagens a suspeitos.

Espero que ele desequilibre” (rindo). Aí ele falou “rapaz, eu não vou te bater hoje, porque eu tô alegre”. “Se você voltar com esse velho de novo, eu sei que você tá com a droga. Aí você tá ferrado”. Falei “você pode ficar tranquilo que ele vai entrar naquele ônibus (risos de todos).

Na situação apresentada, a pergunta sobre a possível passagem é tão inquisidora ao ponto de não ser só uma pergunta e sim uma afirmação. O procedimento operacional da polícia, na prática, se inicia a partir da ideia de que o jovem negro abordado já é um infrator da lei. O modo de ação do policial se apresenta sob uma forte pressão psicológica que leva o jovem abordado, mesmo não tendo cometido nenhum delito, a apresentar reações físicas como se estivesse com medo das consequências por ter cometido alguma infração. Para tentar evitar excessos da polícia nas abordagens, o interlocutor 3, do segundo grupo de conversa, fala sobre como reage no momento em que é abordado.

I3: Olha eu tenho uma estratégia que é de não aparecer tão intimidado assim e sempre funcionou pra mim. Primeiro, que eles nunca tentaram me agredir fisicamente. Num sei se tiveram vontade ou não (rindo). Mas nunca tentaram. Então quer dizer, eu procuro falar de forma firme. Num procuro muito contato visual não. Olho pro lado, olho pro outro, mas respondo de forma firme. E aí se você gagueja, se conta uma história que eles acham que num é pertinente, tem furo na história...fica pressionando assim. Quer dizer, esse num é um tipo de diálogo convidativo. Eles ficam pressionando você, pra você errar, cair em contradição. É por isso que num é tão bacana ser abordado. [...]

Tal estratégia de tentar se manter calmo, de demonstrar firmeza e de não se sentir e nem se mostrar inferiorizado durante uma abordagem foi um aprendizado que os interlocutores dessa pesquisa construíram após passarem por vários abusos policiais ao longo dos anos. De acordo com eles, o número de abordagens pelas quais passam vem diminuindo conforme eles vão ficando mais velhos. Para o mesmo interlocutor, o abuso policial não se refere só à violência física. A postura utilizada durante uma abordagem é que determina, segundo ele, o grau de evolução da violência policial.

I3: Tem gente que fica apontando a arma o tempo todo. Não é bom ficar na frente da arma. Essa questão da violência ela é... pra mim sempre teve relacionada com a arma. O cara apontar uma arma pra mim sem necessidade...eu sei que policial quando saca a arma e aponta pra alguém, é porque pode atirar. Você num saca a arma e aponta pra alguém sem a real intenção de atirar. Então isso pra mim é o que mais pesou, alguém apontar uma arma pra mim. Isso já aconteceu diversas vezes.

Uma das possibilidades de erro de uma ação policial citada no guia de ensino da Polícia Militar de Goiás refere-se exatamente à violência evidenciada pelo interlocutor 3, quando ele se queixa de policiais apontando armas desnecessariamente para a pessoa abordada. O relatório

da Anistia Internacional (2015) revela que qualquer operação policial deve seguir os princípios estabelecidos na legislação internacional sobre o uso de armas de fogo e o uso da força. O relatório afirma que armas de fogo só devem ser utilizadas como último recurso, ou seja, somente quando necessária para autodefesa ou para a proteção de terceiros que estejam ameaçados de morte ou lesões graves.

Para se evitar esse tipo de violência e violências físicas durante abordagens policiais, os interlocutores do primeiro grupo contam sobre uma estratégia que usam quando são tidos como suspeitos nas ações policiais.

I1: Se você responder, eles (policiais) te agredem. Não há diálogo.

I2: Tem uma coisa que é muito evidente. Se você chama ele de senhor, aí que os caras montam mesmo, né?

P: Se você chama de senhor, a galera monta?

I2 e I1: É. Eu não chamo.

P: Vocês chamam de quê?

I2 e I1: Policial, vejo o nome dele.

I2: Aí o cara percebe que você (sinal de somos iguais). Num é assim.

I1: [...] Sabe o que que é o negócio? Se você chamar de senhor...senhor é nego que tá acostumado a tomar bacu, que tá acostumado a ver o cara como superior e tem medo do cara, entendeu? Quando você se impõe, o cara, antes de te bater, ele já pensa. Se você baixa a cabeça e chama ele de senhor, ele agride você e você.. "senhor", ele pensa esse cara aqui é qualquer um, esse aqui tá aberto pra eu agredir mesmo. Agora não, você já se impõe. "Eu sou fulano de tal"

I2: Ainda mais que é negro, velho. Num dá pra você chamar o cara de senhor não.

I1: Você tem que se impor. Porque se você num se impõe, ele monta e bate mesmo.

Para os interlocutores do primeiro grupo de conversa, a violência não começa só quando os policiais apontam uma arma nas abordagens. Em uma das histórias de abuso com a PM, para um dos interlocutores que estava circulando pela cidade com uma moto em situação irregular, a violência policial começou na condução da abordagem, mesmo sem armas. A situação aconteceu na região Leste de Goiânia.

I1: [...] o cara me parou e tal e eu tava sem o documento da moto. A moto era do supermercado que eu trabalhava. [...] Aí ele falou "nós vamos levar sua moto". Aí eu falei "uai, num posso fazer nada". Na verdade ele começou assim a violência, né? "Põe a mão pra cima". Pus a mão pra cima e tal, o cara revistou. Aí eu "posso abaixar a mão?". Já me revistou e tal, viu que não tenho arma nem nada. Aí o cara "não, pode ficar com a mão pra cima". E o cara, aqueles rotanzeiro com sangue no olho. O cara me olhava furioso. Eu num tinha falado nada, tinha acabado de me parar. Sabe assim...qualquer momento esse cara vai me dar uns tapas. E eu calado, né? Assim, né, por enquanto ainda tava. Aí virei um pouquinho, virei um pouquinho, falei "velho, quer saber, num vou ficar com a mão pra cima não". Desci a mão. O cara "rapaz, põe essa mão pra cima agora, senão vou te encher de tapa aqui". Eu tinha certeza que ele ia me encher de tapa, porque ele tava, sabe, irado assim?! As vezes tava até drogado, num sei te falar. Mas tava com uma cara muito nervosa. Desproporcional mesmo. Desceu nervoso, desceu querendo ganhar alguém. Aí eu pus a mão e o cara "pode ficar com a mão pra trás aí". Aí o cara mais calmo, fazendo o papel do stive bom né? [...]Aí o cara "sabe onde que é o batalhão?". Eu "sei". "Monta aí e vai pra lá. Nós

vamo te seguindo”. Falei “não, vou levar a moto não. Você quer que eu monte e leve a moto”. Tipo assim, esse procedimento é tão torto que você anula ele inteiro. Depois que eu fui descobrir isso. Você num pode levar o veículo, tem que chamar um guincho. Se conduzir, anulou o procedimento todo do policial. Falei “não, vou não”. Aí o cara “rapaz, ou você vai na moto, ou você vai nesse camburão cheio de tapa. Você escolhe”. Falei “vou na moto, né?” (risada de todos). [...] Quê que eu fiz? Num vou num camburão cheio de tapa.

A violência policial, segundo os interlocutores do primeiro grupo de conversa, se inicia com a falta de diálogo com as pessoas abordadas e com a humilhação que os *elementos suspeitos* passam nas abordagens policiais. O guia de ensino *Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar de Goiás* (2010) sugere, como resultado esperado de uma abordagem, que os envolvidos devam ser tratados com respeito. Há, no guia, a condenação do desrespeito ao cidadão e, também, a condenação da possibilidade de erro dos policiais de não informar aos abordados sobre o porquê da ação policial. No geral, o desrespeito e a sujeição das pessoas abordadas à humilhação é o que mais ocorre nas ações da polícia.

Outro relato que mostra mais um abuso dos agentes do Estado, mesmo sem o uso de arma, segue abaixo. Nesse caso, houve violência física. Segundo o interlocutor 2, ele estava subindo uma rua, quando foi parado por uma viatura.

I2: Aí os caras desceram. “E aí”. Eu fiquei calado. Ia falar o quê pro cara? “Você mora onde?”. “Aqui”. Eu estava do lado da minha casa. Aí o cara falou assim “você vai bater aí. Se ninguém te atender, a gente vai colocar esse camburão na sua bunda... nunca mais você vai esquecer o caminho de casa”. Eu tinha 15 anos, né? O cara era gigante, ele tinha dois metros de altura. Eu era magro. Aí ele me empurrou assim e mandou eu correr, eu corri pra tocar a campainha da minha casa. Meu medo era ninguém estar lá. Eu sempre esqueço chave.

P: Mas você apanhou?

I2: Levei uns tapas só. O que eu achei mais tenso além disso tudo, é que ele falou pra eu não passar amanhã naquele horário. Achei isso uma barbaridade. Na rua... O cara vem, te dá umas porrada. Aí no outro dia eles pararam lá e levou todo mundo preso. Eu realmente não.

O excesso da polícia ilustrado pela ação com uso da força sem necessidade, como mostrado na história acima, também é condenado pelo *Procedimento Operacional Padrão da Polícia* (2010). Segundo o guia, é um erro grave agir com excesso na ação e se envolver emocionalmente. O uso “seletivo da força” só é indicado quando há uma evolução do estado de suspeição da pessoa abordada e caso a segurança do policial seja ameaçada, ainda segundo o material didático da corporação. Entretanto, as arbitrariedades na ação policial e o envolvimento emocional nas abordagens se mostram frequentes quando, pelo relato dos interlocutores,

agentes da polícia ficam descontrolados e se apresentam como pessoas “que gostam de bater”⁶⁰. Ainda segundo o guia da corporação, ter um controle emocional significa se abster de ânimos em ocorrências e não expressar opinião sobre a situação; não designar grau de culpa ou inocência; limitar-se a tomar providências para a preservação da ordem pública; registrar dados e fatos observados; auxiliar no esclarecimento da verdade e na responsabilização das partes.

O envolver-se emocionalmente nas ações policiais ultrapassa o sentido da legalidade prevista nos limites que o aparelho policial deve agir. Tal excesso, nas ações policiais, trata-se, sobretudo, da legitimidade do uso da força física atribuída pela sociedade às corporações policiais. Trata-se da aprovação social quanto à violência da polícia. De acordo com Machado e Noronha (2002, p. 264), “existe uma tendência, sob a visão política ou sociológica, de distinguir os conceitos de força e violência com base não apenas na legalidade, mas também na legitimidade do uso da força física no que se refere à preservação da segurança pública”. Os autores confirmam as recomendações trazidas pelo guia de ensino da Polícia Militar, quando afirmam que o aparelho policial deve usar sua força de maneira moderada, de acordo com a ameaça apresentada. Isso porque, para eles, a única finalidade do uso da força é conter qualquer violência praticada contra as pessoas, sem colocar em risco a vida do agente e de outros indivíduos.

O fato é que o uso da força não é seletivo e não acontece em decorrência de situações de risco que ameaçam a segurança pessoal do policial e de outras pessoas. Segundo os relatos dos interlocutores dessa pesquisa, em uma abordagem policial, não é necessário nenhum esboço de reação dos abordados para que a violência física aconteça.

I3: Eu tive uma situação que eu tava banhando numa represa lá perto de casa, e parece que um pessoal realmente tinha pegado um caminhão lá, tinha roubado alguma coisa. E aí, foram banhar junto com pessoal tudo lá. E aí, mais de tardezinha, chegou um monte de policiais, um monte de viatura, e já foi dando tiro pro alto e pegando alguns meninos e colocando numa parede lá na frente. E nisso, um monte de gente correndo, fugindo, procurando se esconder. Eu consegui fugir também. De onde eu fiquei, tem um aeroclube lá na entrada da Vila Mutirão. Eu fiquei lá em cima e deu pra ouvir inclusive alguns tapas na nuca deles (risos). Quer dizer, não fizeram distinção de quem tava envolvido, quem não tava.

P: Já chegaram batendo?

I3: É. Eles chegaram, enquadraram todo mundo. E nesse dia muita gente apanhou.

Ainda no segundo grupo de conversa, o interlocutor 4 também relatou uma situação em que houve violência física e envolvimento emocional dos policiais.

⁶⁰ A frase foi dita por um dos interlocutores no primeiro grupo de conversa, ao afirmar que acha que existem policiais que gostam de bater.

I4: Nessa outra (situação) eu devia ter uns 16. A gente estava na praça e foi uma vez que me deu medo assim. A gente era uns 15 e aí eles foram dando baculejo nos meninos e cada um eles agrediam, dava tapa. E eu fui o último que fiquei. Eles liberaram os 15 e eu fiquei por último assim. Então, tava eu na praça e mais 12 policiais, na Praça da Liberdade⁶¹. E aí eles já tinham batido nos meninos tal, tinham tomado o boné, tinha rasgado o tênis de um menino lá procurando droga. E aí quando rasgaram o tênis, rasgaram a calça, cortaram a identidade de um outro também pra ver se era falsificada. Ficou só eu. E aí eu achei que... falei “pô, fudeu”. Só que aí, quando eles chegaram em mim, só falaram assim: “pode ir embora”. (Risos). Tipo assim, a gente brincou, esqueceu de um e de repente chegou e falou “pode embora”.

Outras situações sem agressão física, entretanto, também mostram como a violência policial se manifesta pela opressão e pela necessidade de se instituir uma hierarquia e um discurso de ordem, mesmo que não haja desordem. A violência se manifesta, na situação abaixo, a partir da distinção entre quem tem direito de frequentar praças públicas da região nobre de Goiânia e quem não pode estar ali porque incomoda. O interlocutor 1 falou sobre o caso, que aconteceu no setor Sul, região central da cidade.

I1: Assim, o cara não me agrediu, mas você vê como é a violência da polícia. Eu tava numa praça, tava eu e um colega meu conversando, lá perto da Universo⁶² sentado. Aí o cara chegou e disse “e aí, tá fumando um?”. “Não, tô não”. “Certeza, você é maconheiro e tal. Você fuma um?”. Falei “fumo”. Eu tava com o brother aí ele, “também, né?”. “Quê que vocês estão fazendo aqui?”. “Tá no intervalo da aula”. Tipo assim, a pracinha tá aqui, a Universo tá aqui (demonstrando com as mãos). “Tamo sentado aqui, conversando e tal”. O cara falou umas coisas, num lembro direito. Eu sei que eu respondi ele. Um cara da minha idade, sabe? No máximo um ano mais velho que eu. Petulante, falando merda lá e eu respondendo. E eu arrumado pra ir trabalhar, tava social lá. Aí o cara “não, vou liberar vocês aqui, só que eu num quero ver vocês nessa pracinha aqui mais não”. Aí eu falei “ahh é? Num quer ver mais não?”. Aí ele “quero não. Porque hoje você num tinha flagrante não, mas se eu ver vocês de novo, vocês vão ver”. (risos) [...] se num tiver eles põe na sua mão. Eu indignado saí, né? Vou falar o que? (rindo).

I2: Foda.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 prevê, no inciso XVI, que “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização”. O inciso XLI garante que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Entretanto, na prática, não é o que acontece. No segundo grupo de conversa, o interlocutor 3 relatou uma situação de violência policial que sofreu não em local público, mas dentro de sua própria casa. Ao longo do diálogo que aconteceu nesse grupo, percebeu-se, pelo relato deste interlocutor, que a sensação de falta de segurança, a qual ele próprio afirma, é plena para a pessoa negra. Nem na rua, nem em casa, o jovem negro está seguro.

⁶¹ Localizada entre os bairros Jardim Pompeia e São Judas Tadeu, na região Norte de Goiânia.

⁶² Universidade particular da cidade de Goiânia.

I3: Que eu passei apertado, num foi nem uma abordagem na rua. Foi em casa. Eu tava dentro de casa, com o portão aberto e tal. E aí entrou um PM à paisana também. Quando olhei na janela, ele tava me apontando uma arma.

P: Você tava sozinho?

I3: Tava. Eu moro sozinho. Aí me apontando uma arma, falou pra mim abrir a porta e sair. Aí eu abri a porta e saí. Ele pegou no meu bolso pra ver se num tinha nada. Aí ele acalmou mais um pouquinho assim e ele explicou uma situação que o parceiro dele tinha perdido uma arma, tinham roubado a arma dele no dia anterior. E que alguém falou alguma coisa, num sei o que, e ele chegou em casa. Ou seja, eu tinha acabado de acordar e fui surpreendido por um PM à paisana me apontando uma arma. Aí eu fui e olhei lá fora e o companheiro dele sem condições nenhuma. Tava chapado. Parece que alguém realmente tinha tomado a arma dele. Acho que ele falou que era uma menina que tava saindo com ele...porque eu tenho algumas irmãs...tinha na época, só que não moravam mais lá. E aí, segundo eles, eles apontaram que tinha sido uma delas e tal, num sei o quê. Essa vez foi bem complicado assim...você acordar assim e...

P: Para além da revista, eles te bateram?

I3: Não, ele chegou apontando uma arma. A arma destravada que eu vi (rindo). Chegou apontando a arma. Dentro de casa, a gente não espera.

P: Quantos anos você tinha?

I3: 23.

Também pelo Artigo 5º da Constituição Federal, inciso XI, a casa é inviolável e ninguém pode adentrá-la sem consentimento do morador, a não ser que haja caso de flagrante no local, ou prestação de socorro, ou que haja determinação judicial. Essa situação relatada pelo interlocutor 3 viola, também, o que está previsto na Lei Federal nº 4898, de 1965, que trata sobre abuso de autoridade. O artigo 3º desta lei determina como abuso de autoridade o atentado à liberdade de locomoção, a violação do domicílio e a violação física da pessoa. Já o artigo 4º considera como abuso de autoridade a submissão da pessoa “a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei”. Ou seja, só por esses dois artigos, a maioria dos relatos apresentados enquadrariam as ações policiais na Lei de Abuso de Autoridade.

3.2.5. “Pessoal mais novinho tá sentindo mais na pele”⁶³

A maioria das situações que os interlocutores dessa pesquisa relataram sobre violência policial aconteceu quando eles tinham idade entre 15 e 23 anos. Todos eles, que têm mais de 24 anos, afirmaram que há maior incidência de abordagens e violações contra jovens mais novos, embora eles ainda sofram abordagens na rua. A frase “de um tempo pra cá diminuiu bastante”, dita pelo interlocutor 2 na primeira dupla, é reafirmada por todos os jovens interlocutores que participaram dessa pesquisa. No diálogo do segundo grupo de conversa, os participantes falaram sobre o motivo de, agora, serem menos abordados do que quando eram mais novos.

⁶³ Frase pronunciada no segundo grupo de conversa.

I3: Agora acho que os meninos novos aí, pessoal mais novinho tá sentindo mais na pele do que eu agora, porque minha rotina, ela não me permite ou me afasta um pouco de onde é que os policiais estão ou onde é que eles atuam. Porque eu vou pra universidade, depois faço minhas coisas, volto, volto à noite e vou direto pra casa.

I4: Eu boto fé. Acho que é bem isso. Quando eu tinha 16, 17 anos, que tá de noite, você quer ir pra uma praça, trocar uma ideia e tal, fazer algum rolê noturno assim. Depois da universidade, a gente acaba entrando nesse meio, que é o meio classe média. Por mais que o meio classe média das Ciências Sociais seja menos classe média que o meio da Psicologia, eu acho que ainda é o meio classe média. Você acaba saindo um pouco dessa periferia. A gente já não faz mais o rolezinho de ir pra praça do bairro na sexta ou todo final de semana. Eu falo isso porque eu lembro de um dos baculejos que eu levei também que a gente tava numa praça lá, que é a Praça da Liberdade do bairro. E tava tipo assim...eu queria saber como é que chegou... os policiais chegaram num ônibus, diga-se de passagem, aqueles onibuzinhos. A gente era uma galera também. Devia ser umas 15 pessoas que estavam lá na praça, sentados, conversando, bebendo vinho e aí eles chegaram e deram baculejo em todo mundo e mandaram dispersar, foram dando baculejo e mandando embora, sair dali e tal. E é isso. É a praça do bairro, é as praças do nosso bairro que a galerinha mais jovem que tá frequentando que..

P: Então quando vocês eram mais novos, vocês levavam mais bacu?

I3: Sim. A primeira vez que eu fui abordado pela polícia, o pessoal estava até à paisana. Pra você ter ideia. Eu pensei “vou morrer aqui. Pô, acabou aqui”. Porque os caras já desceram do carro, sacaram a arma e eu num sabia o que que era.

P: E onde você estava?

I4: Estava numa rua assim, ao lado da minha casa, lá na Vila Mutirão. E aí o pessoal desceu, sacou a arma e enquadrou todo mundo e só depois que eles se identificaram como policiais à paisana.

P: Mas desceu a porrada? Eles estavam procurando droga?

I3: É, procurando droga. Colocou todo mundo na parede de um jeito não muito carinhoso (risos). Mas num bateram em ninguém nesse dia não.

No primeiro grupo de conversa, o interlocutor 2 relatou uma situação recente pela qual passou em que, mesmo estando em um local com vários outros jovens negros mais novos, ele foi o único a não ser abordado pela polícia.

I2: Inclusive eu tava na 10⁶⁴, fui comprar uma cerveja, bicho. Tava cansado e falei “vou comprar uma cerveja”. E eu num sabia. Faz tempo que eu num vou lá e tava rolando uma treta lá, um negócio de droga. Aí eu cheguei, fui chegando assim e falei “nossa, que bosta”. Na parede assim só tinha preto, véi. E eu tava no meio. Mas nesse dia foi meio estranho pra mim porque eu sempre fui tratado, obviamente nesses bacu, como qualquer preto. Só que nesse dia, eu fui tratado diferente. Eles pegaram o documento de todo mundo e não pegaram o meu. Aí pegaram documento da geral, me mandaram vazar e me mandaram embora. Aí eu voltei pra casa pensando “por que não me pegaram?”. Aí eu olhei, os meninos tavam com as vestimentas, querendo ou não, da perifa e eu tava de sandália, tava comum. Eu moro aqui do lado. E assim que eles saíram, o cara ofereceu droga pra mim. Aí eu “puta que pariu, o cara acabou de tomar um bacu, cara”. Aí eu falei “não, meu, vou embora”.

Ser tratado diferente em uma abordagem policial mesmo sendo preto, tem a ver com a forma com que a pessoa se apresenta, como afirma o interlocutor, mas também tem relação com a idade e o nível de escolaridade de um jovem negro. De acordo com Cerqueira et al. (2016), o

⁶⁴ Trata-se da Rua 10, localizada no setor Universitário, na região central da cidade.

nível de escolaridade dos jovens brasileiros influi, consideravelmente, sobre a possibilidade dessas pessoas estarem inseridas nas estatísticas de homicídios de jovens no Brasil. Se a variável da escolaridade muda as estatísticas de homicídios de jovens negros no Brasil, ela muda, também, a forma como a violência policial se estabelece.

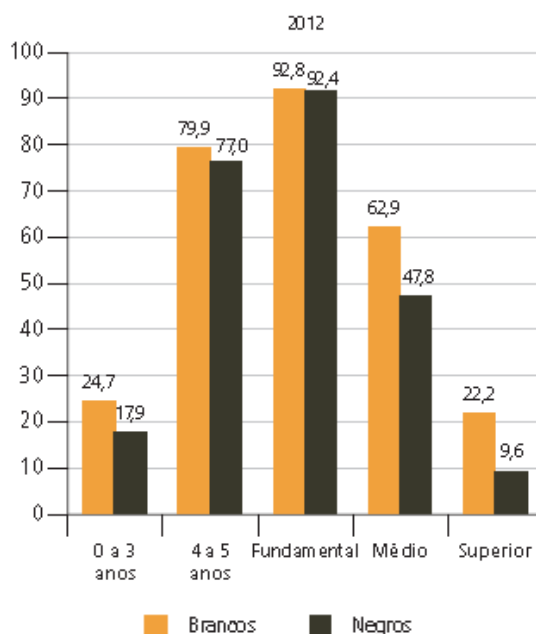
As pessoas com até sete anos de estudos possuem 10,9 vezes mais chances de serem assassinadas no país do que, por exemplo, uma pessoa que atingiu o nível superior de escolaridade, segundo o autor. Se há mais escolaridade, os índices de homicídio da população negra tendem a diminuir e, portanto, a violência policial contra as pessoas negras com mais tempo de estudo também tende a diminuir. Dessa forma, quanto mais jovem, menos tempo de estudo e mais possibilidade de sofrer abusos da polícia. Cerqueira et al. ainda afirmam que a educação é um escudo contra a violência letal e, logo, contra a violência policial.

Segundo o banco de dados *Observatório da População Negra* (2012), no ano de 2009, a taxa de analfabetismo da população negra de mais de 15 anos na região Centro-Oeste foi de 9%. A partir dos dados do estudo, nesse mesmo ano, a escolaridade média da população negra, na região, era de até 7 anos. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e publicado em 2014, observa-se que, pensando a população com mais de 15 anos, 23% de pessoas brancas tinham menos de quatro anos de estudo, contra 32,3% da população negra, no ano de 2012.

O percentual de pessoas brancas com nove anos de estudos, em 2012, era de 55,5%, enquanto o percentual de pessoas negras era de 41,5%. Quando a pesquisa considera a proporção de pessoas com doze anos ou mais de estudos, tem-se o percentual de 22,2% na população branca e 9,4% na população negra. A pesquisa aponta que essa desigualdade no nível de escolaridade entre brancos e negros se relaciona a fatores como renda familiar e acesso a bens públicos. As pessoas negras, portanto, tem uma menor frequência escolar.

O Gráfico 5 mostra a escolarização líquida segundo o critério racial, considerando os níveis de ensino no ano de 2012. Segundo o estudo, a frequência líquida mede a porcentagem de alunos em idade escolar correta.

Gráfico 5 - Cobertura e escolarização líquida segundo cor ou raça - Brasil, 2012



Fonte: PNAD – Microdados. IPEA, 2014, p. 21.

Os dados mostram que as taxas de escolarização líquida de pessoas negras são consideravelmente inferiores às taxas de pessoas brancas no ensino médio e no ensino superior. Segundo o estudo, os diferenciais de frequência escolar mostram que há uma influência negativa nas oportunidades de inserção da população negra no mercado de trabalho posteriormente.

Junto à idade, o nível de escolaridade influi também no tratamento que os agentes da segurança pública do Estado conferem aos jovens negros em uma abordagem policial, como relata o interlocutor 4, no segundo grupo de conversa.

I4: Eu lembro uma vez que eu tava aqui na praça, sentado, acho que eu tava esperando alguém.

P: Na Praça Universitária?

I4: É. E chegou. Eles chegaram de costa assim...nem vi. Mandaram eu colocar a mão na nuca e tal. E aí eles mexeram nas minhas coisas. Aí eu falei que eu era estudante e eles tipo riram de mim. Eles estavam com minha mochila aberta, eles pegaram e viraram minha mochila. Aí eles viram que tinha vários livros na mochila. Quando eles viram que tinha vários livros na mochila...eu tinha falado que era estudante de psicologia...aí eles viram que eram livros de psicologia mesmo, aí eu vi que um dos policiais ficou meio sem graça. E aí...

P: Dois policiais?

I4: Dois policiais. Aí eles pegaram e saíram, pegaram...e depois que eles viraram e viram que eu era estudante mesmo eles falaram assim “ahhh, fica aqui não. Aqui é muito perigoso. Se você é estudante mesmo. Num fica aqui não que esse lugar é muito perigoso.

Rir de um jovem negro que se diz estudante universitário condiz com o fato de que não se espera que as juventudes negras frequentem universidades, mas sim que elas só tenham, no máximo 7 anos de estudo, como mostrado pela *Observatório da População Negra*. No imaginário social e no agir das instituições policiais, há a crença de que a violência ensina, de acordo com o relato do interlocutor 2, na primeira dupla.

I2: E a última situação mais tensa, aí eu já estava na universidade. A gente foi pra uma festa que a gente fez. Carnaval de Goiânia, em 2009. Puta que pariu, véi, do nada os caras começaram a bater, dar porrada. Aí nós fomos pra delegacia pra denunciar. Aí chegou um tiozão lá. [...] Ele tirou um cassetete, ele me empurrou e falou “ohh, vocês são estudantes, né? O negócio aqui vai ensinar vocês mais do que professor”. Puta que pariu, vai apanhar a geral agora. Vou apanhar agora até... Só que aí, velho, você quer correr, mas você não sabe pra onde. Aí eu falei “cara, você vai ter que dar porrada em todo mundo. Bate com força porque senão nós vamos levantar”. Aí chegou uns cara pra cima dele, aí eles foram bater na gente. Aí chegou um outro cara, um outro policial, e falou “num precisa não. Vamos embora porque vai ter barulho. Nós não vamos bater nesses moleques hoje não”.

Nesse episódio, segundo o interlocutor, o receio da repercussão que poderia ganhar o caso das agressões policiais contra estudantes impediu a violência. No primeiro grupo de conversa também foi relatada uma situação em que a abordagem policial não aconteceu por um fator externo. A ação violenta não se consumou em decorrência do interlocutor estar com um documento comprovando seu vínculo com uma universidade.

I2: Sabe aquele antigo cartão que a gente tinha da UFG? A gente foi parado e os cara acharam que a gente era professor da UFG (rindo). Tinha o CPF e tal, a gente mostrou o cartão. Aí os cara “nossa, professor e tal” (rindo). Então vou bater em vocês não.
I1: É foda, velho. O cara te respeita pelo que você representa na sociedade. Não pelo que você é, não por você, porque ele deve respeitar, saca?
I2: Tem que tratar todo mundo igual, velho.

A partir dos relatos e dos dados apresentados, tem-se que o abuso de autoridade, que acontece em ações policiais, se intensifica de acordo com a forma que o jovem negro em questão se apresenta, a idade, o nível de escolaridade, além de fatores externos, como a repercussão que possa vir a ter, identificando os agentes envolvidos na ação.

3.3. Comunicação e construção de sentidos sobre a relação juventudes negras-violência policial

Todos os relatos trazidos pelos jovens negros interlocutores dessa pesquisa, até o momento, mostram processos comunicativos discriminatórios que eles percebem no dia-a-dia

e pelos quais eles mesmos passam. A percepção deles sobre situações de racismo perpassa desde os preconceitos sofridos na infância com a cor de pele e com o cabelo, até o desconforto de serem tidos como suspeitos nas ruas pelas pessoas e pelo aparelho policial. Percebe-se que a imagem de suspeição imposta às juventudes negras se perpetua por meio do racismo que é reproduzido em todos os âmbitos da sociedade brasileira, em um processo cíclico e encadeado com as interações sociais. Como exposto pelos interlocutores, o racismo está presente na comunicação face-a-face, nas instituições sociais e seus processos comunicativos – tais quais a família, a escola, o Estado etc. -, e na comunicação midiática, impondo ideais normativos e disseminando estereótipos sobre identidades, segundo Silva (2011).

Essa construção de sentido da suspeição repassada pelos processos comunicativos antidialógicos, tem uma forte influência da mídia construindo e disseminando representações sociais sobre esses jovens. Jodelet (2001, p. 17-18) afirma que as representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. Tais representações orientam e organizam as condutas sociais, de acordo com a autora. Ela afirma que a comunicação é uma condição de possibilidade e de instituição das representações, que atua como um vetor de transmissão de sentidos, portadora de representações, que podem, inclusive, ser forjadas. É o que acontece, por exemplo, com a imposição da imagem de suspeição aos jovens negros na comunicação midiática.

3.3.1. “A juventude negra não tem uma boa visibilidade na mídia”⁶⁵

Os interlocutores dessa pesquisa têm plena consciência de que a mídia dissemina uma imagem negativa das juventudes negras. Entretanto, deve-se considerar que essa leitura pode ser proveniente da trajetória social deles enquanto jovens negros que reconhecem sua identidade e que contrariaram as estatísticas apresentadas anteriormente no Gráfico 5, já que frequentam ou frequentaram uma instituição de ensino superior. Quando indagados sobre a imagem dos jovens negros na mídia, os interlocutores do primeiro grupo de conversa expuseram uma controvérsia.

I1: Pobre e negro é o traficante, antes da condenação, entendeu? Porque só é traficante depois que é condenado. [...]

I2: A leitura que a gente faz vai dizer que é evidente. Mas ela tá tão inserida no imaginário social que passa despercebido. As pessoas foram acostumadas assim.

⁶⁵ Frase pronunciada durante no segundo grupo de conversa.

Quando você chega na escola, quem é feio? É o negro. Quem é perigoso? É o negro. Então isso faz parte...parece ser cultural de uma sociedade racista. As novelas, os negros ou são...Não é que os trabalhos braçais, os trabalhos domésticos sejam ruins, mas o negro só fica nessa situação. E é muito raro você ter o galã que é preto.

I1: De fato, eu entendo que o negro é colocado num lugar que...socialmente, ele num tá na sociedade nos primeiros lugares, você entendeu? Eles “servem” (gesto de aspas) na sociedade para ocupar essas segundas profissões mesmo...que é herança da escravidão, né?

Para relacionar as representações sociais trazidas pela comunicação midiática sobre a relação juventudes negras e violência policial, optou-se por fazer, em cada dupla, um breve momento de leitura do discurso midiático sobre a condição de suspeição dos jovens negros, em comparação a jovens não-negros. A pesquisadora utilizou a temática dos *rolezinhos*, já citados nesta investigação, para problematizar a questão. Uma reportagem televisiva do Jornal do Meio-Dia⁶⁶, com a entrevista de um policial condenando o movimento, foi mostrada no primeiro grupo de conversa. Já no segundo grupo, foi apresentada uma curta matéria jornalística do portal de notícias Mais Goiás, publicada no dia 3 de novembro de 2014. Ambas as matérias foram mostradas para lembrar os interlocutores sobre a série de encontros de jovens das periferias em shoppings da região metropolitana de Goiânia.

A leitura do discurso midiático foi aplicada como um breve momento proposto, na forma de uma questão temática, em cada grupo de conversa. Essa atividade foi inspirada no método da análise crítica do discurso trazido por Fairclough (2005), para criar uma problematização sobre as representações sociais impostas como imagens midiáticas que vinculam o jovem negro à condição de suspeito e à predisposição de ser alvo legítimo da violência policial. A leitura do discurso midiático serviu como base dessa problematização justamente pelo fato de a questão da suspeição das juventudes negras estar inserida em uma controvérsia social que requer um debate para se discutir possibilidades de mudanças sobre o tema, como sugere Fairclough (2005).

Seguiu-se, nessa atividade, o esquema de se enfatizar um problema social com aspecto semiótico, seguido pela identificação de maneiras de se superar obstáculos desse problema. Pretendeu-se, com isso, verificar a construção de sentidos atribuídos pelos interlocutores à relação da mídia instituindo representações sociais sobre os jovens negros. Desta forma, os interlocutores dos grupos de conversa foram expostos à matéria jornalística sobre a ação policial de inibir um dos *rolezinhos* e indagados sobre a forma como percebiam o tratamento da imprensa sobre suspeitos negros e suspeitos não-negros. Considerou-se também, nessa

⁶⁶ A reportagem foi ao ar e publicada pelo canal no Youtube da TV Serra Dourada, filiada do canal SBT no estado de Goiás, no dia 23 de março de 2015.

indagação, suas próprias experiências como jovens negros em contato com matérias jornalísticas veiculadas pela mídia goiana.

P: Vocês percebem diferença de tratamento entre suspeitos negros e suspeitos não-negros?

I1: Na verdade, nessa questão dos rolezinhos, ainda assim não acho que seja questão racial. Acho que é questão da pobreza mesmo. A marginalização do pobre, saca? O negro tá envolvido porque a maioria dos pobres são negros. É uma herança histórica, né? Mas eu vejo diferença sim no tratamento, não especificamente do rolezinho. Mas eu vejo a diferença no tratamento entre suspeitos brancos e suspeitos negros, presos brancos e presos negros. É nítido a diferença.

I2: Os rolezinhos eles são... é a marginalização do pobre, mas tem uma relação racial. É isso que você falou...maioria é pobre e negro. Então cria-se uma imagem. A imagem é...aquele que não é bonito, aquele que não é o modelo, que não é apreciável, aquele que não gera segurança. Então os rolezinhos começam muito com isso. Não foi inclusive um movimento político, mas pode ser chamado de movimento localizado. Mas foi político no sentido de demonstrar o quanto a sociedade dita harmoniosa racialmente, não é. E ele tentou nos colocar isso. Ohh, um país miscigenado é um país que sabe conviver harmoniosamente entre as diferenças de vidas. Mentira! Isso é uma mentira grave porque não há nenhum tipo de ato que... o que eu quero dizer mais precisamente é que há uma condenação com os mulatos de hoje.

I1: Sempre.

I2: Então as pessoas não podem se reunir. Mas olha só, se reunir um monte de gente branca, playboy, mais bem arrumada, com roupas caras não é problema. Mas um monte de gente pobre, meninas e meninos negros e com roupas mais simples é princípio de tumulto. O cara falou claramente (na matéria). Chamou de vândalos, sabe? Há uma criminalização da pobreza nesse país.

É interessante evidenciar que a temática dos *rolezinhos* se expandiu para além da realização do primeiro grupo de conversa. O interlocutor 1 contatou a pesquisadora, no dia seguinte após a realização do primeiro grupo de conversa, para falar de um exemplo parecido com os *rolezinhos* que ele tinha se lembrado depois de participar do diálogo para essa pesquisa. Ele relatou sobre encontros realizados por jovens não-negros, estudantes de escolas particulares da região Sul de Goiânia, que se encontravam semanalmente em um shopping localizado no Setor Bueno, também com o objetivo de socialização. Segundo o interlocutor 1, esses encontros, que aconteceram mais marcadamente nos anos de 2006 e 2007, é um bom exemplo para contrapor os *rolezinhos*. Para ele, ambos os eventos tinham o mesmo objetivo de interação de jovens. Contudo, a presença de um grande grupo de jovens brancos de classes mais abastadas era e é bem vista nos shoppings, enquanto a presença de um grande grupo de jovens negros da periferia foi e continua sendo renegada nesses centros comerciais.

Já no segundo grupo de conversa, o interlocutor 4, quando indagado sobre a diferença de tratamento entre jovens negros e jovens não-negros, afirmou que a diferença é óbvia. Ele falou sobre racismo e os lugares impostos às pessoas negras na mídia.

I4: É o jeito do racismo brasileiro dizer qual é o lugar do negro dentro dessa estrutura, dentro dessa hegemonia que procura dizer qual que é o lugar das coisas, dizer qual que é o lugar do negro, qual que é o lugar do branco... que procura construir. Não, a juventude negra não tem uma boa visibilidade na mídia. Não, uma pessoa negra não seria tratada dessa mesma forma (que um suspeito branco). Por quê? Porque, no *Facebook*, se você ver o negro correndo, é ladrão; se ver o branco correndo, tá atrasado, né? E isso não é uma outra coisa, senão uma forma de velar esse racismo, que procura ainda dizer, que procura ainda manter o negro nesse lugar de subalternizado. É uma forma de você manter essa estrutura, só porque é velado.

A leitura do discurso midiático sobre a representação negra, realizada pelos próprios interlocutores, mostrou que, para eles, o problema do racismo e do consequente apoio popular sobre a violência policial contra as juventudes negras também está no discurso midiático, mas é um problema maior. Trata-se do racismo disseminado e reafirmado ao longo de anos do processo histórico de construção do Brasil.

3.3.2. “Eu rejeito a polícia”⁶⁷, mas “não se trata da polícia”⁶⁸

Quando os jovens interlocutores dessa pesquisa foram indagados sobre quais mudanças gostariam de ver nas instituições policiais, houve uma resposta incisiva no segundo grupo de conversa.

P: Vocês queriam ver alguma mudança na PM?

I3: Desmilitarização. Só subordinada ao governador, mas deveria haver órgãos e organizações civis fiscalizando as ações da PM, ou que não seria mais militar, mas só subordinada ao governador.

De acordo com o relatório da Anistia Internacional (2015, p. 25), “a Polícia Militar é subordinada aos governadores eleitos dos estados, mas também é considerada força auxiliar e reserva do Exército”. Como responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, a Polícia Militar é regida por uma hierarquia militar e os crimes que podem ser cometidos por policiais estão previstos no Código Penal Militar, exceto os homicídios, que são julgados por um Tribunal Militar, segundo o relatório. Por essa característica, a Anistia Internacional afirma que o controle sobre a atividade policial é frágil no Brasil, já que é formalmente realizado principalmente por órgãos internos. As infrações e irregularidades cometidas por policiais são apuradas pelas Corregedorias da Polícia Militar e Civil e, externamente, pelo Ministério Público, que atua denunciando e promovendo ação penal quando

⁶⁷ Frase pronunciada no primeiro grupo de conversa.

⁶⁸ Frase dita durante o segundo grupo de conversa.

há provas das práticas de crimes dentro do aparelho policial, ainda segundo o relatório. O estudo da Anistia (2015, p. 25) revela que “compete também ao Ministério Público, entre outras atribuições, exercer o controle externo da atividade policial com vistas a prevenir ilegalidades e abusos cometidos por policiais militares e civis”. Entretanto, essa função não tem sido exercida de forma satisfatória.

Cerqueira et al. afirmam que o controle do uso da força precisa ser a essência de qualquer Estado democrático e de direito. No Brasil, este é um tema ainda cercado de tensões, já que as instituições policiais ainda não lidam de fato com a prestação de contas e o devido controle externo sobre práticas de garantia da ordem acima de qualquer direito, segundo os autores. Esta é, ainda, uma questão cara à sociedade, que acaba por manifestar sua percepção de medo alimentada tanto pela violência, quanto pela falta de confiança nas instituições do Estado, ainda de acordo com os autores.

No primeiro grupo de conversa, a temática da desmilitarização da Polícia Militar também foi abordada. Entretanto, os interlocutores concordaram que só a desmilitarização não resolveria o problema.

I1 para I2: Eu acho que mesmo desmilitarizando você tem que mudar a cabeça.

I2: Tem.

I1: Tem que educar mesmo todo mundo, porque a sociedade ela apoia a polícia. Dá respaldo, legitima a agressão policial.

Os interlocutores do primeiro grupo de conversa chegaram à conclusão que deve haver mudanças na própria corporação para que não haja racismo institucional, mas também nas concepções da sociedade, para que ela não apoie a violência policial contra a pessoa negra.

I2: Acho que a primeira coisa...a gente vai entrar num consenso que precisa de uma mudança cultural e política, mas a primeira coisa fundamental é a estrutura ser linear. Porque nem sempre os caras que estão ali fazendo, mas se eles não fizerem, o comandante deles manda prender os cara.

I1: Tinha que ter mais poder discricionário. Eles dizem que tem, mas num tem porra nenhuma. Tipo assim, escolher se faz ou não, né? Talvez essas outras polícias aí, eles conseguem ter um pouco mais desse poder. Agora a Polícia Militar ela é toda fechada. O cara não tem a condição de não fazer. Ele cumpre ordem senão ele é o preso.

I2: Tem um amigo nosso que é policial, que fez direito pra poder sair. [...] Ele fala “da polícia eu quero distância”. Porque num podia fazer nada. Se reclamar vai preso. Então eu acho que a primeira coisa é melhorar essa estrutura. Depois eu acho que é ter esse contato, né? Acho que a polícia precisa estar em contato. [...] Essa distância nossa em discutir segurança pública...

I1: É uma rejeição, né? Eu rejeito a polícia. É uma rejeição de fato. Você num quer com os cara. Pô, esse cara aqui vai moer, não vai me entender, ele tá aqui pra me agredir.

A mudança dentro da instituição policial a que os interlocutores do primeiro grupo de conversa se referem condiz com a estrutura hierárquica e militarizada que rege a Polícia Militar. Quando o interlocutor 2 afirma que há uma distância em discutir segurança pública, ele se refere à falta de diálogo nas ações policiais. De acordo com Cerqueira et al., há também a necessidade de se discutir a temática da letalidade na ação policial. Segundo eles, essa é uma condição necessária para a aproximação das instituições policiais com a comunidade para romper uma espiral de violência, que tende a naturalizar homicídios na sociedade. Para os autores é necessário dar início à produção e divulgação de dados mais completos sobre o número de pessoas feridas e mortas em ações policiais. Esses “dados que permitiriam calcular o índice de letalidade (número de pessoas mortas em confronto pelo número de pessoas feridas em confronto) de nossas polícias e analisar a legitimidade e eficácia de nosso padrão de policiamento” (CERQUEIRA et al., 2016, p. 16).

Mas o problema maior não estaria nas instituições policiais, de acordo com os interlocutores dessa pesquisa.

I4: Porque assim, a gente tá falando da polícia, mas não se trata da polícia. A gente falou da mídia agora. Acho que se trata de um pensamento, sabe? De um pensamento que estava no *rolezinho*. [...] Então não se trata da polícia. Se trata de um pensamento racial que paira na nossa sociedade. Acho que não se trata da polícia. A polícia é...eu nem sei se ela peca mais, porque...assim tem o contato direto, tem a agressão. Então eu fico pensando nessa porra desses jornalismo aí que constroem, eu fico pensando na mídia. Eu acho que talvez a mídia seja muito mais agressiva pra sociedade do que a polícia. Agressivo num sentido....que a conscientização da polícia também passa por essa mídia frouxa que a gente tem, saca? Então eu acho que é muito mais do que a polícia.

I3: É, a polícia é quem tem ação, né? Ela quem tem as armas, ela que é a ferramenta repressiva do estado. Agora quem oferece suporte pra esse tipo de opressão realmente está na mídia, está na sociedade, está em diversas outras esferas aí. Tá na boca pública inclusive. Pode ser uma vizinha sua, pode ser muita gente que desenvolve um tipo de pensamento. E um pensamento que para uma galera jovem e negra é muito nocivo assim. Ampara ações de extermínio do tipo do grupo de extermínio que tinha em Goiás, que foi desarticulado pela Polícia Federal. Quer dizer, então Goiás, acho que tem uma mentalidade que ajuda a florescer esse tipo de atitude com muita facilidade. Terra de coronelzinho, a terra de....a pessoa parece que precisa de um herói. E eu vejo alguns policiais com essa ideia também, de heroísmo, que vai limpar a sociedade de determinados tipos. E com apoio popular nesse sentido. E existe pessoas que cai no grupo estereotipado, que representa esse mal social, essa desordem, essa bagunça. [...] Primeiro você diz a juventude...quer dizer, hoje em dia não tá valendo nada. E dentro desse grupo que num vale nada, tem os *piorzinho* (risos). [...]

O suporte para a opressão e a ideia de heroísmo e de limpeza social, ao qual fala o interlocutor 3, se assemelha à fala do interlocutor 2, no primeiro grupo de conversa, em que “você sempre vai estabelecendo um inimigo, para que a sociedade estabeleça uma punição”.

I2: [...] eu entendo que há um estereótipo disseminado pela cultura que apresenta o que são o pobre e o que são os pretos. Mas isso não está escrito. Isso é bem importante dizer.

I1: E o jovem, né?

I2: É. Então não é uma questão escrita, é uma questão da cultura. E por que o jovem? Porque de certa forma ele está passando por uma transição, tá inclusive questionando discursos sociais. Você põe aquele modelo de sociedade em xeque e isso leva estruturas morais a ver como problema. Então, nesse aspecto eu entendo que há um estereótipo negro, que há uma criminalização da juventude e há uma marginalização do pobre. Porque, quem é preso? [...] Todo o dia que você liga é os caras vomitando sangue de crime em que a figura é a figura do pobre, a figura do preto. Então nesse aspecto eu entendo que há um viés cultural. Acho que a instituição reproduz isso. Você vai nos cursos de polícia...

I1: A instituição ela só reproduz o que a sociedade inteira pensa.

I2: Exatamente.

Houve, desta forma, consenso na discussão sobre o problema de a violência policial contra as juventudes negras ser estrutural e estar presente tanto nas instituições sociais, quanto nas entrelinhas das condutas, dos discursos e dos comportamentos sociais.

CONSIDERAÇÕES

Essa pesquisa se desenvolveu com base no princípio da incompletude dos saberes, trazido por Santos (2006). Por este princípio há a condição fundamental do diálogo para a construção de intersecções e de debates epistemológicos entre formas diferentes de conhecimento. Perspectivas diversas de análise sobre situações sociais se complexificaram para mostrar as múltiplas faces da realidade, em um intercâmbio de saberes teórico-metodológicos. Houve uma perspectiva, nessa investigação, sobre processos comunicacionais que se empenham em perceber, como ciência, o agir humano dentro de formações e contextos sociais. Utilizou-se da posição de reflexão sobre a vida social que o campo da comunicação ocupa atualmente, segundo Sodré (2006), para o desenvolvimento dessa pesquisa e para os intercruzamentos de problematizações variadas.

Nessa investigação utilizou-se dos campos epistemológicos da comunicação, dos direitos humanos e da educação para que se visualizasse correlações inerentes aos processos comunicativos antidialógicos, afirmando lugares de fala e relações de poder, por meio da hierarquização sociorracial. Para além de uma perspectiva interdisciplinar, essa pesquisa buscou consolidar a transdisciplinaridade de saberes, que não devem ser hierarquizados. Desta forma, buscou-se, neste estudo, que o acolhimento e reconhecimento das diferenças fossem levados em consideração. Por essa perspectiva houve a tentativa de se chegar à pluralidade como estratégia do reconhecimento do outro, como sujeito social e histórico, apto a pronunciar e transformar o mundo, de acordo com os estudos de Paulo Freire (1977, 1999).

Essa pesquisa teve como finalidade o desenvolvimento de uma análise crítica sobre processos comunicativos nas práticas socioculturais, que acabam por legitimar o corpo negro como um espaço a ser violável e alvo primeiro da violência policial. Averiguou-se, a partir do relato das experiências de jovens negros, como o racismo se perpetua por ações comunicativas antidialógicas no cotidiano e como ele se mostra de maneira velada e de formas explícitas em situações corriqueiras na vida dos interlocutores. O campo possibilitou perceber formas de sociabilidade expressas no espaço urbano e produções de sentidos compartilhados que levam a processos de exclusão das juventudes negras, percebidos pelos próprios interlocutores.

O fenômeno midiático não foi o foco da análise sobre a violência policial e outros tipos de violência contra o corpo negro, mas se mostrou, no trabalho de campo, como um instrumento preponderante de afirmação do racismo e na imposição da imagem de suspeição aos jovens negros. Os próprios jovens interlocutores dessa pesquisa deixaram evidente que a comunicação midiática, contida no leque maior dos processos comunicativos das interações sociais, é peça-

chave no cenário da sociedade midiaticizada, que funciona segundo um fenômeno cíclico, explicitado pela análise do discurso midiático nessa pesquisa. Criam-se imagens das juventudes negras, que são disseminadas pela representação midiática; desperta-se o desejo de combate à realidade criada a partir do espetáculo; para que, por fim, estas imagens sejam utilizadas, na realidade em si, em forma de atos concretos de violações contra a população negra. A partir deste ponto, volta-se ao processo inicial da disseminação de imagens negativas sobre a pessoa negra pela comunicação midiática. Esse ciclo confirma a visão de Debord (1997) sobre a inversão de lados, da realidade que surge no espetáculo midiático, que, por sua vez, surge do real.

Desta forma, percebeu-se, com o campo, que a comunicação midiática tem sim um papel importante na disseminação das discriminações raciais, entretanto que só ganha força nas reproduções das interações sociais. Os jovens negros sentem dolorosamente o racismo de forma efetiva, quando este se manifesta nos processos comunicativos antidialógicos das relações face-a-face. Para eles, o problema da violência contra as juventudes negras não se reduz ao aparelho policial, mas se manifesta por meio dele, da maneira mais explícita possível. O problema, para os interlocutores dessa pesquisa, está na ordem sociocultural em que vivemos que, o tempo todo, institui a noção de inimigos sociais que devem ser combatidos. Como um dos interlocutores afirmou, há uma dicotomia entre o cidadão e o inimigo ou o potencial inimigo, segundo a noção foucaultiana de periculosidade. Percebe-se que, se a sociedade cria um inimigo, ela própria vai tentar exterminá-lo ou inibir a sua circulação para que não haja perigo à vida social.

Foi possível visualizar marcadamente faces dos tipos de violências sofridas pelas juventudes negras, baseado nas experiências dos jovens interlocutores dessa pesquisa. Concluiu-se, portanto, que toda pessoa negra que já sofreu racismo, transita, de acordo com a ocasião, entre as violências estrutural e simbólica. E as pessoas que sofreram racismo, envolvendo o aparelho policial do Estado, - ou seja, mais marcadamente o perfil do jovem, homem, negro – já passou por todas as violências, dentre a estrutural, simbólica, institucional e oficial, com exceção da violência letal.

A partir dos grupos de conversa, notou-se que a violência estrutural, trazida por Joxe (1981) e Boulding (1981), está presente em cada situação de estabelecimento de padrões, de cerceamento e segregação das juventudes negras, em que se tolhem as liberdades da pessoa negra. Ela foi evidenciada em todos os relatos dos interlocutores que traziam algum elemento de dispositivos de vigilância e punição, seja pelos medos manifestados pela sociedade em relação a eles, seja nas abordagens policiais com violência física ou não. Já a violência

simbólica, trazida por Bourdieu (1998), se evidenciou, mais marcadamente, nos relatos relacionados à negação do corpo e da identidade negra, colocados à revelia dos processos de branqueamento. Ela também se manifestou nas situações em que os jovens foram submetidos à naturalização das violações contra eles. As violências institucional, oficial e policial mostraram-se como um construto único, aparecendo sempre juntas, na medida em que, em todas as situações relatadas, houve abuso de autoridade e excessos pelo envolvimento emocional dos agentes policiais do Estado.

A violência institucional se constata quando se percebe discriminação em detrimento de estigmas e estereótipos nas ações policiais, retomando Carneiro e Silva (2009); ao passo que a violência oficial se consagra pelo monopólio legítimo da força física, retomando Machado e Noronha (2002); e a violência policial, segundo os critérios de excessos e abuso de autoridade. Como as forças policiais se apropriam de uma lógica de guerra urbana, com inimigos à espreita, e não agem segundo os princípios democráticos da Constituição Federal, pode-se afirmar que os abusos de autoridade são a regra nas abordagens policiais, e não a exceção. Há, portanto, não um despreparo das forças policiais na sua forma de agir, mas sim um grande preparo, organizado com foco no combate a um inimigo comum. Há um desarranjo e, desta vez sim, um despreparo na corporação, uma vez que ela não é formada para prevenir atos violento, e sim para reprimi-los e cometê-los.

A falta de diálogo nas ações policiais foram a principal queixa dos interlocutores ao relatarem as situações de violência pelas quais passaram. Se houvesse diálogo, para eles, não haveria violências durante o contato com a polícia. Percebeu-se, desta forma, que o diálogo é um instrumento essencial nas relações humanas, e é uma ferramenta sempre muito útil e agregadora, desde para a realização dessa pesquisa, até como possibilidade de ação transformadora de situações sociais pautadas por processos de exclusão.

Metodologicamente, essa pesquisa foi capaz de mostrar que o diálogo e a pluralidade são sempre os melhores meios para se chegar a situações sociais das quais não se conhece, quando se trata de investigações relacionadas às ciências sociais. É evidente que o diálogo se constrói em um processo mais longo de interação e que, por isso, nessa pesquisa, ele teve suas limitações, principalmente por questões de restrição de tempo. Os prazos para a realização de um mestrado acadêmico interferem muito no potencial de pesquisas com temáticas complexas. Há um estrangulamento do desenvolvimento destas investigações em vista do curto prazo de dois anos que se têm para concluí-las, contabilizando também, nesse prazo, o tempo exigido pelos programas de pós-graduação no cumprimento de créditos e na elaboração de artigos científicos e sua devida publicação em eventos e em suportes científicos.

Admite-se que o pouco tempo estipulado para essa pesquisa inviabilizou o desencadeamento ideal dos procedimentos metodológicos planejados inicialmente e que, por isso, adaptações na metodologia foram encontradas como soluções. Houve a necessidade de adaptar o procedimento metodológico do grupo focal, por exemplo, para que a pesquisa não fosse comprometida e para que não houvessem mudanças expressivas na metodologia proposta de início, mudando os caminhos e objetivos desta investigação. Deve-se reconhecer, também, que esta discussão merece um maior aprofundamento. Portanto, considera-se que esta é uma pesquisa plural, com considerações e dados válidos, e aberta, que, por assim ser, precisa ser continuada. É essencial que temáticas que discutam racismo e processos de exclusão da população negra sejam exploradas e evidenciadas, cada vez mais. Diante da complexidade do tema, é necessário que a busca por possibilidades para a transformação social da população negra e a luta antirracista continuem. É indispensável, também, que as situações de injustiças sociais sejam sempre denunciadas.

É pela denúncia das injustiças sociais e pela visibilidade atribuída às temáticas que abordam o racismo instituindo violações e processos de exclusão à população negra que será possível unir esforços para a desconstrução das hierarquias sociorraciais. De acordo com a perspectiva dos interlocutores, há a possibilidade de construção da cidadania plena da pessoa negra, que ainda hoje é indefinida pela falta de equidade de direitos, a partir de uma prática midiática fundada na responsabilidade social. Para eles, os processos midiáticos atuais são muito agressivos, assim como a polícia. A ordem sociocultural que dissemina o racismo é ratificada pelas práticas comunicativas, dentre elas a prática midiática. Nesse sentido, é necessário haver a construção de novas representações sociais sobre a negritude e o corpo negro, para que, assim, os processos de interação e as relações sociais se sustentem pelo respeito às diferenças. Os processos comunicativos que se baseiam na antidualogicidade devem buscar os caminhos da dialogicidade, para que haja transformação social.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009

ASTRAIN, Ricardo Salas. Ética intercultural e pensamento latino-americano: problemas e perspectivas de uma Ética Intercultural no marco da globalização cultural. In: SIDEKUM, Antônio (Org.). **Alteridade e Multiculturalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003

BARTHES, Roland. **A aventura semiótica**. São Paulo: M. Fontes, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: UNB/Hucitec, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e Direitos Humanos. In: José Sérgio Carvalho. (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 43-65.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. “Violências simbólicas e lutas políticas”. In: **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOULDING, Elise. Las Mujeres y la Violencia. In: JOXE, Alain. (Org.). **La Violencia y Sus Causas**. Paris: Unesco, 1981, p. 265-279.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4898**, de 9 de dezembro de 1965. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Portal da Legislação, Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4898.htm>. Acesso em: 30 dez. 2016.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. 115 p.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre o limite discursivo do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). 2ª ed. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.151-166.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANCLINI, Nestor García. 3ª ed. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

CARNEIRO, Suelaine; SILVA, Rodnei. **Violência racial: Uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra e Global RightsPartners for Justice, 2009. Disponível em: <http://www.globalrights.org/sites/default/files/docs/Violencia_Racial_2009_in_Portuguese.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2016**. Brasília: Ipea, Nota Técnica nº 17, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Uma ideologia perversa**. Folha de S. Paulo, 14/3/99, Cad. MAIS. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016

CLANCY, Kathryn, et al. Survey of academic field experiences: trainees report harassment and assault. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 9, n. 7, p. 1-9, 2014. Disponível em:

<<http://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0102172&type=printable>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COSTA, Ana Clara Gomes. Entrelinhas da abordagem midiática: construção de estereótipos e legitimação da violência oficial contra a pessoa negra. In: INTERCOM, 17, 2015, Campo Grande. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. São Paulo: Intercom, 2015. p. 1-12.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação. In: SOUZA, R. M. V; MELO, J. M.; MORAIS, O.J. (Orgs.). **Teorias da comunicação: correntes de pensamento e metodologia de ensino**. São Paulo: Intercom, 2014.

DURHAM, Eunice. 2004. Cultura e Ideologia. In: **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: CosacNaif. (pp. 255-280).

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research. In: WODAK, Ruth; MEYER. **Methods of critical discourse analysis**. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **As verdades e as formas jurídicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal nas pesquisas em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, S.A. 4ªed, 1988.

GOIÁS. Polícia Militar de Goiás. **Procedimento Operacional Padrão: POP**. 3 ed. Goiânia, PMGO, 2010. 346 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Ed.34, 2003.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOXE, Alain. Examen crítico de los métodos cuantitativos aplicados a las investigaciones sobre las causas de la violencia. In: JOXE, Alain. (Org.). **La Violencia y Sus Causas**. Paris: Unesco, 1981, p.69-90.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2ª ed. Tradução: Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Edvaldo Pereira. 4ª ed. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). 2ª ed. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**. Porto Alegre, n.7, p.188-221, jan/jun. 2002

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In.: **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: CosacNaif, 2007. (p.399-439).

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MELO, Rosana. Sem rádio para falar com viatura. **O Popular**. Goiânia, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/sem-r%C3%A1dio-para-falar-com-viatura-1.1010058>>.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES, Dênis de. Comunicação Alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja. (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 39-64.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho Guareschi. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista de Economía de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.1-23, jan./abr. 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ, em 05/11/03. Disponível em:<http://www.nre.seed.pr.gov.br/toledo/arquivos/File/equipe_multidisciplinar/indicacao_leituras/Conceito.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

NASCIMENTO, Aline Maia. **Tem quer ter raça: Polícia Militar como possibilidade de ascensão social negra**. In: Reunião Equatorial de Antropologia e Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste, 5, 2015, Maceió. Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2015. p. 1-14.

OLIVEIRA, Dijaci. Abuso de autoridade: fronteiras entre a segurança e a agressão. In: OLIVEIRA, D.; SANTOS, S.; SILVA, V. (Orgs). **Violência policial: tolerância zero?**. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. **Revista Pensata**. São Paulo, v.3, n.2, p.01-16, mai. 2014. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/d-Alexandre.pdf.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e segurança: a morte como poder?. In: OLIVEIRA, D.; SANTOS, S.; SILVA, V. (Orgs). **Violência policial: tolerância zero?**. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

POWELL, Richard; SINGLE, Helen. **Focus groups**. International Journal of Quality in Health Care, v. 8, n. 5, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____, Milton. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A. F. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Observatório da população negra**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.observatoriodonegro.org.br/index.php/pesquisas/86-populacao-negra-em-numeros>>. Acesso em: 20 jan. 2016

SEGATO, Rita Laura. Identidades políticas y alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 178, p. 104-125, mar-abr. 2002.

SILVA, Rodnei; CARNEIRO; Suelaine. **Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra e Global Rights Partners for Justice, 2009.

SENASP. **O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil**. Ministério da Justiça. 2009

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). 10ª ed. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOARES, Rafael. Dois anos após morte de Cláudia, arrastada por viatura, PMs não foram julgados. **Portal Geledés**. Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/dois-anos-apos-morte-de-claudia-arrastada-por-viatura-pms-nao-foram-julgados/>>.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 5ª Ed, 1984.

_____. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEMER, Ana Carolina. As bases sociológicas nos estudos das teorias da comunicação. **Comunicação: Veredas**. São Paulo, v.4, n.4, p.271-296, nov. 2005

THOMPSON, John. **Mídia e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003

APÊNDICE A – Trecho de conversa sobre dificuldade da realização dos grupos focais



24/11/2016 15:50

só tem essa data?



Ana Clara Gomes

24/11/2016 15:51

por enquanto sim. tinha uma roda hoje de noitinha, só que aí a maioria cancelou e eu tive que cancelar a roda



24/11/2016 15:52

Essa metodologia é interessante, mas meio complicada de ser executada



Ana Clara Gomes

24/11/2016 15:53

bem difícil. chama grupo focal. mas estou tendo dificuldade em achar um horário bom pra todo mundo



24/11/2016 15:53

Sim, vc conhece o l



Ana Clara Gomes

24/11/2016 15:53

de nome não estou lembrando

Escreva uma resposta...



 Adicionar arquivos

 Adicionar fotos

Pressione Ente... ☐

Responder

142

APÊNDICE B – Convite e explicação padrão utilizados na abordagem de jovens negros

**Ana Clara Gomes**

25/11/2016 10:43

oiii, [redacted] !! beleza??

**Ana Clara Gomes**

25/11/2016 10:43

Talvez vc possa me ajudar. Eu tô fazendo uma pesquisa no mestrado sobre violência policial contra juventudes negras. e tô querendo fazer uma roda de conversa com a galera que já sofreu qualquer abuso da polícia, pode ser baculejo, humilhação, violência física, qualquer coisa. Vc já passou por alguma situação assim?

**[redacted]**

25/11/2016 10:45

Oi Ana, com certeza que sim né ! Rs

**Ana Clara Gomes**

25/11/2016 10:45

hehehe

**[redacted]**

25/11/2016 10:45

Claro que posso 😊

**Ana Clara Gomes**

25/11/2016 10:45

ai, que massa!

Escreva uma resposta...



 Adicionar arquivos

 Adicionar fotos

Pressione Ente... ☐

Responder

APÊNDICE C – Afirmção sobre o anonimato e a confidencialidade da pesquisa

Assim que puder eu vou respondendo

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 19:56
Nossa, legal vc topa! Vou te explicar mais ou menos como vai ser
Ok
Tô na rua. Daqui um pouco te mando mensagem
Valeu demais 😊

 [blurred] 23/11/2016 19:58


23 de novembro de 2016

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 23:00
deixa eu te explicar o que tô fazendo na pesquisa, [blurred]. estou estudando a banalização do corpo negro. termino essa pesquisa em março e tô tentando saber se a polícia é mais violenta com quem é negro. os nomes de vcs não vão ser publicados. saca? pra preservar vcs e suas historias

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 23:01
daí a roda de conversa vai ser comigo e cerca de uns 5 jovens negros homens, contando as histórias de baculejo, ou situações de abuso que sofreram com a polícia, saca?

✓ Visualizado — 25 de novembro

Escreva uma resposta...

 Adicionar arquivos  Adicionar fotos Pressione Ente... ☐ **Responder**

APÊNDICE D – Relatos que surgiram logo após o convite de participação

Conversa iniciada - 24 de novembro de 2016

**Ana Clara Gomes** 24/11/2016 09:19
oi, [redacted] tudo joia?

**Ana Clara Gomes** 24/11/2016 09:20
Talvez vc possa me ajudar. Eu tô fazendo uma pesquisa no mestrado sobre violência policial contra juventudes negras. e tô querendo fazer uma roda de conversa com a galera que já sofreu qualquer abuso da polícia, pode ser baculejo, humilhação, violência física, qualquer coisa. Vc já passou por alguma situação assim?

24 de novembro de 2016

**[redacted]** 24/11/2016 15:20
Já passei por umas situações sim. Já fui parado pela Rotan, por policiais à paisana, por pms, principalmente no meu bairro, Vila Mutirão. As únicas vezes que me senti realmente injuriado, foi com a Rotan e uma outra com uns pms no terminal. Na primeira ocasião, me chamaram de "mulambo", achei que foi por causa do meu cabelo (black power) e o fato de ser negro (comentários como estes ferem o ego de um leonino :)). Na segunda ocasião, fiquei puto, porque me fizeram perder o ônibus e é claro fiquei me perguntando porque eles pararam justo a mim e um outro amigo que também era negro. Hoje em dia.

Escreva uma resposta...

 Adicionar arquivos  Adicionar fotos Pressione Ente... ☐ **Responder**

Apêndice E – Resposta negativa ao grupo focal em decorrência das ocupações

30 de junho de 2016



30/6/2016 00:25

Entendi... Blz então

Farei minha parte para ajudar nesta pesquisa

Vamos se falando então... ^^

30 de junho de 2016



Ana Clara Gomes

30/6/2016 06:31

Valeu demais, !! A gente se fala

😊

19 de outubro de 2016



Ana Clara Gomes

19/10/2016 17:22

oii, ! beleza?

bora marcar aquela conversa sobre violência policial que a gente tinha falado?

marquei com alguns meninso no sábado, dia 29, às 14h, lá no setor universitário. você pode ir?

20 de outubro de 2016



20/10/2016 17:43

Então... Estarei somando na ocupa do Ifg, não sei se posso afirmar que vou... Pessoal la ta precisando muito rsrs

Escreva uma resposta...

😊

APÊNDICE F – Afirmação de um dos jovens convidados sobre nunca ter sofrido violência policial

Conversa iniciada - 23 de novembro de 2016

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 10:52

Oi, [REDACTED]! Beleza? Não sei se vc pode me ajudar. Eu tô entrnado no perfil de muita gente de forma aleatoria. Eu tô fazendo uma pesquisa da UFG sobre violência policial contra juventudes negras. e tô querendo fazer uma roda de conversa com a galera que já sofreu qualquer abuso da polícia, pode ser baculejo, humilhação, violência física, qualquer coisa. Vc já passou por alguma situação assim?

23 de novembro de 2016

[REDACTED] aceitou sua solicitação. 23/11/2016

 [REDACTED] 23/11/2016 19:32

Graças a Deus eu não gatona, mas minha irmã [REDACTED] sim. Entra em contato com ela.

[REDACTED]

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 19:38

Bom não ter passado por isso realmente. Mas valeu demais!

Só não vou falar com sua irmã pq a pesquisa é só com homens. Mas brigada mesmo assim!

Escreva uma resposta...

 Adicionar arquivos  Adicionar fotos Pressione Ente... ☐ **Responder**

APÊNDICE G – Afirmação de jovem negro sobre só conceder entrevista individualizada

  23/11/2016 19:51
é 18:30 pode ser mais cedo não? e tb não pode se individual essa entrevista?

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 19:53
Vc acha ruim relatar em grupo? É porque é um grupo focal e a intenção é q vcs ouçam as historias uns dos outros
Propus 18h30 pra dar tempo das outras pessoas chegarem

  23/11/2016 20:06
Entendo, posso chegar as 18:00 fico bem na entrada
Eu preferia relatar esses acontecimentos separado do grupo... tem algum problema? vai influenciar

 **Ana Clara Gomes** 23/11/2016 20:09
Ixe,  Aí muda a pesquisa
Faz assim entao. Vou fazer o grupo com os meninos entao. Depois vejo em uma outra oportunidade com vc

Escreva uma resposta...



Adicionar arquivos



Adicionar fotos

Pressione Ente... ☐

Responder

APÊNDICE H – Reação de riso de um dos jovens quando indagado sobre situações de constrangimento com a polícia

Conversa iniciada - 28 de outubro de 2016

**Ana Clara Gomes** 28/10/2016 09:07
oiii, [redacted] beleza?
to precisando de uma ajuda. eu tô fazendo uma pesquisa no mestrado sobre violência policial contra juventudes negras. e tô querendo fazer uma roda de conversa com a galera que já sofreu qualquer abuso da polícia, pode ser baculejo, humilhação, violência física, qualquer coisa vc tem alguma historia assim?

**[redacted]** 28/10/2016 09:45
olá ana
kkkk
tenho algumas historias sim, sempre tem né
ainda mais com polícia
ja tem uns anos que nao passo por tais situacoes
mas quando era mais novo, passei por muita situacao ruim de baculejo, ameaças
quando seria esse encontro
?

**Ana Clara Gomes** 28/10/2016 09:54
Hajaha. Q bom q faz tempo q vc não passa por isso
Mas sempre tem umas historia trash ne?

Escreva uma resposta...

 Adicionar arquivos  Adicionar fotos Pressione Ente... ☐ **Responder**

APÊNDICE I – Roteiro-guia para o grupo de conversa

1) SOBRE SER NEGRO

- a) Qual a idade e a profissão de vocês?
- b) Vocês se sentem ou fazem parte de algum grupo com outros jovens? [Pode ser grupo político ou de interesses cultural, como por exemplo, da galera da capoeira, do rap, do grafite, do skate, da galera da dança, do teatro, do circo, etc.]
- c) Todos vocês se autodeclararam negros antes de marcarmos esse encontro. O que é ser negro para vocês?
- d) Vocês têm vergonha ou orgulho de serem negros? Por quê?
- e) Vocês já sofreram discriminação racial? Como foi?
- f) Vocês percebem o racismo muito presente na vida de vocês? [Se sim] Em quais situações do dia-a-dia?
- g) Vocês acham que o fato de serem negros, traz alguma dificuldade na vida de vocês? [por exemplo, na escola, para conseguir emprego, para entrar na universidade...].
- h) Vocês acham que por serem jovens negros, vocês são tratados por desconhecidos, na rua, de forma diferente das pessoas que não são negras?
- i) Já passaram por alguma situação em que sentiram que desconhecidos tiveram medo de vocês na rua?

2) LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA

[Leitura de trechos de uma reportagem jornalística de jornal impresso sobre os *rolezinhos* que aconteceram na cidade]

- a) O que vocês acharam das duas matérias?
- b) Na matéria, os meninos que participaram dos *rolezinhos* são vistos como suspeitos de cometerem crimes. Vocês percebem diferença de tratamento entre suspeitos negros e suspeitos não-negros? [Se sim] Como vocês percebem isso?
- c) Vocês assistem ou lêem jornais? [Se sim] Quando vocês vêem uma pessoa negra nos jornais, ou mesmo nos programas de tv, como ela aparece?
- d) Vocês acham que os jovens negros têm uma boa imagem na mídia? Como eles/vocês são retratados pela imprensa tradicional?
- e) Como vocês gostariam de se ver na mídia, nos jornais?

3) VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JUVENTUDES NEGRAS

- a) Algum de vocês já foi preso ou tem alguma passagem na polícia? [Se sim] Vocês podem me falar por qual motivo?
- b) Quando vocês vêem um policial na rua, o que pensam?
- c) Vocês têm medo de serem abordados na rua?
- d) Vocês confiam na Polícia Militar? Vocês acham que a corporação proporciona segurança para alguém? Para quem?
- e) Se vocês fossem vítimas ou testemunhas de algum crime, vocês chamariam a polícia? [Se a resposta for não, por quê?]
- f) Como vocês foram e são tratados pelos policiais no dia-a-dia?
- g) Vocês vêem mais policiamento em quais áreas da cidade de Goiânia? Vocês acham que essas áreas são mais seguras ou inseguras para vocês? Por quê?
- h) Todos você já me falaram que sofreram algum tipo de abuso da polícia. Em qual situação e onde aconteceu as violências?
- i) Vocês podem detalhar como aconteceram as situações de abuso policial?
- j) Vocês foram ameaçados? Como?
- k) Qual foi a reação de vocês nas situações?
- l) Como os policiais chamaram ou chamam vocês na abordagem policial? Eles demonstram respeito e tratam vocês como cidadão ou eles já chegam tratando como marginal?
- m) Vocês acham que os jovens negros são mais suscetíveis a sofrer violência policial? Por quê?
- n) Vocês acreditam que os jovens negros estão mais envolvidos no mundo do crime? Como e por quê?
- o) Vocês acham que a PM tem uma regra para desconfiar de alguém na rua? Como vocês acham que a corporação decide abordar determinado grupo de jovens na rua e não outro?
- p) Vocês estão satisfeitos com o trabalho da PM em Goiânia? Gostariam que houvesse alguma mudança na corporação? Quais?